

Universidade Federal do Rio de Janeiro

MORADA LUDOVICENSE: tradição e adaptação

Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

2011

i



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
PROARQ – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura



MORADA LUDOVICENSE: tradição e adaptação

Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências em Arquitetura.

Orientador(es): Prof. Gustavo Rocha-Peixoto, D. Sc.

Rio de Janeiro
Junho, 2011

MORADA LUDOVICENSE: tradição e adaptação

Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

Prof. Gustavo Rocha-Peixoto, D. Sc.

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências em Arquitetura.

Aprovada por:

Presidente, Prof. Gustavo Rocha-Peixoto, D. Sc.

Prof. José Pessoa, D. Sc.

Prof. Cláudia Nóbrega, D.Sc.

Prof. Beatriz S. Oliveira, D.Sc.

Rio de Janeiro
Junho, 2011

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que me dá oportunidades para que eu possa sempre crescer e aprender com novas experiências.

Um obrigado muito especial:

aos professores inesquecíveis do Proarq que se dispuseram em dar o melhor de si, mesmo com toda dificuldade que a distância impõe;

ao Prof. Gustavo Rocha-Peixoto pelo aceite e por sua paciente orientação;

à professora Rosina Trevisan M. Ribeiro, que foi um ponto de apoio sempre que necessário;

à minha família. A Anibal, pelo respeito, companheirismo e compreensão em todos os momentos. Aos meus filhos: João Pedro, Luís Otávio e Miguel Jorge pelas vezes em que tive que me ausentar e por existirem em minha vida;

aos meus pais, em especial à minha mãe que esteve presente quando necessário;

aos amigos e companheiros desta empreitada, Eliane Abreu, Inaldo Maia e Vanessa Dias, pela força e incentivo nos momentos mais difíceis, além das divertidas companhias nas viagens ao Rio de Janeiro;

à amiga Stella Regina Soares de Brito pela ajuda e por sua pronta solicitude;

aos amigos Aquiles Andrade, Ana Claudia Peixoto, Rose Barbosa e Lúcia Nascimento pela colaboração e materiais emprestados;

e a todos que, de alguma maneira, contribuíram com esta pesquisa.

MORADA LUDOVICENSE: tradição e adaptação

Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

Prof. Gustavo Rocha-Peixoto, D. Sc.

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências em Arquitetura.

Através de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, a autora vai comprovar a existência da tradição e da adaptação como características essenciais no desenvolvimento da morada ludovicense. Descreverá e analisará sua evolução tipológica bem como suas variáveis para que esta tenha se desenvolvido com suas particularidades e semelhanças se comparada aos seus congêneres. A escassez de bibliografia específica sobre a morada ludovicense obrigou a autora buscar em fontes primárias que referenciasse o desenvolvimento urbano da cidade de São Luís como um todo, para somente depois tratar da morada ludovicense especificamente. Observa as variáveis que contribuíram para adaptação desta morada analisando as fachadas dos exemplares selecionados. Do mesmo modo, analisa as plantas e implantações a partir da derivação da tipologia nuclear porta-e-janela para provar, mediante raciocínio concludente, seu caráter integrador dentro da tradição construtiva que a acompanhou por pelo menos dois séculos de história.

Palavras chave: Morada. Tradição. Adaptação. Arquitetura luso-brasileira. Evolução tipológica. São Luís.

Rio de Janeiro
Junho, 2011

ABSTRACT

LUDOVICENSE HOUSING: tradition and adaptation

Lena Carolina Ribeiro Fernandes Andrade Brandão

Prof. Gustavo Rocha-Peixoto, D. Sc.

Abstract da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências em Arquitetura.

By means of literature review and field research, the author will prove the existence of tradition and adaptation as essential features in the development of ludovicense housing. Describe and analyze their typological evolution and their variables and their developments according to its peculiarities and similarities compared to its congeners. The lack of specific literature on housing ludovicense forced the author to seek primary sources that reference the urban development of the city as a whole, to deal, right after about the ludovicense housing specifically only. Observed variables that contribute to adaptation of this housing by analyzing the front of samples selected. Similarly, analyzes the plants and deployments from the derivation of the typology and nuclear door-window to prove, by conclusive reasoning, its integrating character within the constructivist tradition that accompanied by at least two centuries of history.

Kew-words: Housing. Tradition. Adaptation. Luso-Brazilian architecture. Typological evolution. São Luis.

Rio de Janeiro
June, 2011

SUMÁRIO

	LISTA DE ILUSTRAÇÕES	viii
1	INTRODUÇÃO	1
2	SOBRE A CIDADE DE SÃO LUÍS	4
2.1	Sítio e Características	4
2.2	Sobre a urbanização da cidade de São Luís	4
2.3	São Luís: a Atenas Brasileira	14
	CORPUS	20
3	MORADA LUDOVICENSE	44
3.1	Exemplares estudados	48
3.2	Análise tipológica	52
3.3	Implantações	56
3.4	Distribuição dos compartimentos	62
3.5	Telhados, mirantes e forros	68
3.5.1	Telhados	68
3.5.2	Mirantes	69
3.5.3	Forros	72
3.6	Fachadas	73
3.6.1	Azulejos	74
3.7	Sistemas construtivos	78
4	TRADIÇÃO E ADAPTAÇÃO	83
4.1	Sobre a traça da cidade de São Luís	89
4.2	Plantas e fachadas como elementos importantes na caracterização da tradição e adaptação	98
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
	REFERÊNCIAS	115

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	- Mapa da cidade de São Luís de 1844	46
Desenho 1	- Implantações de acordo com o Estudo de Silva Filho	47
Desenho 2	- Desenho esquemático das Tipologias Básicas	47
Foto 1	- Antiga Farmácia João Victal de Mattos	48
Foto 2	- Rua Portugal: Praia Grande	49
Figura 2	- Sobreposição do mapa de Barleus sobre a planta cadastral de São Luís	50
Quadro 1	- Relação das moradas estudadas com respectivos endereços	51
Figura 3	- Região do Algarve: tipos de habitação: casa de pescadores	53
Desenho 3	- Planta e fachada esquemática do tipo-base da arquitetura ludovicense. Porta-e-janela	54
Quadro 2	- Sobrados com dados tipológicos	55
Quadro 3	- Moradas com dados tipológicos	56
Foto 3	- Hotel Ribamar (sobrado A). Praça João Lisboa	59
Planta 1	- Plantas do Pavimento Superior e Térreo (Sobrado C) – Rua da Palma, 117	60
Planta 2	- Plantas do Pavimento Térreo e Superior dos Sobrados F e I	60
Planta 3	- Implantação e Planta Baixa da Morada T – Rua Afonso Pena, 394	61
Planta 4	- Implantação e Planta Baixa da Morada Q - Rua Afonso Pena, 213	61
Foto 4	- Monogramas do Sobrado J	62
Foto 5	- Monogramas da Moradas X	63
Figura 4	- Vestíbulo Sobrado G, Rua Afonso Pena, 47	64
Foto 6	- Sobrado I pavimento térreo destinado ao comércio	64
Foto 7	- Sobrado H, pavimento térreo destinado ao comércio	65
Planta 5	- Plantas do 1º e 2º. Pav. Térreo e Superior do Sobrado G e Pav. Superior do Sobrado H	64
Figura 5	- Varanda/ Fachada Posterior da Morada S (Rua do Giz, 394)	65
Planta 6	- Plantas Pav. Superior dos Sobrados I e D	65
Figura 6	- Sala Jantar / Varanda Posterior da Morada S - Rua do Giz 394	66
Foto 8	- Acesso lateral do Sobrado F, Rua do Giz, 421	66
Figura 7	- Redesenho do Esquema Geral dos Telhados segundo estudo de Silva Filho (1998)	69

Figura 8	- Corte Sobrado A, mostrando o mirante sobre a caixa da escada	70
Foto 9	- Mirante dos Sobrado J	71
Foto 10	- Mirante Morada Z	72
Figura 9	- Vão da escada do Sobrado G	73
Foto 11	- Fachada com barramento da Morada P – Rua do Giz, 458	76
Foto 12	- Azulejos estruturados em figuras isoladas do Sobrado J e Morada P	77
Foto 13	- Azulejos com figuras agrupadas da Morada Z e Sobrado A	77
Foto 14	- Azulejos com figuras agrupadas da Morada R	78
Foto 15	- Azulejos industrializados do Sobrado E (Década de 60)	78
Foto 16	- Técnicas Construtivas do Sobrado G	79
Foto 17	- Técnicas Construtivas do Sobrado G	80
Foto 18	- Detalhe - Técnicas Construtivas do Sobrado G	80
Foto 19	- Cruz de Santo André do Sobrado G	81
Foto 20	- Detalhe - Cruz de Santo André do Sobrado G	81
Foto 21	- Verga de pedra e ladrilho - Sobrado M	82
Mapa 1	- Mapa dos Estilos de arquitetura dos imóveis do centro histórico	84
Figura 10	- Fachada posterior do palacete da Rua Formosa (Rua Afonso Pena)	85
Foto 22	- Fachada posterior do sobrado A (A Pacotilha)	87
Figura 11	- Imagem sem título [Rio de Janeiro]. Original atribuído a João Massé	90
Figura 12	- “Maragnon...”. Original que integra o atlas de Vingboons, 1640	91
Figura 13	- Planta da Cidade de Parati	92
Figura 14	- “Urbs S Ludovic...”. Do livro de Barleus, 1647	95
Figura 15	- Tábua XVIIb – Planta da cidade de São Luís do Maranhão em 1838. Levantada por A. Veiga	95
Figura 16	- Carta Topográfica da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Original manuscrito de André Vaz Figueira (1750)	96
Figura 17	- Imagem sem título [Área do Morgado de Santa Bárbara]. Original manuscrito do Arquivo do Estado da Bahia. 1764-1785	97
Figura 18	- Sobrado H (Pav. Superior e Térreo) sob planta da tipologia genérica porta-e-janela	99
Figura 19	- Sobrado F (Pav. Térreo e Superior) sob planta da tipologia genérica porta-e-janela	99

Figura 20	- Sobrado G (1º Pav. e Térreo) sob planta da tipologia genérica porta-e-janela	100
Figura 21	- Sobrado I (Pav. Térreo e Superior) sob planta da tipologia genérica porta-e-janela	100
Figura 22	- Moradas T e Q sob planta da tipologia genérica porta-janela	101
Figura 23	- Sobrado H sob malha geométrica	101
Figura 24	- Sobrado G sob malha geométrica	102
Figura 25	- Plantas baixas (térreo e pav. superior) Casa dos Contos – Ouro Preto / MG	103
Figura 26	- Planta baixa da residência com pátios na Pç. da Independência em Mariana / MG	103
Figura 27	- Sobrado I	104
Figura 28	- Sobrado E	105
Figura 29	- Sobrado A	105
Figura 30	- Sobrado G	106
Figura 31	- Sobrado H	107
Figura 32	- Morada Q	107
Figura 33	- Varanda da Morada Q	108

1 INTRODUÇÃO

É fato que a morada ludovicense, de modo geral, manteve-se coerente com a arquitetura implantada no Brasil durante os séculos XVIII e XIX. Porém, é possível dizer também que tudo foi reinterpretado, inicialmente ajustando-se às condições climáticas locais e em um segundo momento, conforme as condições sócio-econômicas.

Em São Luís, além das transformações arquitetônicas necessárias para se adaptar às chuvas e o calor intenso que acontecem durante boa parte do ano, características da região amazônica, esta mesma arquitetura adquiriu características próprias para se adequar ao empório burguês que exercia o controle político e administrativo sobre os centros interioranos do baixo sertão do estado, uma vez que servia a uma sociedade e economia diferente das de outras partes do país.

Nesta região caracterizada pelo clima do tipo quente-úmido e atravessada pela linha do equador, a incidência dos raios solares sobre o plano horizontal ao meio-dia é quase perpendicular durante o ano todo, gerando temperaturas de valor máximo neste horário. As condições são propícias para o alto índice pluviométrico. Para vencer os “invernos”, a casa ludovicense teve que se adaptar de modo bastante eficiente às condições climáticas do meio amazônico, distanciando-se e aproximando-se, por vezes, de seus congêneres. Adaptações essas que vão desde a informalidade da telha vã, dos pés-direitos mais elevados, da adaptação de novos recursos de ventilação e do gosto pelo revestimento externo de suas fachadas.

A morada maranhense, de acordo com Silva Filho (1998, p. 33), introduziu um aspecto tropical ao espírito lusitano: a capacidade de não perder as formalidades sem ser indiferente a ponto de desprezar o conforto da rede nordestina. “Mágica de formas e matizes da luz equatorial, desprendida de intenção alegórica, é a essência artística de um tempo, mesclada no engenho português e na convivência do clima Amazônico”.

As adaptações desta arquitetura estão presentes não somente no que se refere às adequações climáticas ou às técnicas e materiais construtivos, como também ao momento histórico vivido. A adaptação e a tradição andam juntas e podem ser encontradas em todas as tipologias da morada ludovicense.

A presente pesquisa busca, portanto, contribuir na elaboração de uma narrativa histórica específica e sistematizada a respeito da morada ludovicense dos séculos XVIII e XIX, destacando as suas semelhanças e particularidades em relação aos seus congêneres nacionais, bem como sua tradição e adaptação.

É verdade que muito já se disse sobre esta arquitetura e sobre a sua importância para o mundo, mas abordar a temática da morada ludovicense isoladamente enfocando suas semelhanças, tradições e mesmo seus condicionantes para que esta pudesse surgir com suas devidas particularidades, de ordem técnicas-construtivas ou mesmo no âmbito de sua distribuição espacial é importante inclusive para o estudo sociológico da formação da família maranhense.

Na tentativa de fecundar mais uma fonte para o debate e diálogo que pudesse contribuir para uma narrativa específica sobre a morada urbana ludovicense, buscou-se depreender porque estas peculiaridades são, de certa forma, achatadas quando inseridas dentro do jargão da arquitetura luso-brasileira.

Deste modo, fez-se uma investigação dos acontecimentos passados de forma a verificar tal processo, o qual remeteu a pesquisa ao método histórico, através de uma narrativa interpretativa. Assim, as etapas dos procedimentos metodológicos foram entendidas como um processo, capaz de ir e vir entre suas etapas, uma vez que foram impulsionadas pela necessidade de compreensão do objeto estudado.

A metodologia proposta resultou em três capítulos distintos, porém interdependentes para o entendimento destas questões centrais que se propôs descrever acerca da morada ludovicense.

O primeiro capítulo é uma revisão historiográfica sobre a cidade de São Luís do século XVIII e XIX, elaborada a partir da trajetória de sua urbanização e desenvolvimento, analisada através de pesquisa bibliográfica com base nos autores: Nestor Goulart Reis, José Antônio V. Lopes, José Reinaldo Barros Ribeiro Júnior, Frederico Lago Burnett, Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrés, Avé-Lallemant, José Ribeiro Amaral, Jeferson Francisco Selbach e Maria de Lourdes L. Lacroix, que objetivou compreender e investigar as variáveis que pudessem intervir no objeto de estudo, bem como inserir São Luís no contexto histórico vivido no país.

Além de contextualizar São Luís nos séculos XVIII e XIX através da sua história, buscou-se analisar a literatura como um instrumento para verificação dos aspectos sociais que contribuíram para o desenvolvimento da morada ludovicense através de nomes como Gonçalves Dias, Aluizio de Azevedo, Josué Montello e Ferreira Gullar.

A Morada Ludovicense é vista no segundo capítulo, a partir da pesquisa bibliográfica, que teve como base os livros de Olavo Pereira da Silva Filho, Luís Phelipe de Carvalho Castro Andrès, Eurico Teles de Macedo, Dora de Alcântara, Nestor Goulart Reis,

Robert C. Smith, José Liberal de Castro. Não somente autores, mas também artigos, dissertações e teses complementaram a fundamentação necessária à compreensão do objeto, principiando a delimitação da área de estudo e a pesquisa de campo que é necessária para um conhecimento mais próximo do objeto estudado, o que permitiu a identificação e catalogação das variáveis arquitetônicas e sua relação com o meio. Descreveu-se a morada a partir da origem de sua tipologia básica e, por conseguinte, da sua evolução, utilizando autores como Mário Moutinho, José Manuel Fernandes e Vítor Córias; o que possibilitou a análise de plantas a partir da observação direta das moradas selecionadas para a pesquisa e descritas no Corpus do trabalho.

Depois de discorrer sobre a morada ludovicense foi possível elaborar o terceiro capítulo, aduzindo críticas, sínteses e conclusões sobre o cerne da tradição e adaptação da morada ludovicense a partir de uma análise sobre a traça da cidade, onde além de Nestor Goulart Reis e Paulo Ferreira Santos, foram utilizados os artigos de Cristovão Fernandes Duarte, Walter Rossa e José Pessôa.

O capítulo foi baseado na construção de evidências que tentaram comprovar seu caráter tradicional e sua adaptação, sempre dialogando com a bibliografia que fala da casa brasileira. Apresenta-se um estudo sobre as plantas e fachadas como elementos importantes na caracterização desta tradição e adaptação, onde se utiliza como referência a observação das variáveis dos exemplares estudados e a pesquisa de Marcelo Espírito Santo.

2 SOBRE A CIDADE DE SÃO LUÍS

Para uma melhor análise do objeto de estudo deste trabalho, se faz necessário primeiramente o conhecimento da evolução urbano-espacial da cidade de São Luís. Conhecimento precioso para o entendimento da morada erguida na urbe do século XVIII e XIX, refletindo aspectos culturais, sócio-econômicos e geográficos. Deste modo, iniciou-se o trabalho caracterizando o sítio e o clima local para depois relatar brevemente seu desenvolvimento urbano e seus aspectos culturais.

2.1 Sítio e características

A cidade de São Luis, capital do estado do Maranhão, localiza-se uma ilha com mais três municípios: São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. A ilha, conhecida também como Ilha de São Luís está inserida no Golfão Maranhense e possui uma superfície de 1.453,1 Km² e é estuário dos rios Itapecuru, Pindaré e Munim, vias de penetração no continente (RIBEIRO JÚNIOR, 2001). Sua localização geográfica está entre os paralelos segundo e terceiro ao sul do Equador e entre os meridianos 44° e 45° a oeste de Greenwich. Está inserida na Amazônia Legal e seu clima transita entre o equatorial e o tropical quente e úmido. Possuindo, assim, um período de chuvas distinto, nos meses de dezembro a maio, com um bom índice pluviométrico, e um período de estiagem que vai de junho a novembro, com temperaturas que variam de 27° a 35° C.

2.2 Sobre a urbanização da cidade de São Luís

Alguns cronistas apontam em 1513 a visita de um português Diogo Ribeiro ao Golfão Maranhense, o qual tinha como principal objetivo o reconhecimento da área em específico da ilha de São Luís. Outros falam de uma povoação, Nazaré, oriunda de um naufrágio português na costa do Maranhão em 1535, que corresponderia a primeira ocupação da grande ilha. Polêmicas, à parte, o fato é que a primeira contribuição que estimulou a ocupação da ilha foi a invasão francesa em 1612.

Foi o atracamento dos navios franceses entre a praia da Ponta d'Areia e o São Francisco que deu a primeira noção de espaço construído quando estes se mudaram para a colina da cidade e ali levantaram sua fortificação sob o comando de Daniel de La Touche,

Senhor de La Ravardiere, e do almirante Fraçois de Rasily, onde homenagearam o rei da França, Luís XIII, e deram ao forte o nome de São Luís (RIBEIRO JÚNIOR, 2001).

Próximos ao forte, cabanas foram levantadas além de habitações específicas para capuchinos, fincando uma cruz no local e formalizando a criação da fortaleza-feitoria de São Luís. A ocupação chegou a receber um sopro do expansionismo francês, o que forçou Portugal a defender a desembocadura do Amazonas, fundando a cidade de Belém e o Golfão Maranhense, sob o comando de Jerônimo de Albuquerque, desenvolvendo a cidade de São Luís e montando defesa contra os rivais portugueses: Holanda, Inglaterra e França. Os portugueses mantiveram o nome de São Luís para o núcleo urbano, porém rebatizaram o forte para São Felipe em homenagem ao Rei de Espanha e Portugal, Felipe VI.

Após a ocupação do território por parte dos portugueses o engenheiro-militar Francisco Frias de Mesquita, além de projetar as fortalezas que iriam consolidar o seu domínio, ficou incumbido de traçar um plano urbanístico para a cidade. Mesmo que nenhum documento comprove esta autoria, ela está subentendida na determinação do então governador da província, General Alexandre Moura, que recomenda uma traça bem arruada e direita conforme a traça que ficaria em poder do capitão-mor.

Identifica-se aqui uma característica comum a vários episódios de fundação de cidades e vilas brasileiras: a participação decisiva de engenheiros-militares no traçado urbano original, bem como a relação entre a localização das fortalezas e o primeiro núcleo de habitação. Porém, o padrão destas construções era muito baixo, uma vez que não havia ainda uma base econômica sólida. As igrejas, conventos e construções militares eram mais consistentes, já o padrão habitacional era um tanto precário, feitas de pindoba, taipa e palha:

A princípio eram de pindoba as paredes e tetos das casas, mas com o correr dos tempos, sobretudo de 1692 em diante, foi essa edificação substituída por outra mais de acordo com o progressivo desenvolvimento que foi tendo a cidade. Passaram então as casas a ser construídas de taipa com telha-vã sobre mal polida madeira. Por aqueles tempos tinha São Luís quinhentas casas (AMARAL, 2003, p. 75).

De acordo com Lopes (2008, p.14), o engenheiro-militar adotou na traça da cidade as *Ordenanzas de Descubrimiento, Nueva Población e Pacificación de las Indias*, de 1573, incluídas nas Ordenações Filipinas, que no urbanismo refletiam o gosto renascentista de simetria, beleza e uma ordenação racional dos espaços públicos, que surgiram com a descoberta dos desenhos de perspectiva. O que possibilitou o desenvolvimento de um arruamento organizado e alinhado sob uma malha ortogonal que obedecia a orientação dos pontos cardeais para favorecer a ventilação e insolação de modo uniforme das edificações.

Como em outras cidades de origem lusa o primeiro momento da colonização se deu no topo da colina, porém sem a simples conformação posterior ao resto do sítio, pois em São Luis o padrão de regularidade aplicado ao traçado do arraial se antecipou a outros traçados, uma vez que o mesmo é do século XVII, fazendo com que os lotes não se limitassem apenas às condições geográficas, mas seguissem o padrão imposto pela traça original, tema que será tratado no terceiro capítulo.

Em 1619, a cidade é elevada a categoria de vila, ano em que imigram as primeiras duzentas famílias açorianas dedicando-se a cultura da cana-de-açúcar e do algodão.

A Ilha volta a ser invadida em 1641. Desta vez, por holandeses vindos de Recife e que conseguem instalar-se aqui por dois anos, fazendo um importante registro do traçado urbano da cidade, porém deixando-a praticamente deserta e abalando profundamente a economia local. Saquearam engenhos e enfrentaram uma guerrilha de quase três anos que trouxe grande destruição para cidade até sua expulsão três anos depois.

A cidade de São Luís viveu um período prolongado de estagnação econômica, devido a uma economia de subsistência que se estendeu desde sua fundação até a metade do século XVIII. São Luís e Belém eram colônias militares de povoamento, por serem pontos estratégicos do extenso dispositivo de defesa espanhol que levava às riquezas do Prata.

Deste modo, pode-se dividir a evolução urbana da cidade de São Luís em períodos distintos, a seguir os que serão de interesse para o entendimento deste trabalho.

Entre 1612 a 1755 a cidade não possuía pujança econômica, exercendo função de caráter político e destacando-se neste período a Revolta de Bequimão, em 1682, que se caracterizou pelo conflito entre o poder público e a igreja versus os lavradores e latifundiários. Assim, os contornos urbanos ainda eram muito singelos sem uma arquitetura de expressão, pois o comércio ainda não permitia uma vida urbana plena.

Como em quase todo restante do Brasil já colonizado, é somente na segunda metade do século XVII, que se solidificaram as atividades econômicas regulares, de caráter urbano, correspondendo a uma parcela permanente da população urbana, pois muitos viviam no campo apesar de possuírem suas casas urbanas nos grandes centros para negócios, as quais permaneciam fechadas a maior parte do ano ou eram habitadas somente pelo pessoal de serviço. O que pode ser confirmado com Reis (2000a, p. 51), quando diz que neste período nos centros menores, o comércio era quase nulo. Mesmo em São Luís e Belém, que foram desde o início centros regionais, só muito lentamente desenvolveram seu comércio:

Mesmo Belém e São Luís, que durante algum tempo não tiveram agricultura de exportação, não tendo portanto receita, apresentavam amplo orçamento de despesas

com funcionalismo, cuja função principal seria garantir a existência desses baluartes junto à Amazônia. Vê-se que os centros de importância regional exigiam funcionários em número maior e com melhores qualificações, e com maior especializações para atender às necessidades da administração central. Esse era o caso de Belém, Rio de Janeiro, São Luís e Salvador e o Recife Holandês.

No período de 1755 a 1820, a cidade adquire contornos urbanos mais formais e que surgiram os casarões azulejados, pois o comércio se avulta. É neste período que a cidade tem seu primeiro grande surto urbanístico a partir da explosão do agronegócio regional.

De 1820 a 1880, é o período em que a cidade se adéqua a economia regional a qual está inserida. A cidade permanece provinciana apesar do surgimento da imprensa, da Biblioteca Pública, do Liceu Maranhense, de bancos e da maior produção açucareira e algodoeira.

Já no período de 1880 a 1900 houve uma tentativa de industrialização com um parque têxtil que acabou por não prosperar. A cidade possuía 08 indústrias do ramo têxtil que empregavam 1550 operários num universo populacional de 29.308 habitantes em 1890, o que conferiam a estas fábricas uma respeitabilidade significativa na cidade (RIBEIRO JUNIOR, 2001). Apesar de muitos autores registrarem este período como uma grande etapa para evolução urbana da cidade, estas unidades fabris foram, na verdade, insuficientes para produzir uma grande expansão da cidade, mesmo assim contribuíram com o alargamento da urbe, pois algumas fábricas ao se instalarem mais afastadas do núcleo urbano principal forçavam a expansão da fronteira cidadina e a desconcentração demográfica da mesma. O perímetro urbano desafogou para os limites da Rua do Passeio e Rio Branco conformando os limites urbanos já definidos no século anterior, mas ainda desabitado. Com isso, notam-se mudanças no semblante da cidade, dotando a mesma de uma arquitetura mais apropriada ao acúmulo de capital gerado pela nova atividade, o que tornou o chão urbano mais valorizado:

Produce-se no espaço urbano a terra-mercadoria, apesar de algumas tentativas, talvez de conteúdo retórico, do Senado da Câmara em podar a proliferação de rendosos negócios imobiliários. Seria o começo. Aos ricos ou remediados sociais, tudo. Aos pobres ou desprotegidos comuns, nada (MONTOVANI; MOTA, 1998 apud RIBEIRO JUNIOR, 2001, p. 64).

Fato que tornou seletivo o critério para o estabelecimento de moradores, pois o controle social de ocupação do espaço passa agora pela aprovação da Câmara. Homens livres vêm-se obrigados a morar em porta-e-janelas em bairros mais afastados do centro urbano enquanto senhores, comerciantes e ocupantes de cargos públicos ocupam espaçosos sobrados.

Deste modo, pode-se afirmar que foi a partir no século XVIII que a cidade começou a viver um período de maior prosperidade a partir do desenvolvimento de uma economia de mercado: arroz, algodão e outros produtos tropicais que passaram a ser

solicitados pelo mercado internacional devido especialmente a independência norte americana e às revoltas das colônias francesas do Caribe. Assim, a cidade que havia permanecido estagnada inicia um período econômico promissor recebendo um novo estímulo com a criação da Companhia de Comércio Grão-Pará Maranhão criada pelo Marquês de Pombal. Introduz-se a mão de obra africana, agora abundante, sementes de arroz selecionadas, máquinas para a descascação dos grãos e novas técnicas no plantio do algodão, permitindo uma mudança significativa na economia do Estado que começou a tomar um rumo mais próspero advindas desta dinamização do setor agro-exportador.

Além do algodão e arroz, é possível ainda identificar outras fontes econômicas que também souberam aproveitar este momento promitente da economia do Estado, como o cultivo do açúcar, que existe na região desde o século anterior, e a produção de couro através das frentes pastoris do sertão. Assim, se podem identificar dois tipos de ocupação no território maranhense. A metade superior do Estado que foi colonizada pela penetração a partir do litoral, a qual se pode chamar de frente litorânea, e a outra metade, mais ao sul do Estado, ocupada pela atividade pastoril que tem como origem os rebanhos de gado que eram originários da Bahia e de Goiás e vinham, portanto, do interior dos sertões (ANDRÈS, 2006).

São Luís faz parte da frente litorânea, porém por sua ótima condição portuária transformada em porto da Região Meio Norte para a exportação de arroz e algodão, passa a acumular riquezas também das extensões pastoris. Por volta de 1835, chegou a ser considerada a quarta cidade mais importante do Império brasileiro, superada apenas pelo Rio de Janeiro, Salvador e Recife: “Devo dizer que, depois das três grandes cidades comerciais, Rio, Bahia e Pernambuco, a cidade do Maranhão merece indubitavelmente a classificação seguinte, e têm realmente esplêndida aparência” (AVÉ-LALLEMANT, 1859, p. 19).

É a partir de então que, como aconteceu em outras partes do país, somente após a consolidação das atividades comerciais que a cidade começa a ter nas suas construções civis casas com aparência de palacetes, com portadas de pedra trabalhadas.

Portanto, é a partir do último quartel do século XVIII, que as construções, em sua maioria construídas em taipa e palha, foram sendo substituídas por edificações de alvenaria de pedra argamassada com cal marinha e óleo de peixe, empregando a madeira de lei, abundante da floresta amazônica, para estruturar os telhados, fabricar esquadrias e entrepisos. Construtores e mestres-de-obras vindos diretamente de Portugal passaram a utilizar materiais importados, como as cantarias de líoz, azulejos e serralherias, trazidos com a dupla função de servir também como lastro dos navios. Antes deste florescimento é possível imaginar a cidade

a partir do relato de Gaioso (apud AMARAL, 2003, p. 654), no seu Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão de 1814, onde relatava ainda a precariedade das construções e de seus dois e praticamente únicos bairros:

A cidade de São Luís do Maranhão se pode dividir em dois bairros, a saber: o da Praia Grande, ou freguesia de Nossa Senhora da Vitória, que é o de maior povoação, ainda que menos extenso que o segundo. Tem muitos sofríveis edifícios, e com muita comodidade; mas a desigualdade do terreno lhes tira uma parte da sua formosura, e algumas ruas mal calçadas fazem a sua serventia bastante incômoda. A liberdade que cada um tem de edificar como lhe parece faz que tudo é irregular. [...]

O segundo bairro é o da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, e se é mais extenso, também é mais diminuta a sua povoação em geral; porém há de pelo tempo adiante ser considerável, por ainda compreender muitos terrenos por edificar [...].

Daí por diante, com o desenvolvimento e embelezamento da cidade os viajantes que por aqui passavam faziam relatos das belas construções que observavam, na cidade:

Seu traçado em linha reta, embora com subida e descida, e sua limpeza logo impressionam de modo sumamente agradável. Creio poder dizer que nenhuma cidade do Brasil, conta proporcionalmente ao seu tamanho, tantas casas bonitas, grandes e até apalaçadas como no Maranhão (AVÉ-LALLEMANT, 1859, p. 20).

Assim, os sobrados da capital maranhense ganharam formas e acabamentos mais refinados, como a aplicação de azulejos nas fachadas que se tornou mais abundante a partir da segunda metade do século XIX. Deste modo, é sobre esta morada construída principalmente a partir do crescimento econômico da cidade, iniciado no período pombalino que se pretende descrever no próximo capítulo a morada ludovicense, pois segundo Reis (2000a), o período anterior não favorecia o aparecimento de construções com certa importância devido à escassez de recursos no meio urbano não somente em São Luís, mas de modo geral em todo país. Somente no século XVIII as residências passaram a adquirir um tratamento ornamental e estético em relação a rua, fruto de uma valorização da vida urbana, através do fortalecimento dos comércios locais.

Como se viu, deste ciclo econômico que aconteceu por volta de 1880 a cidade teve um significativo melhoramento urbano, ocorrendo a valorização do solo urbano, a maior diversidade no tamanho dos lotes, o melhoramento do calçamento de diversas ruas, o surgimento do Cais da Sagração e a reurbanização de várias praças da cidade, o que gerou grande euforia local.

A cidade passou a ser um entreposto comercial, que acabou por produzir duas conseqüências sobre sua urbanização. A primeira foi a diversificação da população e a concentração de atividades econômicas provocando a valorização do chão urbano como já foi dito (BURNETT, 2008). A segunda, foi a adequação dos lotes urbanos para acomodar edificações maiores que passaram de cinco braças de frente por quinze de fundo para lotes de

até cinquenta braças ou mais cercados por outros de quinze, cinco, quatro, duas... (MOTA; MANTOVANI apud BURNETT, 2008). Nascendo assim, um conjunto de casarões e sobrados azulejados onde os ricos fazendeiros e prósperos comerciantes mostravam sua pujança econômica: “Gastávamos, portanto nossas reservas no conforto e no luxo, a que íamos habituando com o convívio dos ingleses e franceses. Datam dessa época nossos sobradões de azulejos” (VIVEIROS, 1954 apud RIBEIRO JUNIOR, 2001, p. 63).

Os Códigos de Postura (dos anos de 1832, 1842, 1866, 1893) regularam o modelo urbanístico, demonstrando um rigoroso compromisso com a ambiência urbana, como também com sua expansão, ditando as dimensões e larguras das ruas até o período da Primeira República. Segundo Selbach (2009), quando Código de Posturas de 1842 foi promulgado, a zona urbana comportava algo em torno de 33 mil habitantes e seus artigos eram reflexo dessa concentração populacional que, embora incipiente, já necessitava regularizar as práticas cotidianas de forma mais contundente.

É importante salientar que neste momento outras cidades do país passam também a ter códigos de postura que levaram a instrumentalização do controle da transformação urbana assim como tencionaram impor os padrões de regularidades implícitos nas mediadas desta ordenação. Sendo assim, vale lembrar que esta standardização dos traçados não foram tão valiosos para São Luís, uma vez que a mesma já possuía um traçado ordenador desde o século XVII. Em São Luís, os códigos de postura ajudaram mais na manutenção da ordem urbana que numa tentativa de reorganização, como ocorreu em outras partes do país a partir do século XVIII objetivando melhorar a aparência das vilas e cidades brasileiras:

Fica inutilizada a rua, que decorre Leste, a Este por entre terrenos, e alguns prédios de Manoel Jozé de Medeiros, e Simão dos Santos Malheiros, pela sua muita tortuosidade, e por se achar mui próxima à rua chamada da Independência, que tem oito braças de largura, seguindo o mesmo rumo, e conforme o plano da Cidade. (Art. 107^a Código de Postura de São Luís de 1842) (SELBACH, 2010).

Tal disposição, contida na legislação municipal, mostra a intenção das autoridades ludovicenses em tentar manter o padrão urbanístico estabelecido para a cidade desde a confecção do plano ortogonal traçado pelo engenheiro-mor Francisco Frias de Mesquita, em 1615. Essa atitude se constituiu numa idiosincrasia do traçado urbano ludovicense, uma vez que em muito se diferiu daquele que marcou cidades como Recife e Rio de Janeiro coloniais. Até meados do século XVIII as cidades coloniais sobreviviam abandonadas por Portugal, em virtude da natureza de ocupação do território brasileiro, que se concretizou em boa medida por meio da iniciativa privada dos colonos. Dessa forma, enquanto os interesses políticos e econômicos dos colonos coincidiram com os do reino, as cidades se comportaram conforme a

expectativa do Estado. Com a mudança de situação, a metrópole sentiu a necessidade de intervir na recondução das cidades à ordem colonial.

O Código de 1842 tratava basicamente das atividades relacionadas ao comércio, salubridade, comportamento, trânsito, segurança, espaço público e aformoseamento da urbe, como as construções. O código era uma necessidade de adequar a cidade aos novos modelos de civilização já discutidos no Rio de Janeiro com a chegada da família real em 1808. Esse fato veio propiciar a modernização das cidades no período, sendo mais intensificado no fim do século XIX e início do XX. Junto a esse pensamento estava também a ideia de ser “civilizado” e de europeizar as capitais.

O artigo quatro dispunha sobre a abertura de novas ruas, que deveriam ter largura média de oito braças (equivalente a 17,6 metros), para poder dividir ao centro com canteiro de árvores, e mínima de quatro braças, quando já existissem edificações. Isto se fazia necessário para melhorar a circulação que, com a ampliação do limites urbanos, as ruas de pouca largura poderiam represar o acesso ao centro comercial. Esta situação perduraria no segundo Código, publicado em 1866. A população de São Luis manteve-se com pouco mais de 30 mil habitantes, distribuídos em 72 ruas, 19 vielas, 10 praças, 55 edifícios públicos, 2.764 casas, sendo 450 com mais de um andar. As novas ruas deveriam ser sempre abertas em direção reta, e ter, no mínimo, oito braças ou oitenta palmos de casa a casa, reservando uma braça de cada lado para as testadas. Os proprietários estavam obrigados a construir o passeio e o meio-fio, de modo que o pedestre tivesse espaço para transitar e não atrapalhasse os veículos. (SELBACH, 2009). O que mostra que as ruas as quais hoje chamamos de estreitas eram, na verdade, bastante largas para época, com calçadas igualmente largas e caixas que permitiam o tráfego nas duas direções. Entende-se melhor este dimensionamento se compararmos estas com Salvador, onde as ruas estabelecidas pela Câmara deveriam ter sessenta e seis palmos de largura, algo em torno de 14,5 metros, portanto, 3,10 metros a menos que em São Luís.

Da mesma forma que nos anteriores, o Código republicano de 1893, reforçou a necessidade de denominar ruas e praças, bem como numerar os prédios e inibiu ações que viessem a prejudicar a circulação nas ruas, como colocar objetos em janelas, estender roupas, armar barracas, depositar mercadorias, sentar nos passeios, ligar o esgoto dos prédios nos passeios, construir sem cercar a frente da obra, limpar vasilhas, peneirar gêneros, pelar ou lavar animais, cozinhar, acender fogueiras ou carregar volumes que impedissem o trânsito.

A abertura de ruas também continuou seguindo largura mínima, desta vez ainda maior, com 20 metros e 2 metros de cada lado para as calçadas, e exigência de projeto de

engenharia aprovado na Intendência. Os prédios deveriam obedecer à altura mínima e serem construídos em alvenaria com telhado de barro, pois os telhados de palha já não eram possíveis desde o código anterior. O que pode demonstrar uma relação entre tamanho dos lotes e volumetria das edificações, que em São Luis ficaram marcadas nas tipologias das moradas. Portas e janelas não poderiam abrir para a rua, nem os entulhos permanecer depositados. Continuaram proibidas as calhas e goteiras expostas. As calçadas deveriam ser construídas e conservadas pelos proprietários dos imóveis, de modo que os passantes não tivessem de caminhar pelo meio da rua. Este Código perduraria por quatro décadas, período em que a população de São Luis dobraria de tamanho, passando para 70 mil habitantes em 1935.

Assim, observa-se que durante todo o século XVIII a regularidade da cidade está associada à beleza e ao bom governo que a cidade deveria expressar; o que passava não apenas pela regularidade do traçado urbano, mas também pela adoção de modelos arquitetônicos uniformes aos quais deveriam obedecer todas as construções de uma rua, de uma praça, ou de toda uma cidade.

A associação da formosura da cidade à regularidade do traçado e à arquitetura uniforme a que as várias construções deveriam obedecer estavam patentes nas Cartas Régias, nos Autos de Fundação e posteriormente nos Códigos de Postura. O conceito de planejamento urbano associado à regularidade do traçado que foi aplicado em São Luís acabou por gerar variações arquitetônicas geradas a partir de um tipo base: porta-e-janela. Tais variações estavam diretamente ligadas ao tamanho dos lotes que derivavam de um quarteirão quadrado com lotes de menor profundidade.

Os lotes do século XVII, de procedência da traça original, eram simétricos e praticamente de tamanhos constantes na área da Praia Grande e do Largo do Carmo, na área interna do forte ainda não se tinha evidência dos mesmos. Os existentes apresentavam-se com formatos uniformes no tamanho de cinco braças de frente por quinze de fundo, com poucas variações e mostravam-se no alinhamento das ruas.

No século seguinte estes lotes já não apresentam tamanhos tão uniformes, como pode ser constatado nas moradas estudadas no corpus deste trabalho, sendo os mesmos um pouco maiores do que os do século anterior. São lotes de até cinquenta braças ou mais, cercado pôr outros de quinze braças e inúmeros de cinco, quatro e até duas braças e meia de testada. A conformação urbana do século XIX continuou a seguir a malha ortogonal, porém trouxe lotes um pouco mais irregulares, e com maior variação de tamanho. Passaram a existir

lotes de quinze braças de frente por trinta e dois de fundo, de dezessete de frente por cem de fundo, de cem de frente por quarenta e cinco de fundo, variando sempre de acordo com os usos e também por quem iria doar ou comprar estes lotes.

Foi esta variação no tamanho dos lotes que permitiu a evolução tipológica que será vista nos próximos capítulos. Tal variação tem uma importância tão significativa no conceito da morada ludovicense que a associação dos nomes destas moradas está diretamente ligada com a sua definição, ou seja, a sua definição tipológica está diretamente associada a sua significação. Sendo comum alguém dizer que fulano mora numa porta-e-janela próxima ao beco tal, ou que sicrano reside em uma morada inteira de fachada azulejada. São significações que já conceituam a moradia a partir da sua tipologia, onde se sabe de imediato quantos vãos existem naquela fachada.

De volta ao tema da expansão urbana da cidade, é importante salientar que o primeiro choque populacional da cidade se deu ainda no século XVIII. No ano de 1720 a cidade possui cerca de um milheiro de habitantes, porém já em 1788 esta população pulou para 16.580 habitantes num espaço urbano exprimindo entre a Praia Grande, Largo do Carmo e Desterro (RIBEIRO JUNIOR, 2001).

Como visto, as reformas mais arrojadas aconteceram somente no século XIX. Sem dúvida a riqueza algodoeira possibilitou as melhorias urbanas e a valorização arquitetônica. Foi neste período que a cidade foi dotada de galerias pluviais com dois metros de altura e uma extensa ramificação, chafarizes com água canalizada do Rio Anil e lampiões para iluminação pública. Alguns autores, como Burnett (2009), Lopes (2008) e Ribeiro Junior (2001) citam a cidade dos anos de 1872 a 1900 como a Manchester do norte, referindo-se ao parque industrial do século XIX, aonde 29 estabelecimentos fabris chegaram a ser instalados na cidade.

No ano de 1825 a cidade foi dotada de iluminação pública abastecida com azeite que posteriormente foi substituída por álcool terebintinado. Em 1861 passou a ser de gás hidrogênio, porém somente em 1924 a energia elétrica chega a cidade.

A demora da chegada de energia elétrica reflete bem a segunda grande estagnação econômica que viveu a cidade após a crise da agro-exportação, que se consolidou com a recuperação dos Estados Unidos na produção de algodão e as pressões da Inglaterra pelo fim do regime de escravidão, além das revoltas internas como a Balaiada.

No século XX, a concentração da economia nacional nas regiões sul e sudeste do país e a distância da cidade dos centros políticos, administrativos e financeiros do Brasil

também contribuíram para estagnação econômica que assolou a cidade até os fins da década de 20, onde as fábricas têxteis foram fechadas após o modelo industrial adotado pelo governo de Getúlio Vargas (BURNETT, 2009). Fatos que contribuíram para a manutenção do acervo arquitetônico no qual o objeto deste trabalho está inserido, permitindo a “preservação” passiva de um enorme conjunto arquitetônico remanescente dos séculos XVIII e XIX.

2.3 São Luís: a Atenas Brasileira

Dentre muitas imagens cristalizadas que marcam a identidade da cidade de São Luís, uma é a da “Atenas Brasileira”. Título que foi cunhado por um valoroso grupo de intelectuais que se encontravam em plena atividade e ocupavam postos singulares na vida cultural da Corte Imperial e da Província quando esta também vivia um próspero momento econômico graças ao comércio, principalmente de algodão:

Sem dúvida foi a riqueza algodoeira que possibilitou construir-se em torno deste pedaço de Brasil a ufânica sentença de a “Atenas” brasileira, quando intelectuais da terra ganharam projeção nacional, sobretudo no campo das letras (poesia, romance, teatro, jornalismo e crítica literária). Foi um século, o XIX, decerto, de gerações de beletristas. São Luís fora a base geográfica de maior expoente deste grecianismo tardio e orgulhoso [...] (RIBEIRO JUNIOR, 2001, p. 71).

Este mundo erudito servia primeiramente a uma classe social dominante, mas também trazia orgulho a uma classe de não privilegiados, pois ser maranhense, neste momento, era ser brasileiro antes de tudo, era estar integrado ao cenário nacional.

O ciclo literário do Grupo Maranhense (1832-1868) onde se destacavam grandes nomes da literatura nacional como Gonçalves Dias, expoente máximo da literatura maranhense do período em questão, Odorico Mendes, Sotero dos Reis, entre outros intelectuais ligados a elite rural que saíam de São Luís e do interior do estado para estudar na Europa. Não por acaso, comentava-se à época que no Maranhão se falava o melhor português do país (LOPES, 2008).

Do mesmo modo, esta proximidade da cidade com a Europa vinculada pelos seus literatos que lá iam buscar seus estudos também exercia influência nos hábitos desta elite local, que pode ser apreciada na boa educação, costumes e artes do modelo intelectual francês, que segundo Lacroix (2002), pode ser inclusive vista na decoração de alguns sobrados que abrigavam sofisticadas salas decoradas com imitação dos salões da nobreza francesa.

A literatura maranhense tornou-se, portanto, uma grande fonte de pesquisa sobre a morada, os hábitos e costumes da sociedade do século XIX quando os romances descrevem cenas domésticas e urbanas da cidade. Deste modo, a literatura converte-se num poderoso

instrumento de análise onde se podem dissipar dúvidas sobre os modelos idealizados de sociedades em que pensavam os intelectuais e escritores maranhenses do século XIX, quando relatam em romances e poesias esta sociedade, narrando histórias que contam minuciosamente detalhes do espaço que envolve seus personagens.

Não se pode esquecer que estes mesmo intelectuais que se aproximaram da cultura europeia também descrevem e cantam sua terra natal, valorizando suas belezas e riquezas locais como aconteceu com um dos primeiros poemas composto por Gonçalves Dias, a famosa Canção do Exílio, datada de Coimbra, julho de 1843. De acordo com Moraes (informação verbal)⁴, a Canção do Exílio não é também maranhense por ser, antes brasileira, e mais que brasileira, por ser, em primeiro lugar, maranhense. Sustentação que se comprova com a afirmação do poeta, recolhida por Leal (apud BANDEIRA, 1944, p. 22), em nota à Canção do Exílio na qual demonstra a pouca experiência do poeta em outros lugares do mundo: “Quando eu compus esta canção, ou como melhor se chame, tinha apenas visto algumas província do Norte do Brasil”. De fato, até então Gonçalves Dias viajou do Maranhão, não para outra parte do Brasil, mas diretamente para Portugal, viagem que fez, costeando o litoral nordestino brasileiro em outubro de 1863.

Muito mais ainda restaria falar do amor, do apego do poeta ao Maranhão. Mas ficando por aqui, lembra-se que ele viveu e escreveu seus poemas pensando no Maranhão, e que morreu quando vinha da Europa em demanda, para pela ultima vez contemplar suas palmeiras, além de deixar claro o seu ideário nacionalista e estético bem à frente de seu tempo.

Não se pode assim dizer o que pensavam os grandes literatos da época. Mas sabe-se que apesar de haver um grande empenho das elites locais em se europeizar tanto nos hábitos como nas práticas, fato que contrastava com a marginalização dos escravos africanos, suporte da manutenção dos serviços e da reprodução do sistema da época; os intelectuais maranhenses, dentre os quais estava Gonçalves Dias, se caracterizaram principalmente pelo vanguardismo que colocou os homens das letras à frente dos debates literários da época, lançando novas ideias e valores estéticos. O gosto pelo refinamento também pode ser sentido na valorização das artes cênicas quando a inauguração do Teatro União em 1817, o qual mais tarde veio a se chamar de Arthur Azevedo, homenagem ao teatrólogo Maranhense que nele apresentou muitos espetáculos, entre eles Gema de Verdi, de Donizete, em 1856 e a Tomada da Bastilha, de Alexandre Dumas (LOPES, 2008).

⁴ Jomar Moraes, escritor maranhense membro e ex-presidente da Academia Maranhense de Letras, em entrevista concedida à autora, em São Luís, em 20 de janeiro de 2011.

Para Lacroix (2002), o período de declínio econômico, trouxe um segundo momento na literatura maranhense. O primeiro, já descrito, foi um momento de valorização da terra natal, expressada de maneira notável na Canção de Gonçalves Dias. O segundo momento trouxe a valorização do homem maranhense, sentimento tão forte capaz de tornar inabalável o orgulho sobre a quase exclusividade de excelência e erudição no panorama cultural do país, fato que foi disseminado no imaginário da sociedade local.

Florescendo assim, outra geração de intelectuais como Aluísio Azevedo, Coelho Neto, Graça Aranha, Nina Rodrigues, Celso Magalhães, Dunches Abranches, Ribeiro do Amaral, Viriato Corrêa e outros que ajudaram a construir e cristalizar a imagem de *Atenas Brasileira* quando souberam valorizar seus antepassados letrados.

Outros, como Sousândrade, ainda fez parte das duas gerações e reverenciou o estado de modo peculiar, preferindo influências americanas. Muitos saíram de São Luís e integraram-se facilmente ao cenário nacional respaldados pela excepcionalidade da superioridade gonçalvina:

O culto àquela imagem de sociedade instruída representada por uma constelação de estudiosos e intelectuais criativos, rendeu ao Maranhão o cognome de *Atenas Brasileira* e ao maranhense o estatuto de ateniense, generalizando o que era mais imaginário que real, dissimulando a divisão concreta e afetiva daquela sociedade elitista e preconceituosa [...] A idéia de que a *Atenas Brasileira* era especial e superior foi aceita também pelos menos favorecidos, e o Maranhão, em seu declínio econômico e cultural, por várias décadas, foi nutrido por este orgulho (LACROIX, 2000, p. 75).

A efervescência cultural e intelectual do século XIX foi repetidamente cantada pelas gerações posteriores, assim como a descrição deste glorioso passado, o que resultou em uma fantasiosa falácia a respeito da erudição do ludovicense, pois esta estava restrita somente a uma pequena parte da população e que acabou por gerar críticas de outros letrados do país: “O Maranhão tinha mais orgulho que letrados” (CASCAVEL apud LACROIX, 2000, p. 75).

Contudo, o estado ainda produziu muitos outros valorosos escritores. De grandes jornalistas como João Lisboa, Augusto Marques, Antônio Henrique Leal e Luís Antônio Vieira que muito contribuíram com a pesquisa histórica, oferecendo uma grandiosa contribuição à história do estado, até escritores contemporâneos de renome nacional como Josué Montello com sua inestimável obra.

Para rematar estas considerações, é válido observar que a literatura maranhense sempre foi bem mais rica de poetas que de prosadores.

O elenco do primeiro é numeroso: Odorico Mendes, o próprio Gonçalves Dias, Sousândrade, Joaquim Serra, Trajano Galvão, Gentil Braga, Raimundo Correia, Teófilo Dias, Odylo Costa Filho, Maranhão Sobrinho, Bandeira Tribuzi, Nauro Machado, Ferreira Gullar,

só para citar os que alcançaram renome nacional e que fizeram jus à fama da “Atenas Brasileira”.

Os prosadores são em menor número e são principalmente através deles que podemos apreciar melhor como era a cidade do século XIX. Entre os mais notáveis, Aluísio de Azevedo, expoente pioneiro no naturalismo no Brasil, mas cujo livro de estréia, o romance *O Mulato* (1888), apesar de ter sido ambientado totalmente em São Luís, não trata especificamente da rica temática da vida urbana da capital maranhense, pois seu interesse principal era a arquitetura social da cidade, cujos costumes provincianos retrata e fustiga rotineiramente.

Mesmo assim, pode-se citar alguns de seus trechos que contém importantes registros sobre a morada do século XIX, principalmente quando se refere à varanda posterior do sobrado:

A varanda do sobrado de Manuel Pescada, uma varanda larga e sem forro no teto, deixando ver as ripas e os caibros que sustentavam as telhas, tinha um aspecto mais ou menos pitoresco com a sua bela vista sobre o rio Bacanga e as suas rótulas pintadas de verde-paris. Toda ela abria para o quintal, estreito e longo, onde, à mingua de sol, se mirravam duas tristes pitangueiras e passeava solenemente um pavão da terra (AZEVEDO, 1881, não paginado).

Na obra do autor é ainda possível encontrar registros sobre um casarão colonial do século XVII, onde ele se refere ao mesmo como um casarão velho dos “tempos coloniais”, fazendo inclusive distinção ao descrevê-lo, como se fosse algo decrépito e ultrapassado:

Ele considerou o prédio: era um casarão velho, um desses antigos sobrados do Maranhão, que já se vão fazendo raros. Cinquenta palmos de alto e outros tantos de largo, barra pintada de piche, mostrando a caliça em vários pontos, cinco janelas de peitoril, enfileiradas sobre quatro portas lisas, com um portão entre elas, pesado, batente de cantaria; cheirando tudo a construção dos tempos coloniais, quando a pedra e a madeira de lei estavam ali a dois passos e se levantavam, em terrenos aforados, paredes de uma braça de grossura e degrau de pau-santo (AZEVEDO, 1881, não paginado).

Um dos mais importantes prosadores maranhenses foi Josué Montello (1917-2006), que deixou um dos mais eloquentes testemunhos de seu constante e inquebrável amor ao Maranhão e, particularmente, a São Luís, sua cidade natal. Nela ambientou numerosos de seus romances, construindo assim, parte relevante da sua vasta obra romanesca, parte essa chamada de *Saga Maranhense*. A obra desse grande e vigoroso prosador compreende o romance, a novela, o conto, o ensaio, o estudo ligeiro, porém profundo e penetrante, o teatro a história infantil literária entre outros.

Nos títulos de suas obras, nota-se a presença das cenas e costumes maranhense em sua obra. Como em: *Cais da Sagração*, *Noite sobre Alcântara*, *Os Tambores de São Luís*,

Largo do Desterro; romances. E os livros de crônicas: Lanterna Vermelha, Janela de Mirante, Fachada de Azulejos.

Os títulos de alguns livros nem fazem supor que encerram romances que se passam no Maranhão. É o caso para citar *Labirinto de Espelhos*, um entre vários, que descreve a paisagem da cidade:

Naquela casa antiga de largo janelões na fachada de azulejos, com um mirante espaçoso a sair do telhado e a dominar a baía de São Marcus, no sossego do Largo dos Remédios, Tia Marta chorou o silêncio durante meio século, a amargura de sua viuvez (MONTELLO, 1952, p. 15).

O próprio autor fala em seu livro de crônicas, *Fachadas de Azulejo*, da importância da pesquisa histórica para contar seus romances e do valor dos almanaques como fonte de pesquisa:

Ao escrever *Noite sobre Alcântara* e *Os tambores de São Luís*, os velhos almanaques maranhenses foram subsídios preciosos, à hora da recomposição dos ambientes de outrora, em ambos os romances. E como, para o romance seguinte *Largo do Desterro*, tive de dar outro mergulho no passado, sem me desprender do tempo presente [...] (MONTELLO, 1996, p. 42).

Deste modo, atenta-se ao seu romance *Os tambores de São Luís*, rico em cenas que descrevem não somente a cidade e a morada como também os costumes vividos nestas casas do século XIX, mostrando cenas domésticas urbanas e; narrando poeticamente a paisagem:

Da janela dos mirantes que abriam sobre o mar, descortinando a amplidão da baía de São Marcos, havia sempre quem alongasse o olhar, à espera de um navio com bandeira imperial no tope, anunciando a chegada de um substituto para o presidente da província (MONTELLO, 2005, p. 227).

Ou ainda descrevendo as fachadas das casas: “Era uma casa baixa, de beiral saliente, caiada de novo, na esquina do Beco das Crioulas, com janelas de rótulas e porta de duas folhas, sobre a Rua de São Pantaleão” (MONTELLO, 2005, p. 20).

Quanto aos fluxos e costumes pode-se citar dentre inúmeros trechos do romance, este em que a sinhá Velha põe ordem nos afazeres domésticos utilizando a varanda como o elo da casa com os outros compartimentos: “[...] sempre a ir da cozinha para varanda, da varanda para a cozinha, com passagem pelo quintal, a tilintar no passo esperto o seu pesado molho de chaves” (MONTELLO, 2005, p. 54).

Descrevendo os ambientes:

Pelas janelas escancaradas, espreitava de passagem os grandes retratos nas paredes, os espelhos doirados, as cadeiras estofadas, a grande marquesa de palhinha, os consolos de tampo de mármore com jarros de porcelana, as camas de dossel, o enorme oratório de jacarandá cheio de santos, e todo ele também se alvoroçava, contagiado pela excitação de formigueiro que as rótulas abertas permitiam surpreender (MONTELLO, 2005, p. 61).

Não somente Josué Montello, mas também Ferreira Gullar é outro grande escritor maranhense. *Poema Sujo*, um marco na literatura brasileira, foi escrito durante o regime militar em seu exílio na Argentina. Nele o poeta faz um desabafo por estar longe do seu ambiente cultural, e envolve também um passado memorial vivido na cidade de São Luís, onde fala de ladeiras, lembra da cidade azul referindo-se aos azulejos, onde surgem questionamentos derivados do impasse provocados pela realidade adversa, além de descrever a paisagem que caracteriza a cidade:

[...]
Ou do outro lado ainda
a tarde maior da cidade
amontoada de sobrados e mirantes
ladeiras quintais quitandas
[...]
(GULLAR, 1976, p. 19).

Esses grandes vultos da literatura são considerados verdadeiras lendas emblemáticas da cidade, pois seus nomes deram origem a praças, ruas e becos; e também por deixar um legado literário e cultural de grande importância. Mesmo sendo a obra destes autores desconhecida por uma grande parte da população, o orgulho da alcunha de Atenas ainda é percebida em muitos ludovicenses. A poesia, na verdade é um modo de ser ludovicense, em que vários escritores lançaram mão não só para falar de arte, de amor, guerra e paz como também para falar da cidade natal, da nostalgia de seu passado-presente, do cotidiano e deste orgulho de ser maranhense. E que muitas vezes refletiram as práticas sócio-culturais e hábitos de seus moradores e de seu jeito de morar, abastecendo este estudo com um rico material sobre a morada ludovicense.

CORPUS

O corpus deste trabalho é composto de fichas com informações sobre os aspectos gerais das moradas que exemplificam as considerações dos próximos capítulos. As fichas trazem informações tipológicas, endereço, século, desenhos e fotos; e visam contribuir no entendimento da morada ludovicense. Os exemplos selecionados estão localizados nas ruas do bairro da Praia Grande, Centro Histórico, como mostra o mapa 1:

Mapa 1 - Mapa de Localização das ruas onde estão situadas as moradas do Corpus



Fonte: Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

SOBRADO A**ENDEREÇO**

Praça João Lisboa Nº37

SÉCULO

XVIII

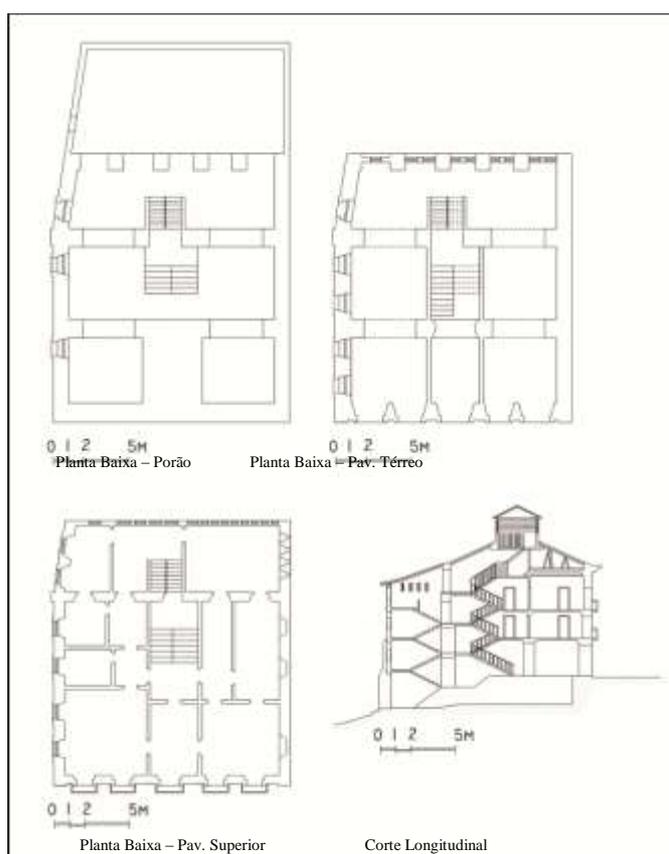
DESCRIÇÃO TIPOLOGICA

Sobrado derivado da morada inteira, comércio. 03 pavimentos, porão e mirante. Fachada com azulejos.

A fachada principal é revestida com azulejos estampilhados na cor verde, medindo aproximadamente 15,90 metros, simétrica possuindo cinco portas alinhadas a cinco janelas de vergas retas. Nos pavimentos superiores possui balcões individuais sacados em cantaria, guarnecidos por gradis em ferro forjado. As molduras dos vãos, balcões e soleiras das portas de acesso ao imóvel são em cantaria (lioz). Todos os vãos são vedados com esquadrias em madeira. Arrematando o pano da fachada, beirais de beira seveira e o mirante. A fachada lateral voltada para Beco da Pacotilha (Rua João Victal) é constituída por três pavimentos e porão. Três vãos correspondentes ao porão, quatro vãos no nível do pavimento térreo e doze janelas nos pavimentos superiores.

Observações

Este solar também é conhecido pela alcunha de A pacotilha, devido ao importante jornal da época do qual foi sede, também conhecido como Solar dos Belfort devido ao seu primeiro dono, Lourenço Belfort, enriquecido na lavoura e pecuária que demoliu uma morada inteira, erguendo no local o imponente sobrado de dois pavimentos, provavelmente concluído em 1756. Na segunda metade do século XIX, residia neste imóvel o Barão de Coroatá, Manoel Gomes da Silva Belfort. Atualmente funcionam algumas farmácias no térreo.

PLANTAS / FOTOS

Fonte: Arquivo Iphan-MA - Inventário Nacional de Bens Imóveis em São Luís/MA, 2002.

Fotos: Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

SOBRADO B**ENDEREÇO**

Rua João Víctal N° 141

SÉCULO

XVIII

DESCRIÇÃO TIPOLOGICA

Sobrado derivado da morada inteira, comércio. 02 pavimentos e porão.

A fachada principal é simétrica possuindo quatro portas (originalmente cinco vãos) e alinhadas a cinco janelas rasgadas no pavimento superior, que possuem balcões individuais sacados em cantaria guarnecidos por gradis em ferro forjado trabalhado e pintados. As molduras dos vãos, balcões e soleiras das portas de acesso ao imóvel são em cantaria (lhoz). Todos os vãos são vedados com esquadrias em madeira, exceto um que foi alargado no pavimento térreo que é vedado por esquadria em metal. As janelas possuem bandeiras fixas com vidros coloridos e as sobrevergas de todos os vãos (portas e janelas) são decorados com arabesco. Arrematando o pano da fachada, beirais de beira seveira em dupla camada suportados por cimalha também, em massa. No nível do pavimento superior, as portas de segurança (externas) são providas de sacadas isoladas com bacia em cantaria sobre cachorros em argamassa, contendo em sua parte inferior buzinotes metálicos. Os guarda-corpos das sacadas em gradil de ferro, arrematados por peitoril em madeira. A fachada lateral voltada para Rua da Palma é constituída por onze vãos com balcões entalados e individuais no nível do pavimento térreo e onze janelas rasgadas no pavimento superior, sendo que quatro destas apresentam balcões sacados em cantaria e individuais, sete são com balcões entalados com gradis em ferro trabalhado, que estão bastante oxidados e com partes perdidas. Identifica-se ainda que, existem quatro vãos (uma porta, dois óculo e uma janela) abaixo do nível do térreo correspondendo ao nível do porão.

Fonte: Arquivo Iphan-MA . Arq. Stella Regina Soares de Brito

PLANTAS / FOTOS

Fonte: Arquivo Iphan-MA - Inventário Nacional de Bens Imóveis em São Luís/MA, 2002.

Fotos: Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

SOBRADO C

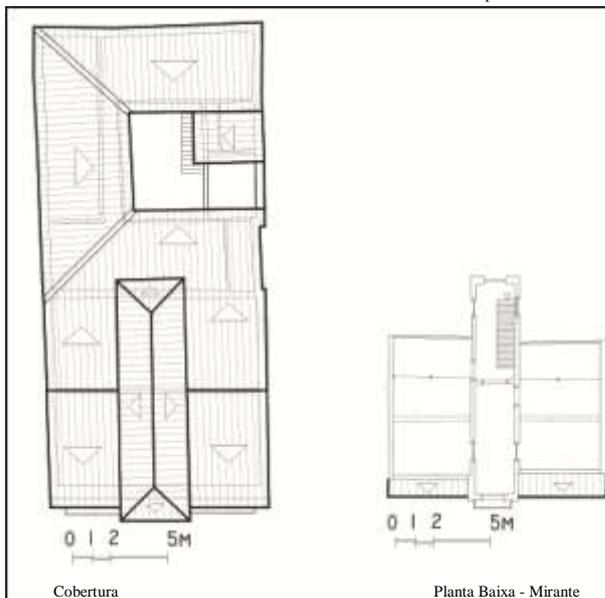
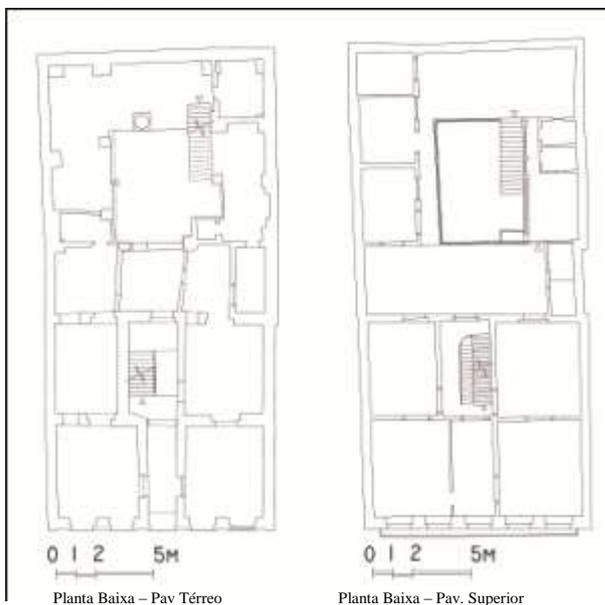
ENDEREÇO
Rua da Palma, Nº 117

SÉCULO
XVIII

DESCRIÇÃO TIPOLOGICA

Sobrado derivado da morada inteira. 02 pavimentos e mirante.

A fachada principal medindo aproximadamente 11,50 metros. Fachada simétrica possuindo três portas ladeadas por duas janelas alinhadas a cinco janelas de vergas retas no pavimento superior que possuem um único balcão corrido e sacado em cantaria guarnecido por gradil em ferro forjado. As molduras dos vãos, das portas e janelas do imóvel são em massa argamassada e pintada. Todos os vãos são vedados com esquadrias em madeira, no pavimento térreo as bandeiras das portas são gradis de ferro enquanto no pavimento superior as bandeiras são fixas em madeira e vidro. Arrematando o pano da fachada, beirais de beira seveira com cimalha argamassada e o mirante com balcão sacado guarnecido por gradil de ferro forjado.

PLANTAS / FOTOS

Fonte: Arquivo Iphan-MA - Inventário Nacional de Bens Imóveis em São Luís/MA, 2002.

Fotos: Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

SOBRADO D

ENDEREÇO
Rua Da Palma Nº 392

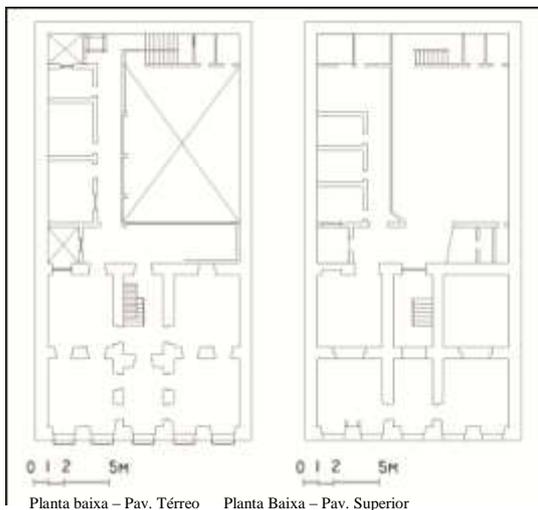
SÉCULO
XVIII

DESCRIÇÃO TIPOLOGICA

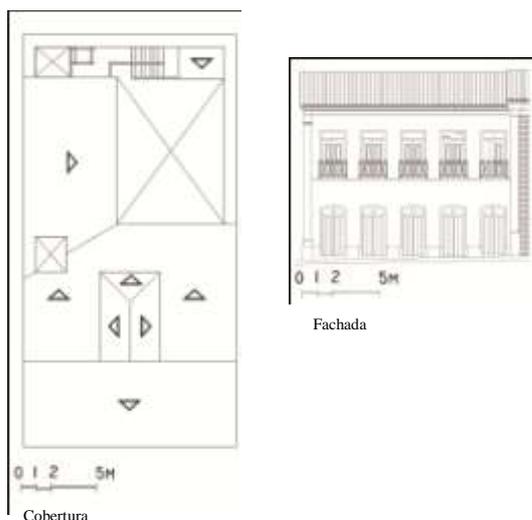
Sobrado derivado da morada inteira, comércio. 02 pavimentos e mirante.

Sobrado de dois pavimentos medindo com mirante voltado para o fundo lote. Foi construído no alinhamento da Rua da Palma, medindo de frente (fachada leste) 14,00 metros, aproximadamente. A planta baixa tem formato de “L” e é constituída por um corpo principal, uma ala lateral esquerda (sul) e pátio interno murado, ao norte. Esse sobrado foi construído em madeira e alvenaria de pedra, barro e cal. O telhado da edificação tem estrutura em madeira recoberta por telhas cerâmicas do tipo colonial – capa e canal de seção curva. A fachada principal está composta de dez vãos de portas, sendo cinco vãos em arco abatido no nível do pavimento inferior e cinco em verga reta no nível do pavimento superior. Todos esses vãos de porta são emoldurados em lioz. Cada porta do pavimento superior possui balcão em lioz e guarda corpo em ferro forjado. As esquadrias nos dois pavimentos são semelhantes, com duas folhas e bandeira em madeira. As portas superiores diferenciam-se apenas por terem suas folhas almofadadas.

Fonte: Arquivo Iphan-MA . Arq. Stella Regina Soares de Brito

PLANTAS / FOTOS

Planta baixa – Pav. Térreo Planta Baixa – Pav. Superior



Fachada

Cobertura



Fonte: Levantamento / Plantas Esquemáticas de Stella Brito
Fotos: Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

SOBRADO E**ENDEREÇO**

Rua Afonso Pena Nº119

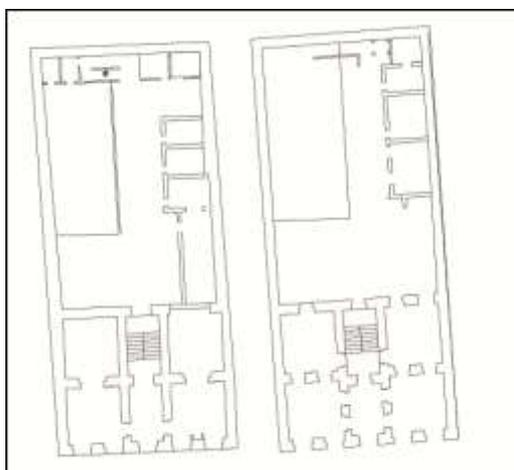
SÉCULO

XVIII

DESCRIÇÃO TIPOLOGICA

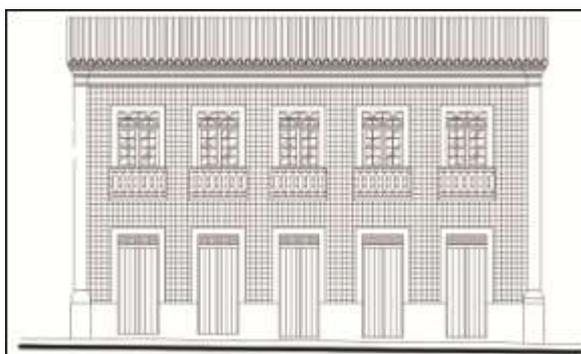
Sobrado derivado da morada inteira, comércio. 02 pavimentos.

A fachada principal é revestida com azulejos industrializados medindo aproximadamente 15,00 metros, simétrica possuindo cinco portas alinhadas a cinco janelas de vergas retas no pavimentos superior, que possuem balcões individuais sacados em cantaria guarnecidos por gradis em ferro forjado. As molduras dos vãos são em massa argamassada e pintada. Os vãos do pavimento térreo são vedados com esquadrias em madeira e bandeiras de gradis de ferro. No pavimento superior as esquadrias são em madeira e vidro com bandeiras fixas. Arrematando o pano da fachada, beirais de beira seveira e robusta cimalha.

PLANTAS / FOTOS

Planta Baixa Pav. Térreo

Planta Baixa Pav. Superior



Fachada



Fonte: Prefeitura de São Luis – Fundação de Patrimônio Histórico / Levantamento Cadastral
Foto: Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

SOBRADO F**ENDEREÇO**

Rua do Giz Nº 421

SÉCULO

XIX

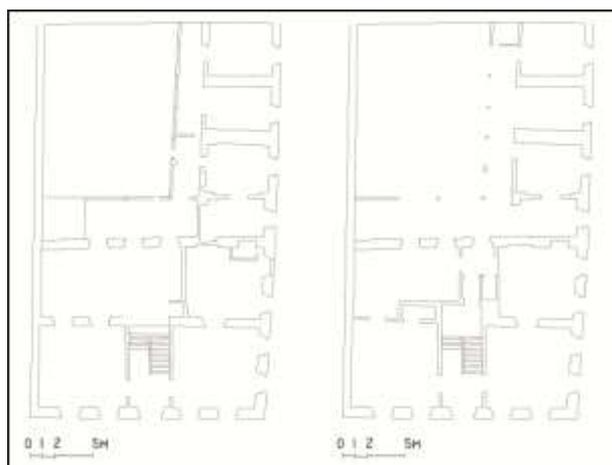
DESCRIÇÃO TIPOLOGICA

Sobrado derivado da morada inteira, comércio. 02 pavimentos.

A fachada principal medindo aproximadamente 18,20 metros, simétrica possuindo cinco portas, sendo a porta principal em arco abatido e maior que as outras em verga reta e alinhadas a cinco vãos de vergas retas no pavimento superior, que possuem balcões individuais sacados em cantaria, guarnecidos por gradis em ferro forjado. As molduras dos vãos são em massa argamassada e pintada. Todos os vãos são vedados com esquadrias em madeira, sendo as bandeiras dos vãos inferiores em madeira e dos vãos superiores em madeira e vidro. Arrematando o pano da fachada, beirais de beira seveira sobre robusta cimalha. A fachada lateral voltada para Rua da Saúde é constituída nove vãos correspondente ao nível do pavimento térreo e nove no pavimento superior sendo cinco com balcões individuais em cantaria guarnecidos com gradis de ferro forjado. Assim como na fachada frontal há um vão de maior altura indicando o acesso principal.

OBSERVAÇÕES

Sobrado de uso comercial, desta que para porta de acesso ao pavimento superior – residencial.

PLANTAS / FOTOS

Planta Baixo – Pav. Térreo

Planta Baixo – Pav. Superior



Corte Longitudinal 1



Corte Longitudinal 2



Fachada Principal – Rua do Giz



Fachada Lateral – Rua da Saúde

Fonte: Arquivo Iphan-MA - Inventário Nacional de Bens Imóveis em São Luís/MA, 2002.
Fotos: Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

SOBRADO G**ENDEREÇO**

Rua Afonso Pena Nº 46

SÉCULO

XIX

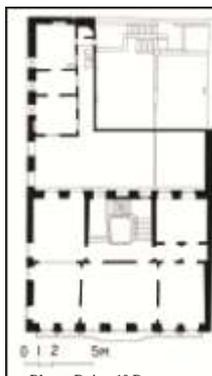
DESCRIÇÃO TIPOLOGICA

Solar derivado da morada e meia. 02 pavimentos, mezanino e mirante.

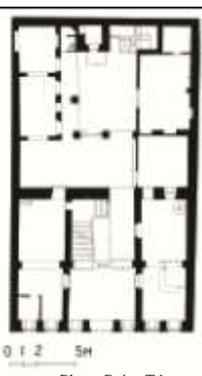
A fachada principal medindo aproximadamente 13,90 metros, simétrica possuindo sete vãos, sendo uma portada principal ladeada por janelas com gradis de ferro e um par de portas, todas alinhadas a sete vãos em arcos abatidos nos pavimentos superiores. Portada principal com elemento clássico lavrada em cantaria (litoz). Ainda no pavimento térreo dois óculos indicam o pé direito mais elevado. No segundo pavimento os três vãos centrais possuem um balcão corrido curvo seguro por mísulas em pedra de cantaria e gradil em ferro forjado enquanto os dois pares de vãos da extremidade possuem balcões individuais sacados em cantaria também guarnecidos por gradis em ferro forjado. O segundo pavimento possui os três vãos centrais com balcão sacado e gradil em ferro forjado. As molduras dos vãos, balcões e soleiras das portas de acesso ao imóvel são em cantaria (litoz). Os vãos do pavimento térreo são vedados com esquadrias em madeira e do pavimento superior em madeira e vidro tendo bandeira em formato de estrela. Arrematando o pano da fachada, beirais de beira seveira e o mirante sobre uma volumosa cimalha.

Observações

Construído em 1820 a 1829, para servir de residência ao fazendeiro Antonio Gonçalves Machado e sua família. O solar também foi residência de outras famílias ilustres, como a do tenente-coronel Raimundo Sousa Brito Soares de Sousa e do comendador Joaquim da Silva Leite. Este último evocado pelo escritor Humberto de Campos em suas “Memórias Inacabadas”, quando se refere ao sobrado “cujas as escadarias haviam sido feitas para dar passagem a oito pessoas de cada vez. E recorde-me que havia ali no alto, uma clarabóia em forma de cúpula, a qual devia descer sobre as pessoas e sobre as cousas uma claridade suave e religiosa”. O escritor Aluísio Azevedo também escreveu sobre o prédio. No livro “O Mulato”, cita o palacete ao descrever um baile, em seus salões nobres quando nele funcionava o famoso Clube Euterpe. O palacete é um dos poucos casarões que apresenta um sistema construtivo remanescente do período pombalino. O térreo é em alvenaria de pedra argamassada. Já o mezanino, primeiro e segundo pavimentos foi usada a técnica construtiva conhecida como Cruz de Santo André. O prédio sofreu algumas alterações em sua estrutura com o passar do tempo, o mirante foi ampliado para as laterais, por exemplo em 1908.

PLANTAS / FOTOS

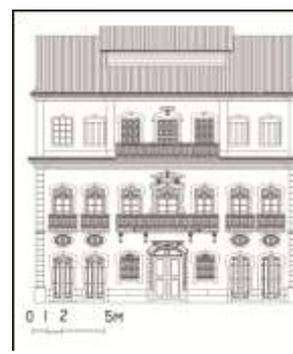
Planta Baixa 1º Pav.



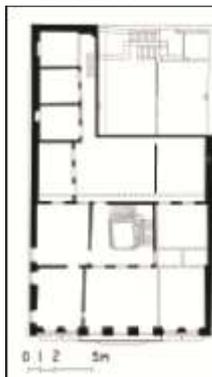
Planta Baixa Térreo



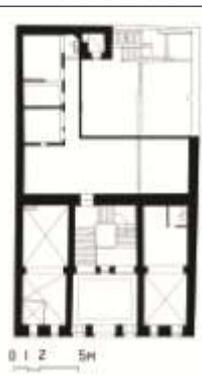
Planta Baixa Mirante



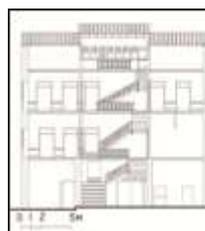
Fachada



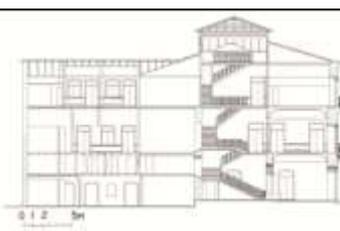
Planta Baixa 2º Pav.



Planta Baixa Mezanino



Corte Transversal



Corte Longitudinal

Fonte: Arquivo Iphan-MA - Inventário Nacional de Bens Imóveis em São Luís/MA, 2002

SOBRADO H**ENDEREÇO**

Rua de Nazaré Nº 200

SÉCULO

XIX

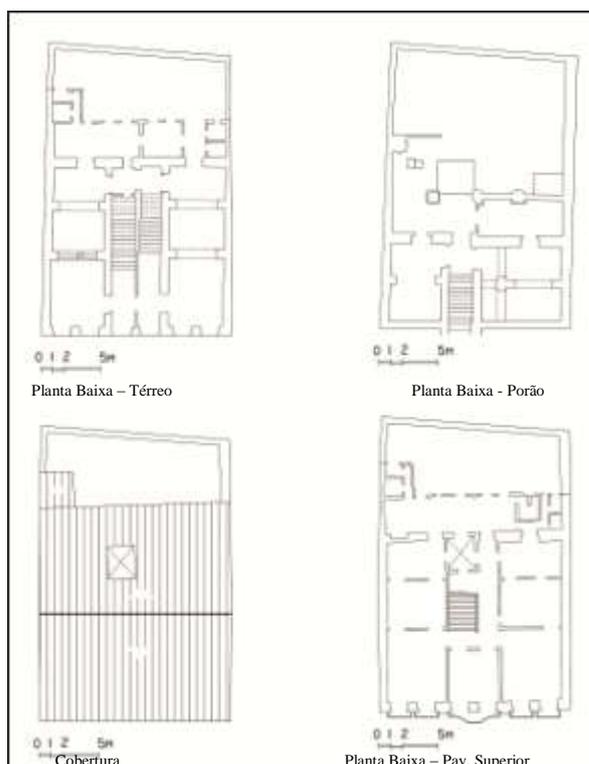
Descrição Tipológica

Sobrado derivado da morada inteira, comércio. 02 pavimentos e porão.

A fachada principal medindo aproximadamente 16,00 metros, simétrica possuindo seis portas em arco abatido e alinhadas a seis janelas no pavimento superior. Os vãos estão dispostos em pares sendo separados por cunhais em cantaria (lióz) no térreo, tendo sua continuidade no pavimento superior em massa argamassada pintada. Os vãos centrais do pavimento superior possuem balcão corrido curvo em cantaria seguro por três mísulas enquanto os pares das extremidades possuem balcões individuais sacados em cantaria, guarnecidos por gradis em ferro forjado. As molduras dos vãos, balcões e soleiras das portas de acesso ao imóvel são em cantaria (lióz), sendo os do pavimento superior com moldura estilizada. Os vãos do pavimento térreo são vedados com esquadrias em madeira e bandeiras em gradis de ferro, enquanto os vãos do pavimento superior são vedados com esquadrias em madeira e vidro e assim como as bandeiras. Arrematando o pano da fachada, beirais com eira e beira sobre cimalha.

Observações

Prédio Já Foi A Sede Da Academia Maranhense de Letras

PLANTAS / FOTOS

Fonte: Arquivo Iphan-MA - Inventário Nacional de Bens Imóveis em São Luís/MA, 2002.
Fotos: Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

SOBRADO I**ENDEREÇO**

Rua da Estrela Nº 559

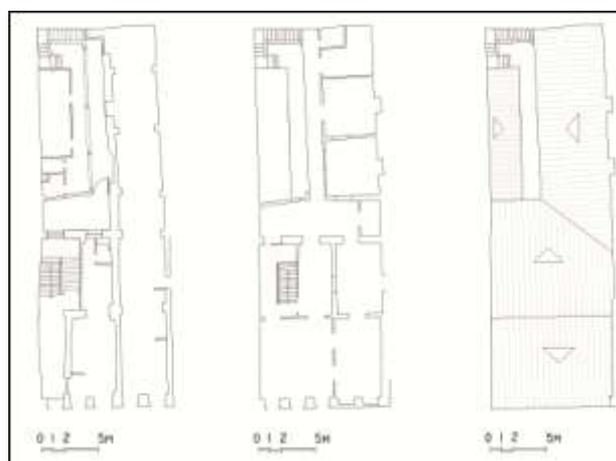
SÉCULO

XIX

DESCRIÇÃO TIPOLOGICA

Sobrado derivado da morada inteira, comércio. 02 pavimentos.

A fachada principal medindo aproximadamente 11,60 metros, simétrica possuindo cinco portas alinhadas a cinco janelas em arco abatido no pavimento superior, que possuem balcões individuais sacados em cantaria guarnecidos por gradis em ferro forjado. A porta central possui altura maior que as laterais. As molduras dos vãos, balcões e soleiras das portas de acesso ao imóvel são em cantaria (lióz). Todos os vãos são vedados com esquadrias em madeira sendo as esquadrias do pavimento superior com bandeiras em madeira e vidro bastante deterioradas. Arrematando o pano da fachada, beirais de beira seveira sobre cimalha.

PLANTAS / FOTOS

Planta Baixa - Térreo

Planta Baixa - Pav. Superior

Cobertura



Fonte: Arquivo Iphan-MA - Inventário Nacional de Bens Imóveis em São Luís/MA, 2002.

Fotos: Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

SOBRADO J**ENDEREÇO**

Rua Afonso Pena nº 378

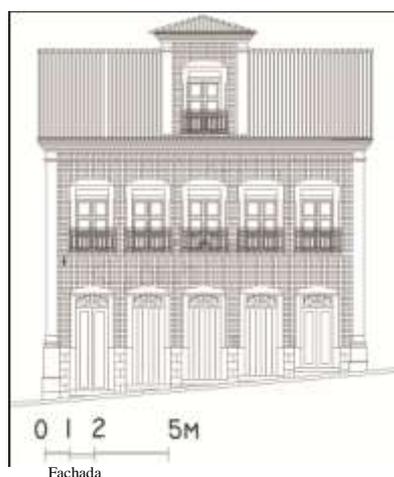
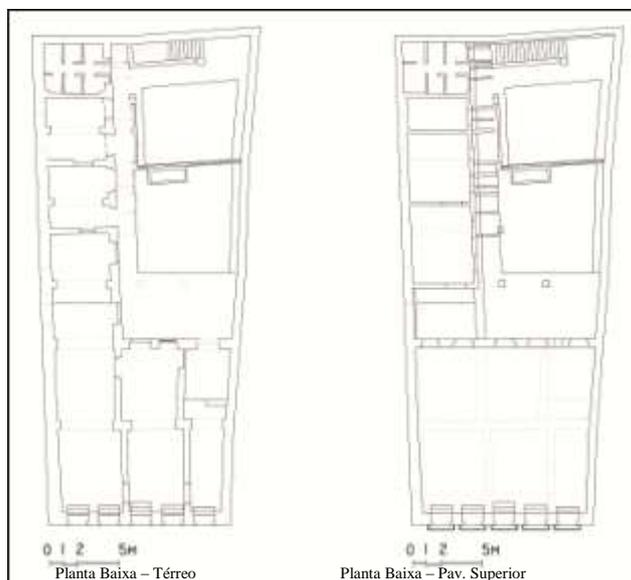
SÉCULO

XIX

DESCRIÇÃO TIPOLOGICA

Sobrado derivado da morada inteira, comércio. 02 pavimentos, mirante e azulejos.

A fachada principal é revestida com azulejos estampilhados de composição isolada, medindo aproximadamente 13,00 metros, simétrica possuindo cinco portas alinhadas a cinco vãos, todos em arco abatido que possuem balcões individuais sacados em cantaria guarnecidos por gradis em ferro forjado. As molduras dos vãos, balcões e soleiras das portas de acesso ao imóvel são em cantaria (lióz). Todos os vãos são vedados com esquadrias em madeira com bandeira em madeira e vidro. Arrematando o pano da fachada beiral de beira seveira sobre uma volumosa cimalha e o mirante com vão guarnecido por gradis em ferro forjado. Cunhais volumosos ladeiam o prédio.

PLANTAS /FOTOS

Fonte: Arquivo Iphan-MA - Inventário Nacional de Bens Imóveis em São Luís/MA, 2002.
Fotos: Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

SOBRADO L**ENDEREÇO**

Rua da Palma, Nº 360 / Rua Direita, 232

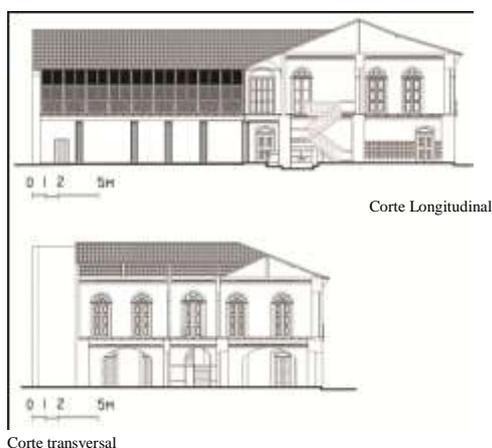
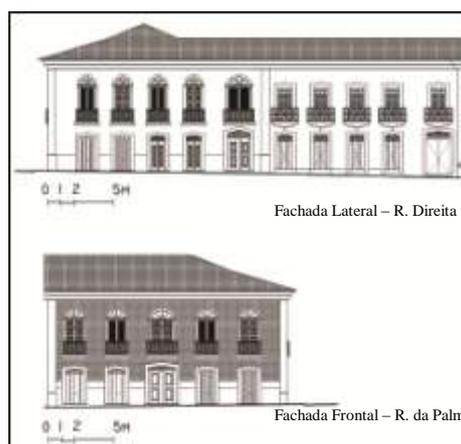
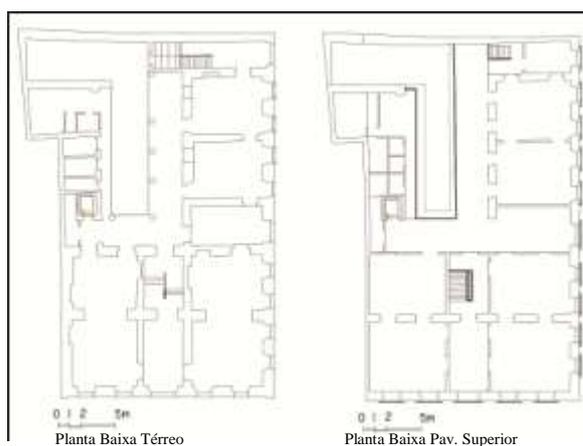
SÉCULO

XVIII

DESCRIÇÃO TIPOLOGICA

Sobrado derivado da morada inteira. 02 pavimentos e azulejos.

A fachada frontal (Rua da Palma) é revestida com azulejos portugueses estampilhados e mede aproximadamente 18,80 metros. Fachada simétrica possuindo cinco portas com arco abatido e alinhadas a cinco vãos em arcos plenos no pavimento superior que possuem balcões individuais sacados em cantaria guarnecidos por gradis em ferro forjado. As molduras dos vãos são em massa argamassada pintada. Os vãos do pavimento térreo são vedados com esquadrias em madeira almofadas e do pavimento superior com venezianas fixas e bandeira em madeira e vidro. A fachada lateral voltada para Rua Direita, acrescida por adição de lote, é constituída por vãos de diferentes vergas separados por cunhal, medindo aproximadamente 32,00 metros no total. Dez vãos de cada lado do cunhal. Do lado esquerdo o pavimento térreo e superior acompanham os arcos da fachada principal com balcões individuais sacados em cantaria guarnecidos por gradis em ferro forjado, sendo o ultimo vão maior que os demais. Os vãos do lado direito do cunhal são em arco abatido, tanto no pavimento superior quanto no térreo. No pavimento superior possuem balcões individuais sacados em cantaria, guarnecidos por gradis em ferro forjado, sendo o ultimo vão também maior que os demais. Os vãos do pavimento térreo são vedados com esquadrias em madeira almofadas e bandeiras em gradis de ferro, e as do pavimento superior com venezianas fixas e bandeiras em madeira e vidro. Arrematando as duas fachadas beirais de beira seveira sobre volumosa cimalha.

PLANTAS / FOTOS

Fonte: Prefeitura de São Luis – Fundação de Patrimônio Histórico
Foto: Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

SOBRADO M**ENDEREÇO**

Rua da Palma Nº 220

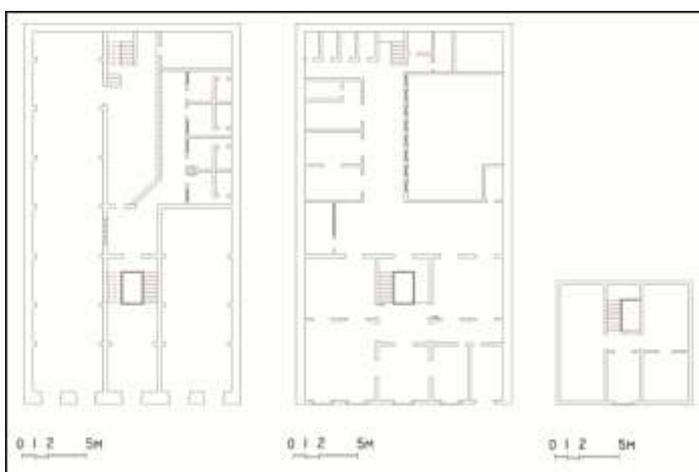
SÉCULO

XVIII

DESCRIÇÃO TIPOLOGICA

Solar derivado da morada inteira. 02 pavimentos e mirante.

A fachada principal medindo aproximadamente 17,00 metros, simétrica possuindo cinco portas alinhadas a cinco vãos todos em arco abatido que possuem balcões individuais sacados em cantaria, guarnecidos por gradis em ferro forjado. As molduras dos vãos são em massa argamassada pintada. Todos os vãos são vedados com esquadrias em madeira sendo os do pavimento superior com bandeira em madeira e vidro. Porta principal e da extremidade direita maior que as demais indicando acessos distintos. Arrematando o pano da fachada, beiral de beira seveira sobre uma volumosa cimalha e o mirante com vão guarnecido por gradis em ferro forjado.

PLANTAS / FOTOS

Planta Baixa Térreo

Planta Baixa Pav. Superior

Planta Baixa Mirante



Fachada

Corte Transversal

Fontes: Prefeitura de São Luis – Fundação de Patrimônio Histórico / Levantamento Cadastral e Arquivo Iphan-MA - Inventário Nacional de Bens Imóveis em São Luís/MA, 2002.
Fotos: Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

MORADA N**ENDEREÇO**

Rua Da Palma Nº 565

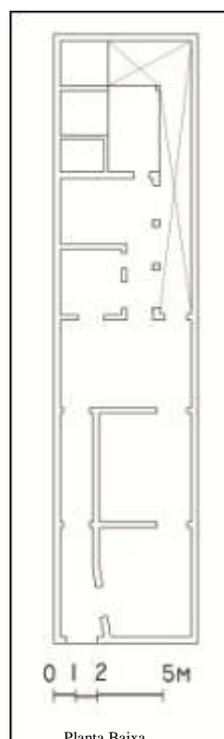
SÉCULO

XVIII

DESCRIÇÃO TIPOLOGICA

Porta-e-janela.

A fachada principal medindo aproximadamente 6,00 metros com vãos em arco abatido. As molduras dos vãos são em massa argamassada e pintada. Porta em madeira com bandeira em madeira e vidro e janela em venezianas fixas e vidro. Arrematando o pano da fachada, beiral sobre uma volumosa cimalha.

PLANTAS / FOTOS

Planta Baixa



Fonte: Prefeitura de São Luis – Fundação de Patrimônio Histórico / Levantamento Cadastral
Foto: Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

MORADA O**ENDEREÇO**

Rua da Palma Nº 569

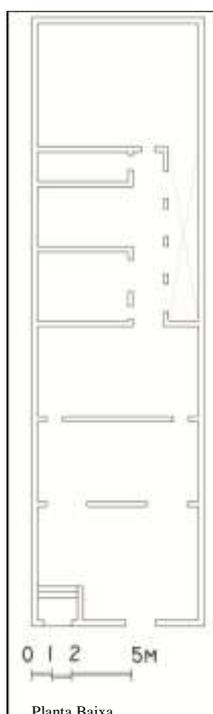
SÉCULO

XVIII

DESCRIÇÃO TIPOLÓGICA

Porta-e-janela.

A fachada principal medindo aproximadamente 8,50 metros com vãos em vergas retas e molduras de massa argamassada somente na parte superior dos vãos. Porta e janela em madeira almofada com bandeira em madeira fixa. Arrematando o pano da fachada, beiral cimalha.

PLANTAS / FOTOS

Fonte: Prefeitura de São Luis – Fundação de Patrimônio Histórico / Levantamento Cadastral
Foto: Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

MORADA P

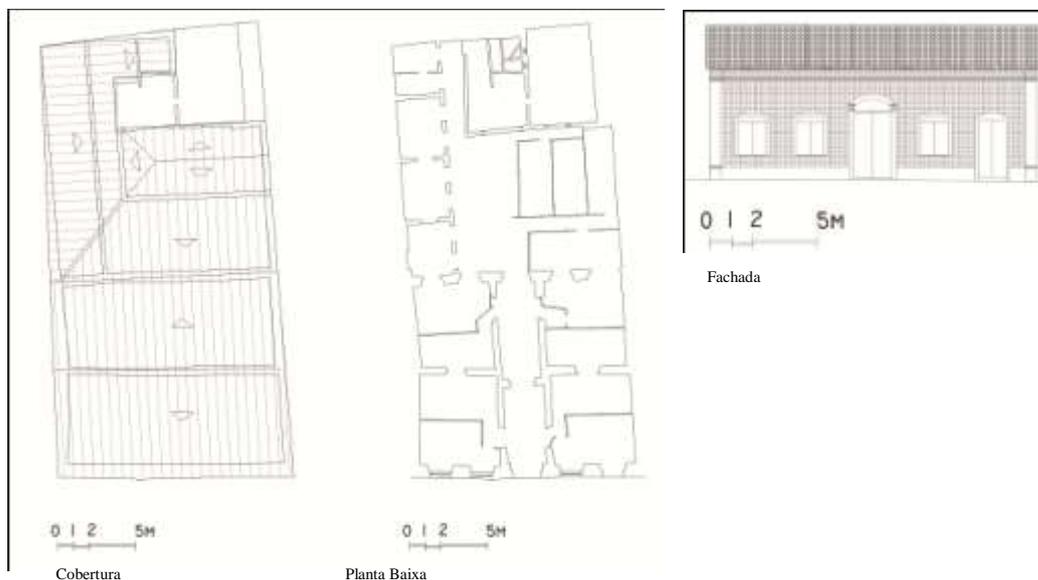
ENDEREÇO
Rua do Giz, Nº 458

SÉCULO
XVIII

DESCRIÇÃO TIPOLOGICA

Morada inteira, com azulejos.

A fachada principal é revestida com azulejos portugueses estampilhados nas cores azul e amarelo, medindo aproximadamente 15,30 metros. Fachada simétrica possuindo cinco vãos. Vão principal em arco pleno e laterais em arco abatido com molduras em massa argamassada e pintada. Porta central com altura maior que os vãos laterais indicando acesso. Porta em madeira e janelas em venezianas fixas com bandeira em madeira e vidro. Vão da extremidade direita adulterado. Arrematando o pano da fachada, beiral de beira seveira sobre uma volumosa cimalha e cunhais laterais.

PLANTAS / FOTOS

Fonte: Arquivo Iphan-MA - Inventário Nacional de Bens Imóveis em São Luís/MA, 2002.
Foto: Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

MORADA Q**ENDEREÇO**

Rua Afonso Pena Nº 213

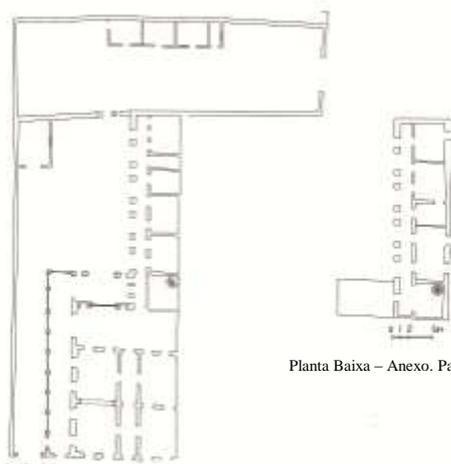
SÉCULO

XIX

DESCRIÇÃO TIPOLOGICA

Morada inteira com platibanda e porão alto

A fachada principal em estilo eclético medindo aproximadamente 21,00 metros com acesso e varanda lateral. Adição de lote na parte posterior que dá acesso a entrada secundária. Cinco portas mais o acesso lateral. Vãos em esquadrias de madeira, com venezianas fixas e vidro, com bandeiras em forma de arabescos e molduras em massa argamassada e pintada com desenhos na parte superior. Balcões entalados guarnecidos com gradil em ferro inspirados em formas antigas como o quadrifólio. Platibanda com arabescos e entablamento com frisos verticais e cornija. Portão lateral em ferro com formas curvas e simétricas ladeado por pinhas que coroam as colunas de acesso a garagem.

PLANTAS / FOTOS

Planta Baixa – Anexo. Pav. Superior

Planta Baixa - Térreo



Fachada Posterior

0 1 2 5M



Fachada Frontal

0 1 2 5M



Fachada Lateral

0 1 2 5M

Fonte: Arquivo Iphan-MA - Inventário Nacional de Bens Imóveis
em São Luís/MA, 2002

Fotos: Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

MORADA R**ENDEREÇO**

Rua Afonso Pena Nº 98

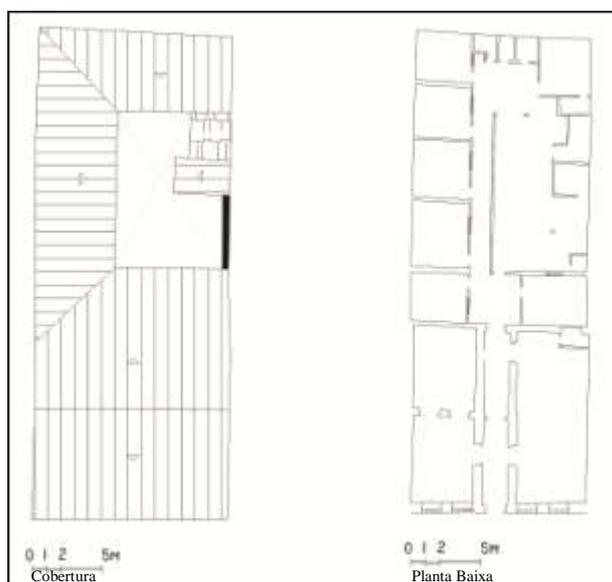
SÉCULO

XIX

DESCRIÇÃO TIPOLOGICA

Morada inteira, porão alto com platibanda e azulejos.

A fachada medindo aproximadamente 12,60 metros com vãos em arco pleno e azulejos estampilhados em azul e branco. As molduras dos vãos são em massa argamassada e pintada. Porta principal e bandeira em gradil de ferro. Janelas tipo balcão entalado em madeira com venezianas fixas e bandeiras com vidro guarnecidas por gradis de ferro. Porão alto. Arrematando o pano da fachada platibanda vazada com balaustre.

PLANTAS / FOTOS

Fonte: Arquivo Iphan-MA - Inventário Nacional de Bens Imóveis em São Luís/MA, 2002.

Fotos: Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

MORADA S**ENDEREÇO**

Rua do Giz Nº394

SÉCULO

XIX

DESCRIÇÃO TIPOLOGICA

Morada inteira com porão alto.

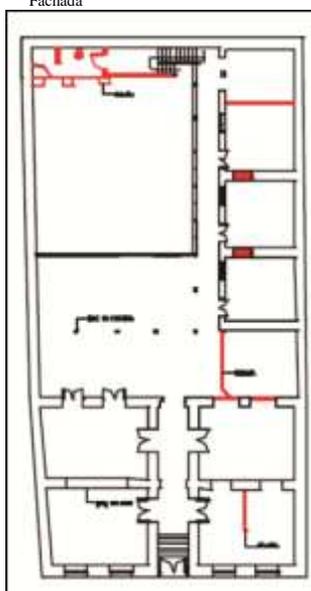
A fachada medindo aproximadamente 12,80 metros com frisos e vãos em arco pleno. As molduras dos vãos possuem elementos clássicos e são em massa argamassada e pintada. Porta em madeira com bandeira em gradil de ferro fundido e janelas com balcões entalados e venezianas fixas com bandeiras em madeira e vidro, guarnecidas por gradis de ferro. Cunhais em forma de colunas com capitéis que também ladeiam a porta principal. Porão alto. Arrematando o pano da fachada platibanda interrompida por arco pleno com desenho em massa, emoldurada por cimalha sob balaustrada e arrematada com acrotérios e pinhas. Calhas metálicas pintadas de branco que descem da platibanda simetricamente entre as janelas.

Observações

Morada que abriga hoje o Hotel Villa São Luís.

PLANTAS / FOTOS

Fachada

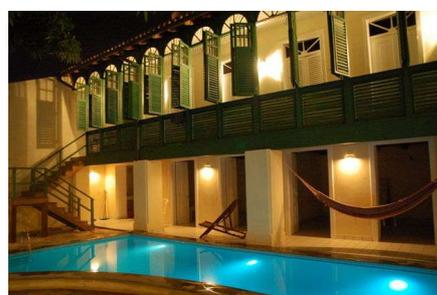


Planta Baixa (antes da reforma / construção da piscina)

Fonte: Souza (2002)



Foto: Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão



Fotos Promocionais em OLX (2010)

MORADA T**ENDEREÇO**

Rua Afonso Pena Nº 394

SÉCULO

XVIII

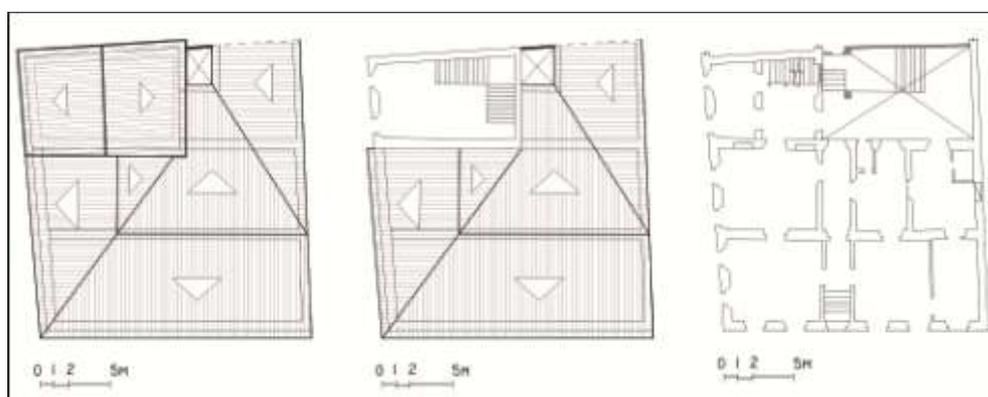
DESCRIÇÃO TIPOLOGICA

Morada inteira com porão alto e mirante na parte posterior.

A fachada principal medindo aproximadamente 18,80 metros com vãos em arco abatido. As molduras dos vãos são em massa argamassada e pintada. Porta em madeira com bandeira em gradil de ferro, janelas em madeira e algumas com venezianas fixas. Vão da extremidade direita corresponde a um acesso de serviço. Dois pequenos óculos que correspondem ao porão. Fachada lateral com oito vãos, sendo dois correspondentes ao mirante. Arrematando o pano da fachada cunhais e beiral com beira seveira sobre uma volumosa cimalha.

Observações

O mirante está na parte posterior, na fachada secundária, voltado para o mar, o que comprova, neste caso, a sua função de observação de embarcações.

PLANTAS / FOTOS

Cobertura

Planta Baixa Mirante

Planta Baixa Térreo



Fonte: Arquivo Iphan-MA - Inventário Nacional de Bens Imóveis em São Luís/MA, 2002.
Fotos: Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

MORADA U**ENDEREÇO**

Rua da Palma Nº 652

SÉCULO

XVIII

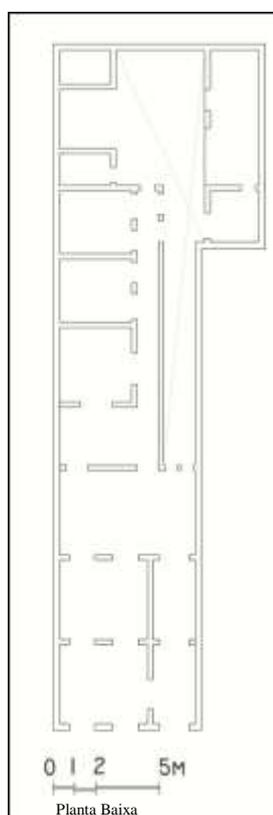
DESCRIÇÃO TIPOLOGICA

Meia morada.

A fachada medindo aproximadamente 7,00 metros com vãos em arco abatido. As molduras dos vãos são em massa argamassada e pintada. Porta em madeira com bandeira em madeira e vidro e janela em venezianas fixas e bandeiras com vidros . Arrematando o pano da fachada, beiral sobre cimalha.

Observações

Notam-se as janelas modificadas em seu comprimento.

PLANTAS / FOTOS

Fonte: Prefeitura de São Luis – Fundação de Patrimônio
Histórico / Levantamento Cadastral

Fotos: Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

MORADA V

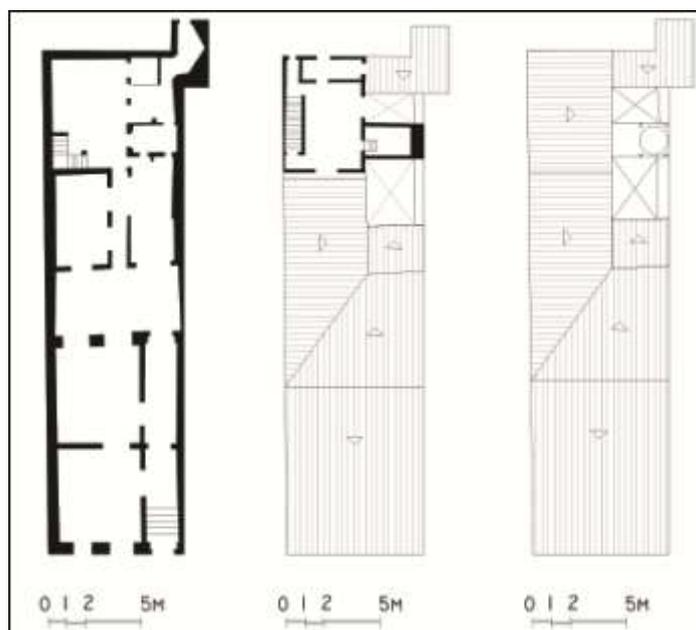
ENDEREÇO
Rua do Sol, Nº 211

SÉCULO
XIX

DESCRIÇÃO TIPOLOGICA

Meia morada com azulejos.

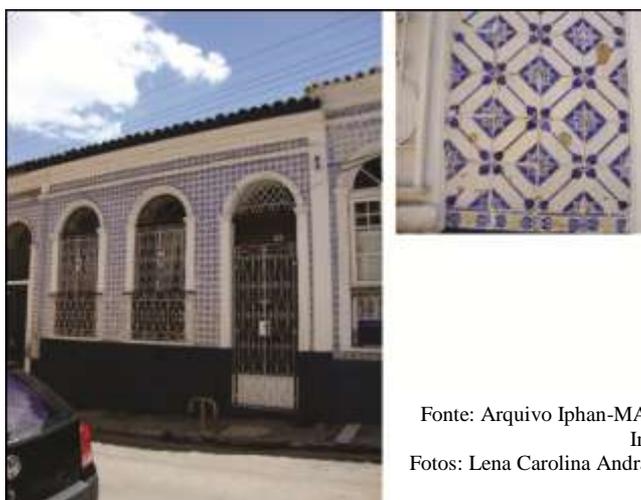
A fachada medindo aproximadamente 7,30 metros em azulejos estampilhados em azul e branco, com vãos em arco pleno. As molduras dos vãos são em massa argamassada e pintada. Porta em madeira com bandeira e portão em gradil de ferro. Janelas com balcões entalados guarnecidas por gradis de ferro. Arrematando o pano da fachada beiral sobre cimalha.

PLANTAS / FOTOS

Planta Baixa Térreo

Planta Baixa Anexo Superior

Cobertura



Fonte: Arquivo Iphan-MA - Inventário Nacional de Bens
Imóveis em São Luís/MA, 2002.

Fotos: Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

MORADA X

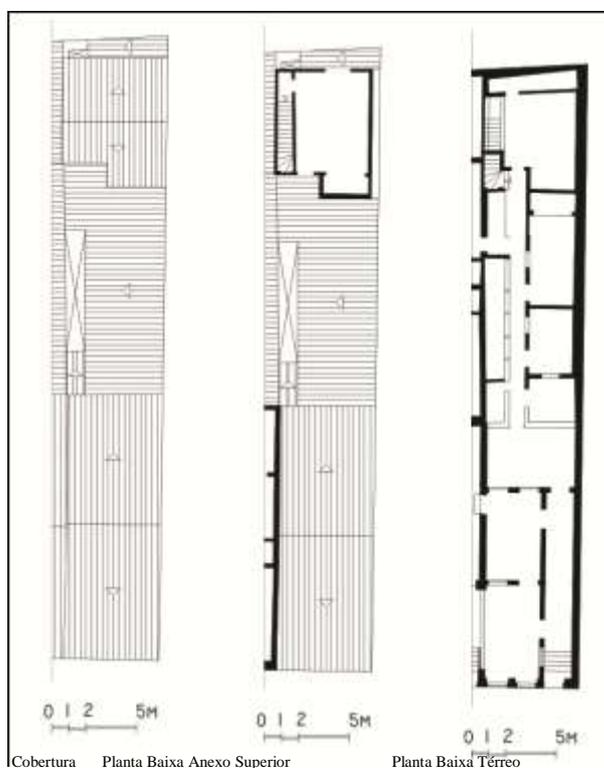
ENDEREÇO
Rua do Sol, Nº 223

SÉCULO
XIX

DESCRIÇÃO TIPOLOGICA

Meia morada.

A fachada medindo aproximadamente 5,40 metros em azulejos em estampagem mecânica, com vãos em arco pleno. As molduras dos vãos são em massa argamassada e pintada. Porta em madeira com bandeira e portão em gradil de ferro. Janelas com balcões entalados guarnecidas por gradis de ferro são em madeira e vidro. Completando o pano da fachada platibanda em balaustrada arrematada por acrotérios.

PLANTAS / FOTOS

Cobertura Planta Baixa Anexo Superior

Planta Baixa Térreo



Fonte: Arquivo Iphan-MA - Inventário Nacional de Bens Imóveis em São Luís/MA, 2002.

Foto: Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

MORADA Z**ENDEREÇO**

Rua do Sol N°598

SÉCULO

XIX

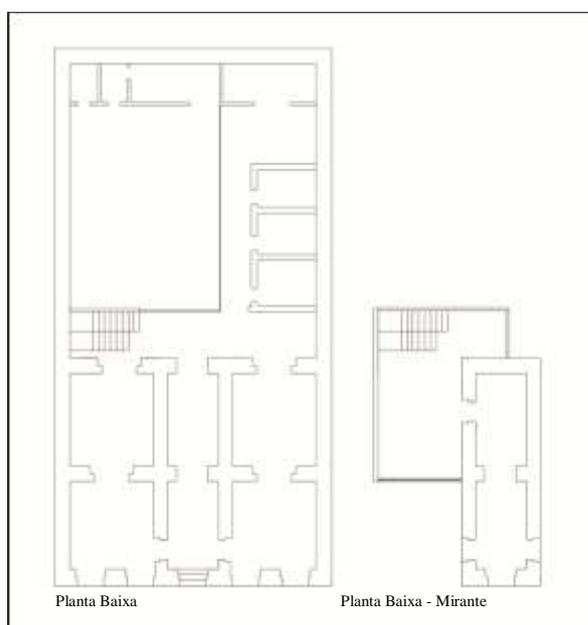
DESCRIÇÃO TIPOLOGICA

Morada inteira com mirante.

A fachada medindo aproximadamente 14,00 metros com vãos em arco abatido. As molduras dos vãos são em massa argamassada e pintada. Porta em madeira com bandeira e portão em gradil de ferro. Janelas com balcões entalados guarnecidas por gradis de ferro. Arrematando o pano da fachada beiral sobre volumosa cimalha e mirante com pequeno balcão sacado guarnecido por gradil de ferro.

Observações

Ampliação do mirante (construção recente), que não é notado na fachada principal.

PLANTAS / FOTOS

Fonte: Desenho esquemático da autora
Fotos: Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

3 MORADA LUDOVICENSE

A etapa metodológica sobre a morada ludovicense está ligada primeiramente ao reconhecimento e análise tipológica, depois a constatação e análise de elementos característicos destas construções que possam corroborar com o caráter de tradição bem como com os que indiquem sua índole adaptativa, itens que serão discutidos com mais profundidade no próximo capítulo. Neste sentido foi necessário juntamente com a pesquisa bibliográfica e literária, uma pesquisa de campo para reconhecimento e escolha dos exemplares a serem estudados. Assim, a pesquisa bibliográfica subsidiou a finalização do reconhecimento das famílias tipológicas que deram origem ao sobrado, bem como os principais elementos aqui citados.

Considera-se prudente começar este pensamento com a explicação do termo morada. Morada pode ser definida como um termo genérico utilizado em muitas partes do norte e nordeste do país, e tem como sinônimo a moradia, residência, estada habitual, lugar em que se vive. É exatamente na morada, na casa urbana que recai o interesse maior sobre a arquitetura maranhense. Esta arquitetura, em seu conjunto, constitui a expressão máxima da produção arquitetônica maranhense, apesar de se tratar de obras de cunho popular, ainda que muitas vezes apresentem detalhes de aspecto erudito. Como em muitos outros lugares do Brasil, a morada ludovicense conhece o sobrado e a casa térrea, porém deriva de denominações locais, alusivas às dimensões da frente da casa e conseqüentemente à organização da planta.

A morada nuclear, portanto, vem de um tipo de casa pequena conhecida como *porta-e-janela*, que para Castro (1983) seria uma variante mínima do que chama de *casa-corredor*. Este tipo ludovicense de *porta-e-janela* é identificada tanto no Maranhão quanto no Piauí, cuja evolução através do rebatimento e ampliação das plantas, origina outros tipos como a *meia morada* e *morada inteira*, conhecidos basicamente no Maranhão. A casa *porta-e-janela* pode ser considerada como a habitação das grandes massas, que consiste em um pequeno prédio de uma porta e uma janela na fachada externa, sem corredor onde a comunicação com o resto da casa é feita através dos próprios compartimentos. “É a morada pobre, porém ainda assim decente e limpa” (MACEDO, 2001, p. 26).

Assim, o que chamamos de *meia morada*⁵ define a redução do termo morada, ou seja uma edificação térrea composta por sala, alcova, varanda e cozinha como apêndice, com uma porta e duas janelas na fachada que iluminam a sala. A duplicação desta planta básica ancorada por um corredor central cria o que chamamos de *morada inteira*.

A morada inteira, por sua vez apresenta uma varanda aumentada se comparada com os outros dois tipos anteriores, ela é um símile do solar, porém sem o pavimento superior. “Porquanto no sobrado as plantas se sobrepõem, na casa térrea se desdobram em módulos à estrutura principal” (SILVA FILHO, 2008, p. 52).

Desta forma, considerar-se que o sobrado seria nada mais que a sobreposição dos tipos de plantas descritos anteriormente, muitas vezes coroado por um mirante localizado quase sempre sobre a projeção da escada para manter a renovação de ar no seu interior.

É possível afirmar que o sobrado ludovicense tem suas pequenas particularidades se comparados aos demais congêneres nacionais, principalmente pela organização do seu espaço interior uma vez que este deriva de tipos tipicamente maranhenses, que se dá também pela largura dos lotes e pela pouca profundidade dos seus pavimentos, além do aparecimento do compartimento que substitui a sala de refeições e descanso, que é a varanda, esta sim, completamente aberta.

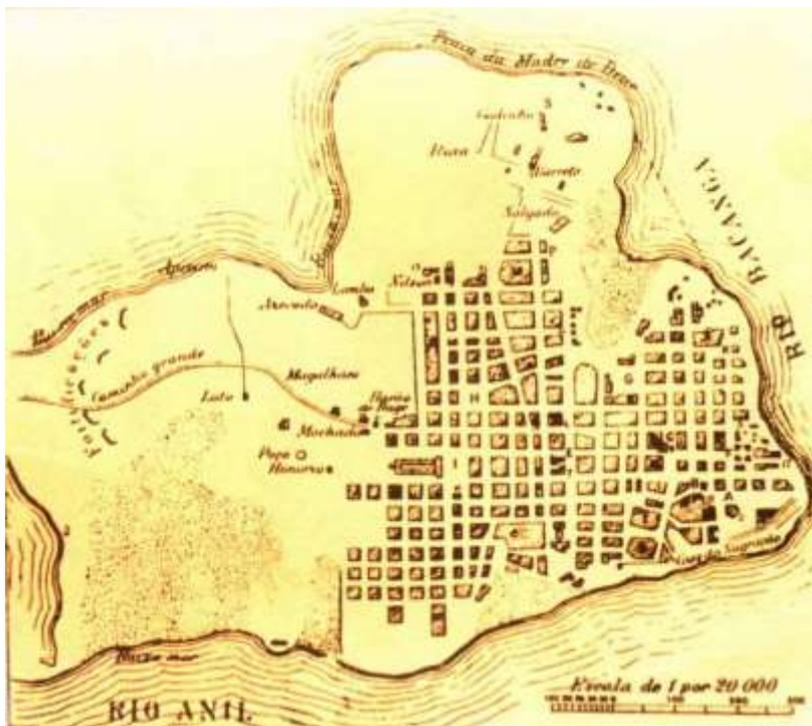
A partir destas considerações, o sobrado passa a ser o exemplo maior desta arquitetura civil, de caráter genuíno, onde é possível encontrar nele a evolução da morada ludovicense e, por conseguinte, não só o seu caráter tradicional, como também todos os itens de adaptabilidade.

Esta definição do padrão tipológico da arquitetura ludovicense foi possibilitada devido aos quarteirões regulares definidos pela traça do século XVII como se verificou no mapa de 1844 (figura 1). Foi sobre a matriz do traçado urbano de Francisco Frias de Mesquita, autorizada pelas ordenações do Senado da Câmara durante os séculos XVII e XVIII consolidou-se o sobrado ludovicense:

[...] o traçado regulador do princípio do século XVII ainda se faz presente, e os prédios do século XIX mostram rigorosa simetria no risco das fachadas, definindo superfícies contínuas do alinhamento das vias e sobre os limites laterais dos lotes. Muitos foram paramentados com azulejos portugueses a partir do final do século XVIII, evidenciando a tipicidade urbana (SILVA FILHO, 1998, p. 25).

⁵ Para Corona e Lemos (1989), seria o nome dado a residência térrea composta de sala, quarto no centro da planta e varanda com uma cozinha em apêndice encarreirados por um corredor. A largura da sala da frente mais a largura do corredor determinam a extensão da fachada. A casa com o corredor central corresponde a meia morada duplicada por isso é chamada de morada inteira.

Figura 1 - Mapa da cidade de São Luís de 1844



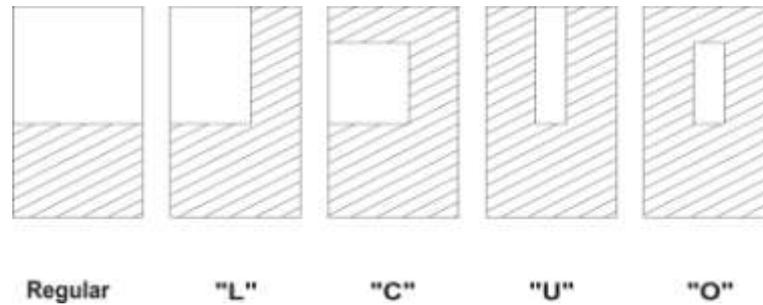
Fonte: Maranhão (1997)

É possível, ainda, verificar uma relação muito forte entre este traçado regulador e o loteamento das quadras, pois mesmo a expansão da cidade durante todo século XIX obedeceu ao mesmo modelo:

O projeto de urbanização do engenheiro Frias de Mesquita se fez tão determinante para a evolução urbana de São Luís que até mesmo as áreas da cidade que vieram a se consolidar cerca de 200 anos depois, já durante o século XIX, nas imediações do campo d'Ourique e da rua das Hortas, ainda obedeciam ao mesmo padrão reticulado uniforme de ruas estreitas, de sete a dez metros de largura e às dimensões de quadras, de 80 X 80 metros (ANDRÉS, 2006, p. 7).

Confirmando assim, o que foi dito por Reis (2000a) e citado no capítulo anterior: a uniformidade dos terrenos está diretamente ligada a uniformidade dos partidos. Nestas condições ilustram-se os tipos básicos de implantações nos lotes segundo o estudo de Silva Filho (1998) (desenho 1). As implantações se dão em cinco versões de plantas: a implantação regular, em "L", em "C", em "U" e em "O", predominando as formas em "L" e "U".

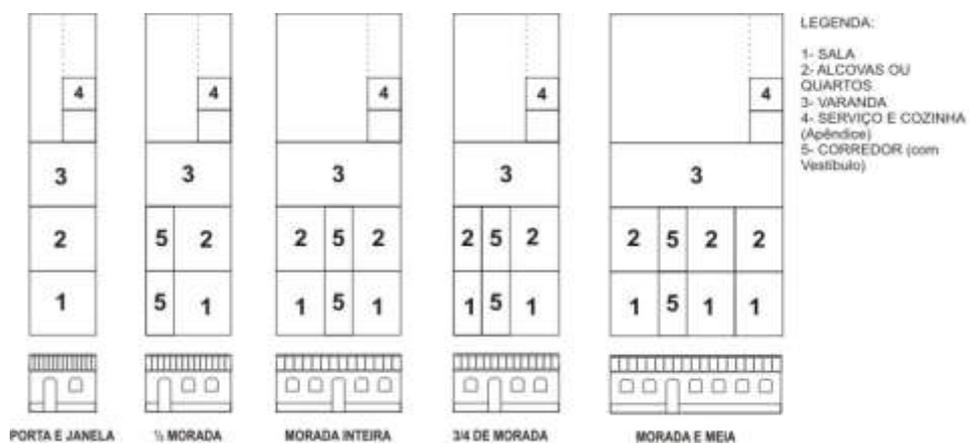
Desenho 1 - Implantações de acordo com o Estudo de Silva Filho



Fonte: Redesenhado pela autora de acordo com estudo de Silva Filho (1998, p. 45)

Analisando as dimensões dos lotes, em particular a testada principal, pode-se verificar a estreita ligação entre o tamanho da testada e a opção tipológica adotada, considerando que as edificações não apresentavam recuos laterais. Deste modo, é permitido dizer que a partir da identificação do tipo nuclear, *porta-e-janela*, pode-se determinar a origem de sua evolução direta: *a meia morada* e *a morada inteira*; e de mais duas tipologias: $\frac{3}{4}$ *de morada* e *a morada e meia* (desenho 2). Sem pavimentos, há ainda as variações com comércio, porão e mirante. Além destes, é possível encontrar um total de 13 variações, considerando aí vários pavimentos, mirantes e porões (SILVA FILHO, 1998, p. 45). Outra possibilidade de composição era o emprego de mais de uma porta, o que, neste caso, quase sempre indicava a duplicidade de funções complementares, como comércio.

Desenho 2 - Desenho esquemático das Tipologias Básicas



Fonte: Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

Este sistema ortogonal da traça à espanhola acabou privilegiando igualmente todos os logradouros, conferiu a implantação dos prédios de esquina uma maior vantagem topográfica, com um melhor aproveitamento do lote (SILVA FILHO 1998); forçando a entrada principal para fachada menor e o porão no desnível do terreno, seja na casa térrea ou no sobrado, como pode ser observado na Farmácia João Victal de Mattos (foto 1).

Foto 1 - Antiga Farmácia João Victal de Mattos



Fonte: Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

Todo este complexo arquitetônico desenvolveu-se sobre esta estrutura fundiária disposta em quadras pela traça regular, parceladas ao longo do tempo por cartas régias que se transformaram nos atuais lotes do Centro Histórico, o que resultou numa malha urbana articulada; fazendo com que as construções ocupassem, ao longo deste processo de edificação da cidade, a testada principal dos lotes, sem recuos laterais ou frontais, destinando o fundo a áreas livres descobertas. Dependendo das necessidades da edificação, ou do tamanho dos lotes, a ocupação avançou para as laterais transformando as implantações regulares em “L” ou em “U” e as áreas livres, que eram utilizadas como quintais em pátios internos.

3.1 Exemplos estudados

Para melhor exemplificar esta pesquisa escolheu-se 23 moradas a fim de se constatar as verificações. Dentre elas, 12 são sobrados, que de modo geral, compõem de

forma marcante a paisagem da cidade construída entre os séculos XVIII e XIX, que permanece bem preservada no bairro da Praia Grande (foto 2):

A sua pequena dimensão, o traçado ortogonal das suas vias estreitas, determinando a formação de quadras reduzidas, bem como a altura das edificações de baixo gabarito, contribuem para a configuração de uma escala humana e íntima, onde o ritmo estabelecido pela variação da altura dos telhados, pela topografia e pela simetria das fachadas, oferece um resultado harmonioso. Nele, as edificações foram implantadas de forma contínua, junto às testadas dos lotes, estabelecendo um alinhamento sobre as calçadas, formando uma textura compacta e regular. Ligeiras modificações na direção e largura das vias e a conformação de pequenos espaços abertos pontuando a área criam o peculiar ritmo da paisagem urbana de São Luís (ANDRÉS, 2006, p. 24).

Foto 2 - Rua Portugal: Praia Grande



Fonte: Maurício Moreira

Para Vauthier (apud WEIMER, 2005, p. 194), em seus escritos sobre as casas de moradia do Brasil, o sobrado urbano era a residência típica do país nos anos de 1840, era uma versão da “casa térrea, cuja planta correspondia à planta alta.”

Este tipo de morada representa bem a arquitetura promovida na cidade de São Luís após a consolidação do comércio local e das relações mercantilistas que foram determinantes para a consolidação das cidades antigas do Maranhão e de outras regiões exportadoras do Norte do Brasil:

Em suma, o propósito era transferir produtos agrícolas em larga escala para a Europa. Exatamente, da mesma forma como havia sido feito com o ouro das Minas Gerais e se fazia com o açúcar de Pernambuco. Para facilitar a produção de algodão e arroz, que eram produtos das terras férteis da província de Cumã, hoje Alcântara, a mesma companhia providenciou a vinda para o Maranhão de milhares de africanos escravizados.

A combinação de trabalho escravo com a exportação engendrou aqui, como em outras regiões da América Latina, mecanismos de concentração de riqueza. O

testemunho dessas atividades materializou-se com maior ênfase nos principais pontos de escoamento, as sedes dos entrepostos comerciais, respectivamente as cidades portuárias de Belém, São Luís e Alcântara, onde estavam instalados os proprietários de terras e os comerciantes.

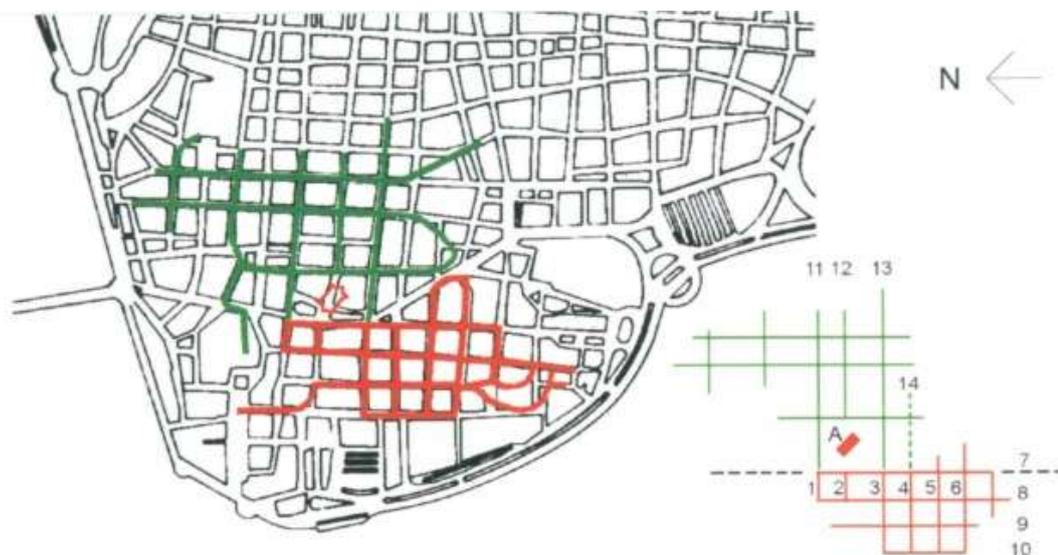
[...]

Em resumo, era uma economia primária, com pouca diversificação produtiva, mas que foi suficiente para integrar o Maranhão ao sistema mundial do comércio, por meio da exportação de algodão, arroz e outros produtos regionais e canalizar para São Luís e Alcântara, principais portos de escoamento, a circulação de riquezas que iriam promover um florescimento cultural significativo nessas cidades (ANDRÉS, 2006, p. 12).

Assim, o conjunto destes sobrados é a paisagem que identifica a cidade, por sua expressão sociocultural; são eles que geram identidade e divulgam a cidade criando um vínculo afetivo que acabam por lhe proporcionar além do valor estético, um valor de estima e identificação com o lugar.

Seus elementos construtivos oriundos da arquitetura lusitana lhe renderam um caráter tradicional, porém a experiência acumulada na colônia, com a presença de técnicas construtivas locais e algumas soluções inéditas, bem como suas fachadas, conferiram-lhe um caráter adaptativo, que estão representados nestas 23 moradas escolhidas entre a Avenida D. Pedro II e Rua do Sol, como pode ser visto na sobreposição do mapa de Barleus sobre a planta cadastral de São Luís (figura 2) e o quadro 1:

Figura 2 - Sobreposição do mapa de Barleus sobre a planta cadastral de São Luís



A - Convento do Carmo.

Ruas no sentido leste -oeste: 1 - Rua de Nazaré; 2 - Rua Humberto de Campos; 3 - Rua João Vital; 4 - Rua 14 de Julho; 5 - Rua Direita; 6 - Rua da Saúde; 11 - Rua do Sol; 12 - Rua da Paz; 13 - Rua Grande; 14 - Rua de Santana; Ruas no sentido norte-sul: 7 - Rua Formosa (Afonso Pena); 8 - Rua da Palma; 9 - Rua do Giz; 10 - Rua da Estrela.

Fonte: Duarte (2000, p. 155)

Quadro 1 - Relação das moradas estudadas com respectivos endereços

	ENDEREÇO	SÉCULO
SOBRADO A	Praça João Lisboa Nº37	XVIII
SOBRADO B	Rua João Victal Nº 141	XVIII
SOBRADO C	Rua da Palma Nº 117	XVIII
SOBRADO D	Rua Da Palma Nº 392	XVIII
SOBRADO E	Rua Afonso Pena Nº119	XVIII
SOBRADO F	Rua do Giz Nº 421	XIX
SOBRADO G	Rua Afonso Pena Nº 46	XIX
SOBRADO H	Rua de Nazaré Nº 200	XIX
SOBRADO I	Rua da Estrela Nº 559	XIX
SOBRADO J	Rua Afonso Pena nº 378	XIX
SOBRADO L	Rua da Palma Nº 360 / Rua Direita 232	XVIII
SOBRADO M	Rua da Palma Nº 220	XIX
MORADA N	Rua Da Palma Nº 565	XVIII
MORADA O	Rua da Palma Nº 569	XVIII
MORADA P	Rua do Giz Nº458	XVIII
MORADA Q	Rua Afonso Pena Nº 213	XIX
MORADA R	Rua Afonso Pena Nº 98	XIX
MORADA S	Rua do Giz Nº394	XIX
MORADA T	Rua Afonso Pena Nº 394	XVIII
MORADA U	Rua da Palma Nº 652	XVIII
MORADA V	Rua do Sol Nº 211	XIX
MORADA X	Rua do Sol Nº 223	XIX
MORADA Z	Rua do Sol Nº598	XIX

Fonte: Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

O critério de seleção partiu através da escolha de tipos que pudessem retratar uma grande variedade da morada local entre os Séculos XVIII e XIX, além da possibilidade de acesso ao material necessário para pesquisa sobre essas edificações e às próprias edificações. Outro critério de suma importância foi o fato de que estes exemplares possuem poucas interferências e modificações se comparados com outros.

3.2 Análise tipológica

Como instrumento cognitivo de caráter operativo ao processo projetual, entende-se que o *tipo* é um princípio que desempenha o papel de organizador da concepção arquitetônica baseada em precedentes que se destacam na história da arquitetura pelos valores culturais agregados, ou seja, é o conjunto de signos que constituem uma linguagem arquitetônica. Assim, o tipo provém de uma atitude metodológica que tende à adoção de princípios lógicos, forças ordenadoras, expressando uma ideia de arquitetura geral e permanente, capaz de ser profundamente ativa nos processos cognitivos de projetistas pela contribuição às novas associações de ideias e pelo significado existencial.

Pode-se dizer que apesar de decorrentes de um conhecimento histórico que acabam gerando uma tipologia, tipo tem um significado oposto à noção de estilo. Pois, o estilo pode ser determinado pelo sentido temporal e espacialmente, o que não acontece com o tipo, que se ancora em características comuns, em termos de função ou partido (PEREIRA, 2007). O tipo também não deve ser confundido com modelo, pois tipo é uma ideia que constitui a única base válida para imitação. A essência do tipo é um princípio elementar, espécie de núcleo, mas pode se apresentar diferente em cada lugar. Portanto, pode-se dizer que as famílias tipológicas que localmente se convencionou chamar de *Meia-Morada*, *1/3 de Morada*, *1/4 de Morada* e *Morada-Inteira*, alteradas por justaposição, acréscimo ou rebatimento são provenientes do tipo-base para mais treze tipologias que relacionam número de pavimentos e uso como desdobramento da *porta-e-janela*.

Os tipos característicos da edificação da cidade de São Luís tiveram influência dos seus habitantes que possuíram uma habilidade rara de padronizá-los por vários séculos. Estes padrões exprimem diretamente a situação econômica daqueles que os habitavam ou mesmo o grau de importância política e social. Desta forma, pode-se considerar como moradia proletária a de *porta-e-janela* que era habitada no início do século XX por artesões, obreiros das indústrias, tecelões, embarcações e pequenos vendedores (MACEDO, 2001).

No próximo capítulo, explica-se como o traçado deixado por Francisco Frias de Mesquita teve influência marcante nos tipos desenvolvidos na cidade, assim não se pode deixar de citar também a influência direta das sucessivas levas de colonos portugueses das regiões litorâneas de Portugal como o Algarve, Minho e Açores, que contribuíram diretamente para a tipologia habitacional que resultou na atual *porta-e-janela*.

Moutinho (1995, p. 141), em seu estudo sobre a Arquitetura Popular Portuguesa, identificou uma única tipologia de casa na região do Algarve, referente às moradias das colônias de pescadores da região (figura 3).

A casa de pescadores é geralmente de um só piso, de planta rectangular e possui uma *çoiteia*⁶ que é acessível por uma escada que parte do interior da habitação ou do pátio [...] As divisões são geralmente abobadadas e a cozinha situa-se em princípio nas traseiras das casas.

Figura 3 - Região do Algarve: tipos de habitação: casa de pescadores



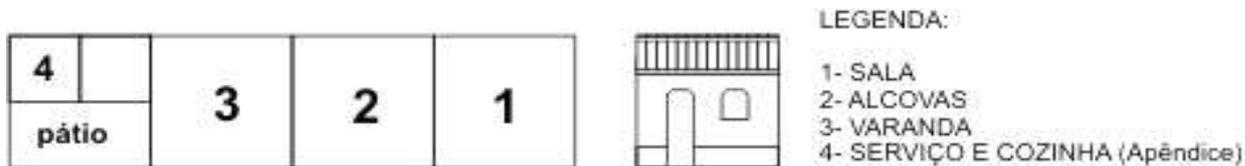
Fonte: Moutinho (1995, p. 149)

A partir desta afirmação determina-se a origem deste tipo local, apresentando inclusive os mesmos materiais como alvenaria de pedra e tijolos. Porém, a tipologia maranhense não fez uso do pangaio, que era a pequena proteção para cobrir a escada, como também da *çoiteia*, o que acabou por evidenciar ainda mais o caráter térreo deste tipo nuclear de morada local (ESPÍRITO SANTO, 2006). Mesmo assim, manteve inicialmente a disposição e a utilização dos cômodos, bem como o alinhamento com as testadas do lote, caráter presente em toda arquitetura colonial brasileira.

Essas tradições provenientes da Metrópole souberam adaptar-se nas Colônias às situações funcionalmente distintas que segundo Fernandes (2006, p. 106 e 107), em lugares com “certa autonomia cultural e caracterização própria”, como no Brasil, esta arquitetura adaptou-se de modo mais consistente, porém, sem perder uma clara relação com suas origens. Para o autor destaca-se ainda algumas características mais concretas como: “Nos tipológicos, a planta em “L”, com cozinha “puxada” e o semipátio com rotulados, do Maranhão” (desenho 3). A partir daí, como já foi visto, deu-se a evolução dos demais tipos locais até o sobrado, este resultante também de toda uma política urbana implantada por Portugal.

⁶ Cobertura ladrilhada em forma de terraço sobre a construção (MOUTINHO, 1995).

Desenho 3 - Planta e fachada esquemática do tipo-base da arquitetura ludovicense. Porta-e-janela



Fonte: Desenho esquemático - Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

Fernandes (2006, p. 129) completa sua análise colocando que é no século XVIII que se generaliza a construção nas cidades, sobretudo portuguesas, uma nova tipologia, a do prédio de mais andares, diferente das casas térreas e dos prédios estreitos e altos do período medievo:

É no século XVIII que se generaliza nas cidades uma nova tipologia de ocupação habitacional, do prédio de andares com dois fogos por piso, normalmente “esquerdo-direito”, com escada central e quatro andares. Imposta definitivamente (sobretudo em Lisboa) com a reconstrução do sismo de 1755, esta tipologia corresponde a uma notável síntese, com caráter modernizante das anteriores duas formas principais (a casa “estreita e alta” do lote “gótico” e a casa solarenga de desenho italianizado) e síntese também dos dois velhos sistemas construtivos mais importantes (a alvenaria e a estrutura de madeira).

Tais construções, sobretudo a reconstrução da Baixa e do Rossio, fazem parte da política de Pombal que vem refletir o caráter de ordem e razão das ideias iluministas pela qual vivia Portugal e a Europa e que necessitava passar o Brasil.

Reis (1995, p. 52, grifo da autora) fala sobre as cartas régias para criação de novas vilas e cidades no Brasil que fixavam regras de modo que as novas construções fossem erigidas dentro dos padrões tipicamente portugueses, utilizando padrões arquitetônicos empregados após o terremoto de 1755, e que podem refletir esta tentativa de modernização da colônia:

Utilizando os padrões arquitetônicos empregados na reconstrução de Lisboa, após o terremoto de 1755, as cartas estabeleciam uma coordenação dimensional, que incluía medidas para lotes, número e dimensões de janelas e portas, altura de pavimentos e formas de relação com as construções vizinhas, de modo a se obter uma aparência de uniformidade na paisagem urbana que lembrasse, em qualquer parte, suas congêneres em Portugal. A aparência de vilas e cidades do norte, como Manaus, Belém, São Luiz, Alcântara, Icó, Aquiraz e Aracati era a mesma das do sul, como São Luiz do Paraitinga ou a cidade do Rio Grande, até a 5.000 quilômetros de distância, mesmo quando edificadas quase século depois. Essa uniformidade era expressamente recomendada. **Para facilitar a acomodação às condições climáticas, deixava-se a liberdade dos moradores, quanto às soluções aplicáveis às elevações voltadas para o interior dos lotes.**

Finaliza sua opinião sobre o caráter desta nova tipologia que surge a partir daí quando se refere aos casarões específicos de São Luís e Alcântara:

Os conjuntos de sobrados de dois ou três pavimentos em ruas centrais, edificados como resultado da prosperidade financeira alcançada com a política pombalina, são

ainda hoje uma demonstração eloqüente de eficácia. Mais modesta, a vila de Alcântara no Maranhão guarda em sua praça principal um conjunto pouco comum, no qual os parâmetros da baixa lisboeta são reproduzidos com grande exatidão, inclusive na austeridade dos detalhes (REIS, 1995, p. 54).

As citações foram longas, porém, necessárias para que deste modo, se possa afirmar que tudo isto fora necessário para uma evolução do padrão tipológico local; da casa térrea ao sobrado.

Todas estas inovações construtivas ou regras arquitetônicas chegaram da metrópole para colônia, o que não poderia acontecer diferente em São Luís. As acomodações climáticas das quais se refere Reis aconteceram de maneira marcante na cidade; os casarões ludovicenses passam a ter na sua fachada frontal e principal a expressão da metrópole: formais e austeros; e os fundos continuaram leves e despojados. Ao mesmo tempo, as fachadas frontais, com toda sua austeridade, acabaram por se adaptar uma vez que passa a refletir o momento de progresso vivido no Estado.

Assim, após a identificação da origem deste tipo base da morada maranhense, bem como das famílias tipológicas resultantes deste tipo, faz-se uma descrição tipológica de cada morada escolhida para este estudo através de levantamentos como o número de pavimentos, usos, período e características arquitetônicas; como podem ser observados no Corpus do trabalho, resumido nas tabelas abaixo (quadros 2 e 3):

Quadro 2 - Sobrados com dados tipológicos

SOBRADOS	ENDEREÇO	SÉCULO	Nº PAV.	PORÃO	MIRANTE	AZULEJOS	IMPLANTAÇÃO	USO ATUAL
SOBRADO A	Praça João Lisboa Nº37	XVIII	03	SIM	SIM	SIM	REGULAR	COMERCIAL
SOBRADO B	Rua João Vital Nº 141	XVIII	02	SIM	NÃO	NÃO	C	ABANDONADO
SOBRADO C	Rua da Palma Nº 117	XVIII	02	NÃO	SIM	NÃO	C	RESIDENCIAL
SOBRADO D	Rua Da Palma Nº 392	XVIII	02	NÃO	SIM	NÃO	L	RESIDENCIAL
SOBRADO E	Rua Afonso Pena Nº119	XVIII	02	NÃO	NÃO	SIM	L	INSTITUCIONAL
SOBRADO F	Rua do Giz Nº 421	XIX	02	NÃO	NÃO	NÃO	L	INSTITUCIONAL
SOBRADO G	Rua Afonso Pena Nº 46	XIX	03	NÃO	SIM	NÃO	L	EM PROCESSO DE ESTABILIZAÇÃO
SOBRADO H	Rua de Nazaré Nº 200	XIX	02	SIM	NÃO	NÃO	REGULAR	COMERCIAL
SOBRADO I	Rua da Estrela Nº 559	XIX	02	NÃO	NÃO	NÃO	L	ABANDONADO
SOBRADO J	Rua Afonso Pena nº 378	XVIII	02	NÃO	SIM	SIM	L	INSTITUCIONAL
SOBRADO L	Rua da Palma Nº 360 / Rua Direira 232	XVIII	02	NÃO	NÃO	SIM	L	INSTITUCIONAL
SOBRADO M	Rua da Palma Nº 220	XIX	02	NÃO	SIM	NÃO	C	COMERCIAL

Fonte: Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

Quadro 3 - Moradas com dados tipológicos

MORADAS TERREAS	ENDEREÇO	SÉCULO	PORÃO	MIRANTE	AZULEJOS	OPÇÃO TIPOLOGICA	USO ATUAL
MORADA N	Rua Da Palma Nº 565	XVIII	NÃO	NÃO	NÃO	PORTA E JANELA	RESIDENCIAL
MORADA O	Rua da Palma Nº 569	XVIII	NÃO	NÃO	NÃO	PORTA E JANELA	RESIDENCIAL
MORADA P	Rua do Giz Nº 458	XVIII	NÃO	NÃO	SIM	MORADA INTEIRA	RESIDENCIAL
MORADA Q	Rua Afonso Pena Nº 213	XIX	SIM	NÃO	NÃO	MORADA INTEIRA	INSTITUCIONAL
MORADA R	Rua Afonso Pena Nº 98	XIX	SIM	NÃO	SIM	MORADA INTEIRA	RESIDENCIAL
MORADA S	Rua do Giz Nº 394	XIX	SIM	NÃO	NÃO	MORADA INTEIRA	INSTITUCIONAL
MORADA T	Rua Afonso Pena Nº 394	XVIII	SIM	SIM	NÃO	MORADA INTEIRA	RESIDENCIAL
MORADA U	Rua da Palma Nº 652	XVIII	NÃO	NÃO	NÃO	MEIA MORADA	RESIDENCIAL
MORADA V	Rua do Sol Nº 211	XIX	SIM	NÃO	SIM	MEIA MORADA	RESIDENCIAL
MORADA X	Rua do Sol Nº 223	XIX	NÃO	NÃO	SIM	MEIA MORADA	RESIDENCIAL
MORADA Z	Rua do Sol Nº 598	XIX	SIM	SIM	NÃO	MORADA INTEIRA	COMERCIAL

Fonte: Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

3.3 Implantações

A gênese da cidade projetada por Francisco Frias de Mesquita, apresenta uma malha urbana compacta, regular e suas edificações estão implantadas sobre uma malha viária ortogonal de forma contínua, já refletindo prematuramente uma preocupação técnica com um novo urbanismo:

Essa orientação técnica introduziu um novo tipo de urbanismo, que já não se preocupava apenas com o traçado geométrico das ruas, provavelmente até preocupação estética com a aparência das casas comuns, visando a formação de conjuntos homogêneos, que determinam, ao final, a aparência das ruas e das próprias vilas e cidades (REIS, 1997, p. 63).

O traçado tipo tabuleiro xadrez, com ruas retas e ortogonais, esbarrou em um eixo pelo qual se deu a expansão da cidade: o Caminho Grande. Corresponde à zona de expansão leste do núcleo original e que, em um primeiro momento, se caracterizou como área residencial nobre em substituição à Praia Grande, antigo centro polarizador do comércio maranhense.

A Praia Grande foi a sede das primeiras atividades econômicas de médio e grande porte do Estado nos séculos XVIII e XIX, pois ali se instalaram grandes firmas comerciais, que abasteciam São Luís e o interior do Maranhão. Era também, um dos maiores pontos de recepção de escravos para as fazendas de algodão ou para trabalharem em benefício da aristocracia rural que passou a habitar os grandes sobrados daquele espaço de opulência e

riqueza, onde se instalavam os grandes comerciantes com suas lojas, depósitos e residências transformando-se em um bairro tradicional da cidade.

Neste contexto, no Centro Histórico pode-se aplicar o conceito tradicional de quarteirão, sendo este segundo Lamas (1993, p. 88) “um conjunto de edifícios agrupados entre si em anel, ou sistema fechado e separado dos demais.” Para Reis (2000a, p. 150) neste período “o traçado das ruas definia as quadras. Estas eram subdivididas em lotes, com ocupação semelhante.”

Os lotes foram então desenhados pelo traçado ortogonal da cidade de morfologia colonial, porém sem a mesma profundidade de outros congêneres nacionais. Lamas (1993, p. 86) diz que “a forma do lote é condicionante da forma do edifício e conseqüentemente da forma da cidade”, assim, obedecendo a este raciocínio vê-se que os lotes apresentam basicamente as cinco versões citadas por Silva Filho (1998, p. 45): em **L**, em **C**, em **U**, em **O**, ou com pátio regular e que estas implantação acabam por serem conseqüências das testadas dos lotes. Conceito reafirmado pelo autor quando se refere ao lote como condicionante da forma básica do edifício, mas que ainda assim mostra a flexibilidade construtiva que se adapta à forma do lote:

Para cada uma destas versões há duas possibilidades de versões em quadra, ou seja, de centro ou de canto. Dependendo da configuração do lote, que quase sempre é resultante de um parcelamento irregular, aparecem soluções de partido em T do solar da Baronesa de Anajatuba.

As casas eram construídas sobre os alinhamentos dos terrenos, sobre a rua e sobre as divisões laterais. Encostavam-se umas às outras e seus telhados lançavam as águas da chuva sobre as ruas e em direção aos quintais. Deste modo, estes tipos de implantações acabam por gerar um pátio interno, que Reis (2000a, p. 150) generaliza quando fala sobre as implantações das casas coloniais no Brasil, afirmando que estes viriam a funcionar como meros quintais: “Não havia pátios internos nas casas, como na tradição hispano-americana, mas quintais simples de serviço, aos fundos.”

Ou ainda segundo Smith (1969, p. 53) quando trata da área dos fundos destas edificações: “diferente do pátio espanhol ou do “cortile” italiano, não era rodeada pela fábrica da casa nem constituía parte integrante ou elemento de beleza arquitetônica.” O que pode ser contestado no caso de São Luís. A relação da casa com o pátio pode até não ter a mesma deferência da tradição hispano-americana, onde a entrada principal geralmente está voltada para o pátio, mas é de demasiada importância para as relações familiares, pois, é nos “fundos” destas construções que se pode observar o despojamento da arquitetura luso-maranhense e

como esta casa se relaciona com o espaço livre privado; fato que pode também ser comprovado nas obras de alguns prosadores locais já citados nesta pesquisa.

Se nas fachadas principais frontais pesa a rigidez e simetria imposta pelo modelo inicialmente seguido da metrópole, nas fachadas internas que envolvem os pátios pode-se observar todo o despojamento necessário ao clima equatorial quente e úmido, pois são leves e abertas. Vedadas apenas com esquadrias, todos os cômodos se voltam para o pátio interno, o que faz surgir uma varanda, onde todas as relações familiares se desenvolvem, divergindo de outras construções onde o pátio transformou-se em simples quintal, muitas vezes servindo apenas como complemento da área de serviço, ou mesmo como elemento de ligação entre uma edícula para serviços construídas nos fundos dos terrenos sem a sua função social.

Diferentemente da relação desprendida e despreziosa da casa com seu pátio interno, a relação da casa com a rua se constrói de maneira mais formal, uma vez que era necessário mostrar a diferença do espaço público para o privado, pois não existia aí qualquer recuo que funcionasse como espaço de transição entre a rua (espaço público) e a casa (espaço privado):

As casas formavam como uma superfície contínua sobre as ruas. A aparência das ruas e dos núcleos urbanos era dada por esse modo de se relacionar o espaço privado com os vizinhos e com o espaço público e por essa forma de implantação da arquitetura urbana, sobre os limites dos lotes (REIS, 2000a, p. 150).

Para Reis (2000a, p. 150), aquele tipo de relação, tipo de intimidade, entre casa e rua, que se encontra nas aldeias de Portugal, ou seja, a continuidade do espaço exterior entrando pela sala e da sala para o espaço exterior, aquela continuidade que deixava viver os animais pelas vielas, não se faz presente em nenhuma cidade brasileira, o que pode ser verificado também em São Luís. Nos sobrados escolhidos como exemplo, se faz presente em todas as plantas o vestíbulo que impõe o limite até onde se pode adentrar naquela morada.

Exemplificando o que foi dito, a maioria das implantações dos sobrados escolhidos para o estudo obedecem as implantações mais comuns, sendo predominante a implantação em “L” (sobrados D, F, G, I, J, L e M). Ainda é possível verificar nos sobrados da Farmácia João Victal e no da Rua da Palma 117 (sobrados B e C) a implantação em forma de “C”. O que mostra a flexibilidade construtiva, onde as plantas podem-se adaptar aos lotes. Os sobrados da Praça João Lisboa 37 e da Rua de Nazaré 200 (sobrados A e H) possuem uma implantação regular, o que mostra ser uma excelente solução para o sobrado A (Praça João Lisboa) que está situado em uma esquina com um beco em grande declive (foto 3).

Foto 3 - Hotel Ribamar (sobrado A). Praça João Lisboa

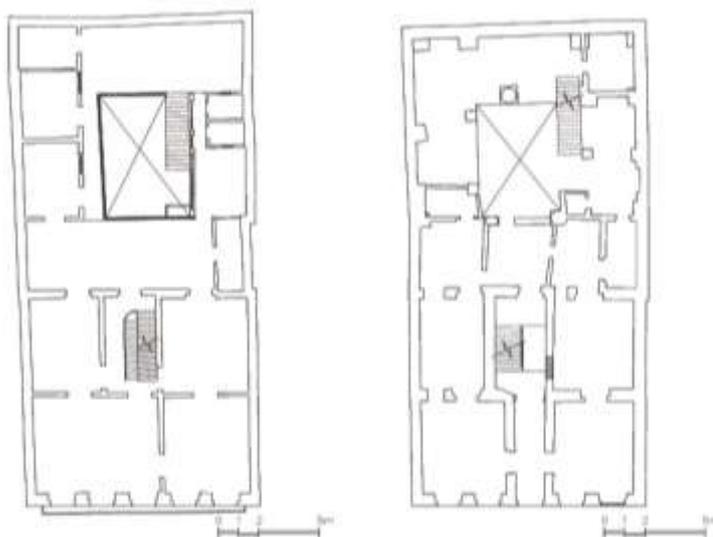


Fonte: Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

É possível ainda, analisar a relação da casa com seu pátio interno a partir destas implantações. Na implantação da Farmácia João Victal (sobrado B) que se desenvolve em forma de “C”, percebe-se toda a extensão do pátio composto por uma varanda aberta para onde todos os cômodos voltam suas aberturas, comunicando-se através dos rotulados com o pátio.

O pátio é abraçado pela casa. Já o Sobrado C, na Rua da Palma 117, além dos quartos e varanda que estão voltados para este pátio existe a cozinha do lado oposto à varanda, tendo praticamente a mesma importância que a parte de vivência da casa (planta 1). Não significa dizer com isto que este pátio não exercesse também as funções de serviço, como no quintal; mas as relações familiares que se desenvolvem nestes ambientes que se voltam para o pátio conferem-lhe um status a mais que um mero quintal, concedendo-lhe direitos e prestígio associados ao seu papel na organização social da casa. Pode-se dizer assim, que o este se trata de um semi-pátio ou pátio-quintal.

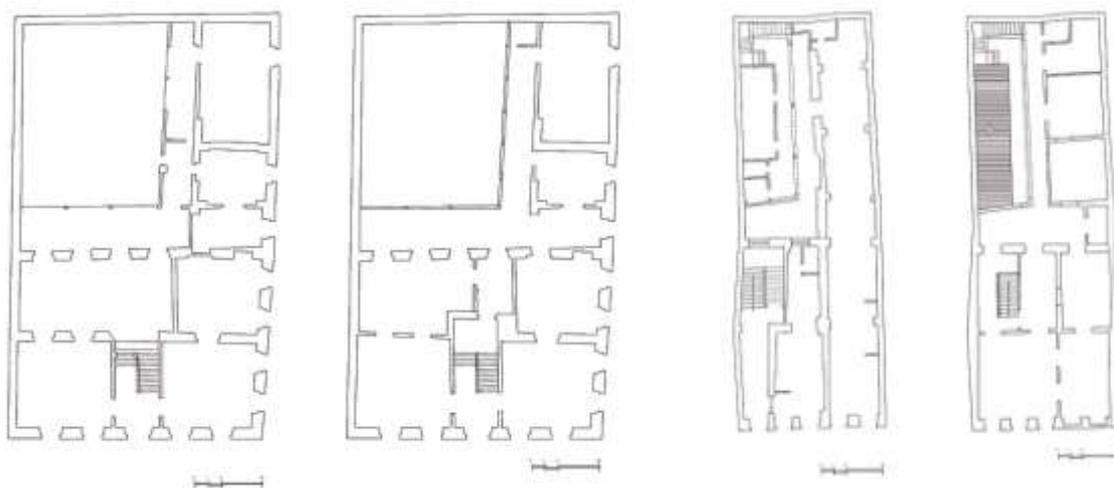
Planta 1 - Plantas do Pavimento Superior e Térreo (Sobrado C) – Rua da Palma, 117



Fonte: Arquivo IPHAN-MA, Inventário de Bens Imóveis de Sítios Urbanos (INBI-SU), 2002

Nos sobrados implantados em forma de “L” verifica-se que na maioria das vezes são os quartos que estão voltados para o pátio, como nos da R. da Estrela 559 (sobrados I), R. do Giz 421 (Sobrado F), R. da Palma 220 (sobrado M). O que mostra também a relação de privacidade entre o pátio e a casa (planta 2). No Sobrado I pode-se verificar uma construção recente no pátio, alterando sua configuração original.

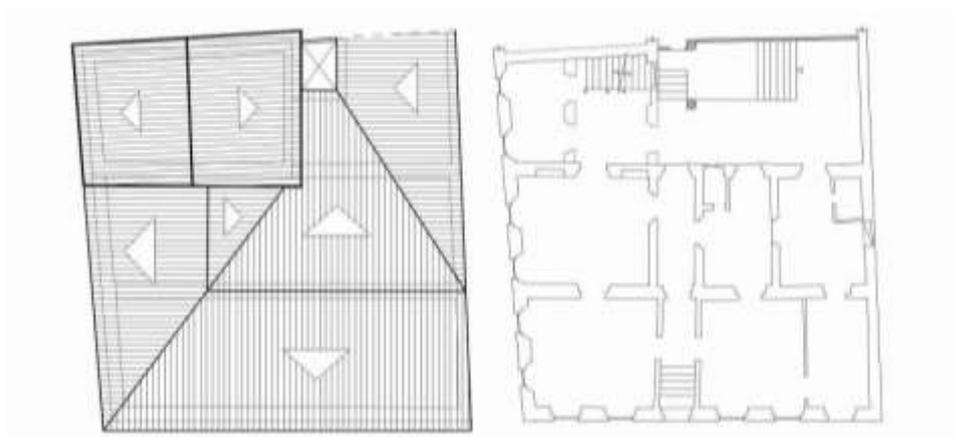
Planta 2 - Plantas do Pavimento Térreo e Superior dos Sobrados F e I



Fonte: Arquivo IPHAN-MA, Inventário de Bens Imóveis de Sítios Urbanos (INBI-SU), 2002

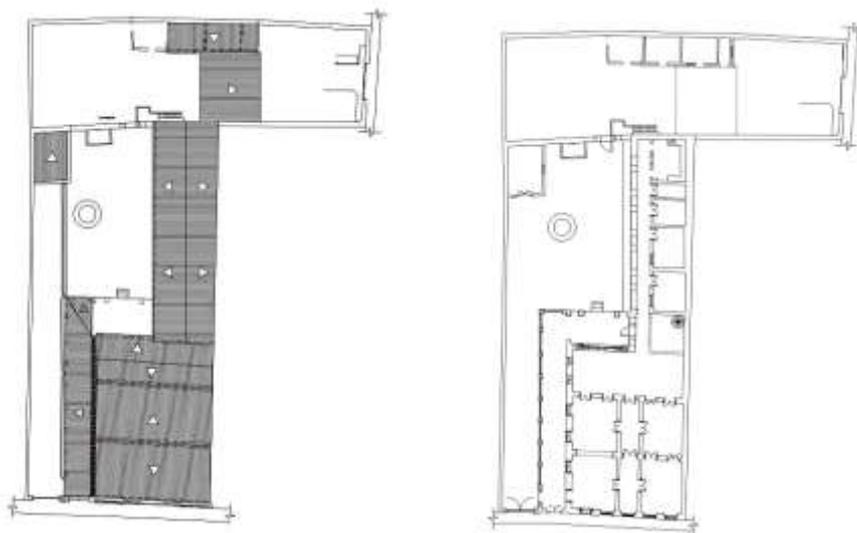
As moradas térreas muitas vezes obedecem a uma implantação regular, como visto na Morada T (Afonso Pena, 394) (planta 3) ou em “L” com os quartos voltados para o pátio interno, assim como nos sobrados uma vez que estes derivam das tipologias térreas. Na Morada Q (Afonso Pena, 213) (planta 4) observa-se uma implantação peculiar, onde a planta em “L” está ladeada por um recuo lateral e um acréscimo do terreno nos fundos ampliado pela adição de mais um lote.

Planta 3 - Implantação e Planta Baixa da Morada T – Rua Afonso Pena, 394



Fonte: Arquivo IPHAN-MA, Inventário de Bens Imóveis de Sítios Urbanos (INBI-SU), 2002

Planta 4 - Implantação e Planta Baixa da Morada Q - Rua Afonso Pena, 213



Fonte: Arquivo IPHAN-MA, Inventário de Bens Imóveis de Sítios Urbanos (INBI-SU), 2002

3.4 Distribuição dos compartimentos

A legislação provincial exigia o risco e o desenho exterior da obra de acordo com a tipologia e o postulado urbanístico vigente, vários engenheiros-militares atuaram no Maranhão durante este período. Porém, mesmo com todo esmero técnico, rigor de princípios e as possíveis preocupações artísticas, os projetos e autores da arquitetura civil maranhense são desconhecidos (SILVA FILHO, 1998).

Mesmo assim, apesar de muitas moradas apresentarem detalhes e aspectos eruditos, tratam-se em sua imensa maioria de obras de cunho popular, tornando-se muito difícil ou mesmo impossível estabelecer a autoria e a data destas construções, sendo isto possível somente naqueles em que a data de construção são encontradas nas fachadas em forma de lápides, monograma nas vergas de portas, grades das sacadas e bandeiras (fotos 4 e 5).

Foto 4 - Monogramas do Sobrado J



Fonte: Fonte: Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

Foto 5 - Monogramas da Moradas X



Fonte: Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

Assim como as casas térreas, os sobrados ludovicenses como em outras partes do país também podem apresentar função comercial no rés-do-chão (como nos sobrados A, E, F e H), algo que vai diminuindo através dos tempos à medida que a vida se refina. Nos sobrados em que há função comercial, no nível do térreo, o acesso se faz por meio de um saguão ou vestíbulo de onde nasce a escada. Este espaço era quase sempre constituído de grossas paredes de pedra divididas por arcos plenos, que segundo Alcântara (1980, p. 24), é uma solução não rara no país.

O vestíbulo pode ser pavimentado com seixos rolados ou com pedras liós, entremeadas de seixos como no Sobrado G (figura 4). A distribuição dos cômodos em si mostra pequenas variações, preponderando no térreo o uso do vestíbulo central ou lateral, desempenhando a função de distribuição para os diversos compartimentos e setores da casa. A distribuição dos cômodos do térreo busca uma certa simetria e de maneira geral se repete nos pavimentos superiores devido ao próprio sistema estrutural.

Figura 4 - Vestíbulo Sobrado G, Rua Afonso Pena, 47



Fonte: Maranhão (1987)

Os pavimentos superiores se destinam à habitação e quando o térreo é designado para comércio nota-se de imediato que as portas das fachadas do térreo predominam sobre os demais vãos (fotos 6 e 7):

Os sobrados tinham o uso misto, funcionando no térreo o comércio e dependências de serviço, sendo os demais pavimentos de uso residencial. As dependências da parte posterior dos pavimentos superiores são sempre acompanhadas por avarandados corridos, protegidos por venezianas e voltados para o pátio interno. Um bom número dessas edificações possui mirantes e revestimento de azulejos nas fachadas (ANDRÉS, 2006, p. 33).

Foto 6 - Sobrado I pavimento térreo destinado ao comércio



Fonte: Fonte: Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

Foto 7 - Sobrado H, pavimento térreo destinado ao comércio



Fonte: Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

A pouca profundidade, sem dúvida procede desta organização das plantas, pois em nível de pavimento superior há sempre uma sala de visita voltada para rua, um quarto ou dois paralelos e a varanda que se abre para o pátio-quintal. A varanda ou sala de refeições e vivência também acumula a função de circulação. Os cômodos comunicam-se diretamente entre si, com o vestíbulo, com a varanda ou com a continuação desta, que seria uma circulação superior também chamada de *correr*. Este *correr* é utilizado quando há necessidade de maior números de cômodos, onde podem ser encontrados ainda alguns quartos antes dos compartimentos destinados a serviço:

A disposição interna consiste quase sempre de quatro peças de área mínima de 16 metros quadrados, além do corredor, ou seja, uma sala para visitas de rigor e três bons quartos, todos direta ou não diretamente comunicantes, por meio de altas e largas portas dispostas de modo que os centros das paredes fiquem desimpedidos para a implantação de armadouros de redes e permita uma cama ao centro para caso de doença. [...] Ao fundo uma larga varanda que se comunica com lojas no correr lateral, e, de um lado só, até a cozinha, ao banheiro e ao gabinete sanitário (MACEDO, 2001, p. 25-26).

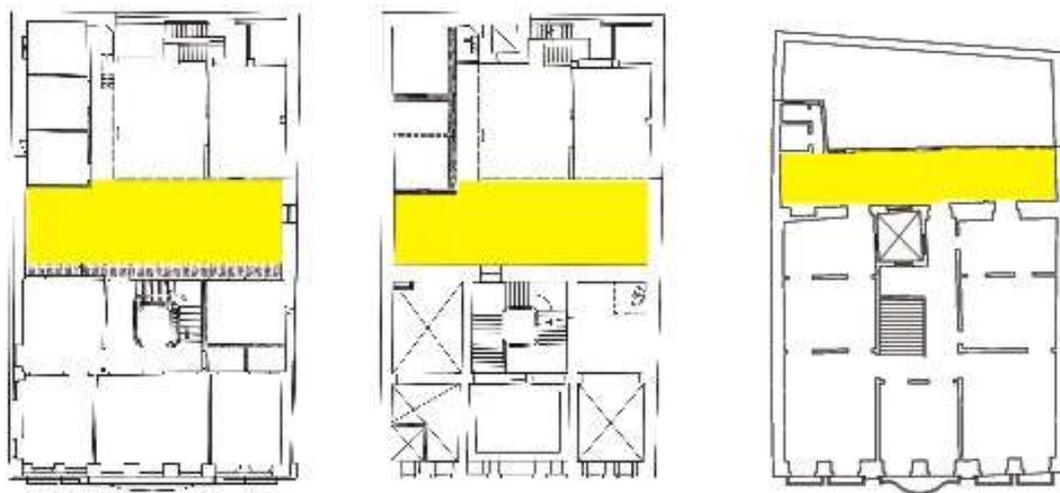
Da mesma maneira que nas moradas térreas, nos sobrados, os compartimentos de serviço se agregam ao corpo da casa. A cozinha é apenas mais um quarto localizado ao fundo, onde geralmente abriam-se seteiras para saída da fumaça. Às vezes localizavam-se no rés-do-chão, mas quase sempre estavam no mesmo andar que os moradores.

Resultado das implantações em L ou U nos lotes mais largos. O corredor central, correspondente ao corredor da morada térrea, são geralmente amplos, de maneira a poder abrigar a escada de ida e volta, como nos exemplos dos sobrados A, F, C, H, L, M. Assim, em casas cuja implantação é regular, os cômodos secundários podem se localizar na parte lateral, sendo a última dependência destinada à cozinha.

Como se viu, o corpo central da casa abriga os compartimentos nobres voltados para a rua como a sala de visitas e os quartos, que não são propriamente alcovas, pois nem sempre estão isoladas comunicando-se unicamente com o corredor central, e a varanda ou sala de refeições.

Essas varandas (figuras 5 e 6 e plantas 5 e 6) são espaços coletivos das moradas que juntamente com os vestíbulos são áreas de articulação com outros compartimentos. Por elas passam as pessoas da vida diária, fazendo o papel integrador da vida da casa, possuindo um papel socializante além do seu papel higienizador, iluminando e refrescando a casa com suas janelas de rótulas. Diferente das varandas citadas por Freyre (1996) nas casas recifenses, promovem a entrada de luz também pela parte posterior do sobrado e não somente pelas janelas da fachada frontal.

Planta 5 - Plantas do 1º e 2º. Pav. Térreo e Superior do Sobrado G e Pav. Superior do Sobrado H



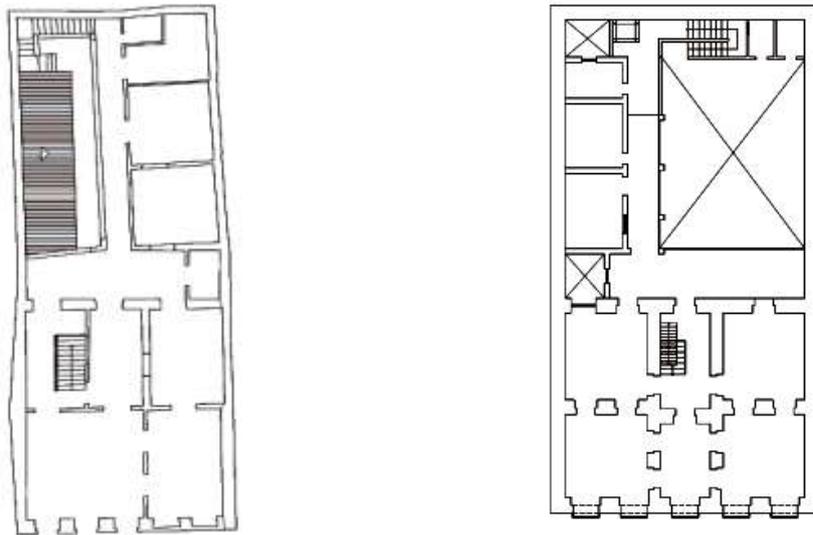
Fonte: Arquivo IPHAN/MA, 1998 (Arquiteta Vandi Falcão), atualizado em 2009 pela arquiteta Stella Regina Soares de Brito e Arquivo IPHAN-MA, Inventário de Bens Imóveis de Sítios Urbanos (INBI-SU), 2002

Figura 5 - Varanda/ Fachada Posterior da Morada S (Rua do Giz, 394)



Fonte: Imagem promocional em OLX (2010)

Planta 6 - Plantas Pav. Superior dos Sobrados I e D



Fonte: Arquivo IPHAN-MA, Inventário de Bens Imóveis de Sítios Urbanos (INBI-SU), 2002. e Arquivo IPHAN/MA, 2004, atualizado em 2009 pela arquiteta Stella Regina Soares de Brito

Figura 6 - Sala Jantar / Varanda Posterior da Morada S - Rua do Giz 394



Fonte: Imagem promocional em OLX (2010)

Nos prédios de esquina é comum um acesso lateral secundário como no Sobrado F, Rua do Giz, 421 (foto 8):

Foto 8 - Acesso lateral do Sobrado F, Rua do Giz, 421



Fonte: Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

Os sobrados onde não há esta função comercial, são chamados de solares, casas burguesas onde seu proprietário possui geralmente outra edificação específica para seus negócios:

Os solares são sobrados residenciais erguidos pelas classes abastadas do século XVIII, com suntuosidade e apuro no acabamento, apresentando portais em pedra, algumas de feições neoclássicas com frontões triangulares, balcões sinuosos, sacadas em cantaria de lióz, com guarda-corpos em gradis de ferro forjado ou fundido. Internamente, no pavimento térreo, um grande vestíbulo, com piso geralmente decorado com uma combinação de seixos de rio e lajes de lióz, dá acesso à escada principal que conduz aos pavimentos superiores, onde a família habitava, pois o térreo era destinado a abrigo de carruagens e dependências de serviços (ANDRÉS, 2006, p. 32).

Macedo (2001) descreve um sobrado que serviu de morada à família do escritor maranhense Graça Aranha, localizado na Av. Pedro II; tal descrição é válida para muitos solares ludovicenses. O autor descreve a entrada central como hall bastante iluminado, pavimentado em ladrilho de mármore. Deste hall tem-se acesso ao pavimento superior, através da escada central, subdividida em duas outras no primeiro patamar que vence o pé-direito do andar térreo de 4,5 a 5 metros de altura. Ainda no pavimento térreo, duas portas que dão acesso à parte posterior do edifício, destinada aos empregados, à lavanderia e ao pátio interno onde se praticavam a secagem de roupa e outras tarefas do interesse da família. As partes restantes do andar térreo, se dividem em quatro peças, e eram destinadas à hospedagem, a gabinetes de trabalho e à moradia do administrador do solar.

Essas casas em geral pertenciam a famílias que possuíam fazendas e dispunham também de escravos para alugar, sendo tudo isto controlado por um gerente de negócios. Deste modo, no fundo do grande retângulo, que é o edifício em planta baixa, situavam-se as pequenas lojas onde dormiam os escravos ou trabalhadores. Todo o pátio interior era rodeado por uma grande varanda aberta, correspondendo exatamente à que lhe ficava no pavimento superior. Ao lado do edifício e ainda embaixo, não raro existia uma dependência em um só pavimento, estreita e longa, com entrada suficientemente larga e toda de cantaria europeia, para dar acesso às carruagens, que ali eram guardadas. E assim, o autor segue descrevendo os outros pavimentos (MACEDO, 2001, p. 24):

No segundo pavimento, às vezes mesmo em um terceiro ou quarto, a disposição interna das alcovas e, de um modo geral, das peças do edifício, era a mesma da divisão do pavimento de baixo, tornando desnecessário os grandes vigamentos. Os edifícios, em sua maior parte, têm fachadas fazendo face com a rua e deitando sobre ela lindas sacadas de grades de ferro artisticamente trabalhadas.

Resultante da topografia acidentada é possível ainda verificar a existência do porão, que muitas vezes se destinava às cocheiras, criadagem ou depósitos. Podendo aparecer em terrenos planos em um período de transição (SILVA FILHO, 1998).

Deste modo, São Luís apresenta edificações “mui diferentes dessa que amiúde vemos nas demais cidades do Brasil, colonizadas pelos portugueses – casarões pesados, escuros, privados de áreas internas de arejamento e iluminação” (MACEDO, 2001, p. 23). Ao contrário, possui uma arquitetura clara e bem arejada:

[...] prédios coloniais, bem arejados, dotados de magníficas áreas abertas no seu interior, servidos de varandas e varandões bem iluminados pelos raios de sol dos trópicos, com peças espaçosas, sem cubículos ou cafuas, de belos aspectos exterior pelas artísticas proporções dos membros da sua arquitetura e, no interior, perfeita adaptação do conforto ao gosto sóbrio e mesmo elegante dos seus habitantes (MACEDO, 2001, p. 23.).

O último andar era geralmente destinado a morada dos caixeiros e hóspedes, pois era costumeiro os comerciantes hospedarem gratuitamente seus fornecedores e fregueses quando vinham à capital, utilizando o andar superior ou mesmo o mirante.

3.5 Telhados, mirantes e forros

3.5.1 Telhados

A forma dos telhados é outra característica que acabou por ser reflexo das formas tradicionais de implantação do edifício. Geralmente o telhado possui o seu plano inclinado voltado para a rua indicando a ausência de recuos laterais na edificação:

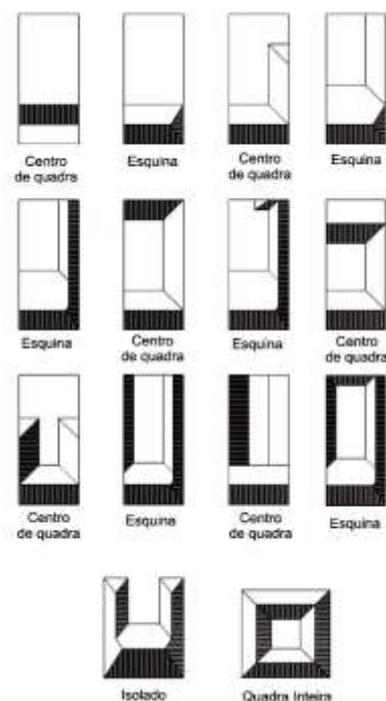
Construídas nos limites frontal e laterais dos terrenos, com planta geralmente em forma de L, as maiores em forma de U, com pátios internos, as edificações caracterizam-se ainda pelos telhados em telha de barro do tipo capa-e-canal, os beirais curtos terminados com cimalthas trabalhadas, os vãos estreitos regularmente dispostos e emoldurados, os balcões guarnecidos de grades de ferro batido e pelo piso em lajes de pedra (ANDRÉS, 2006, p. 31).

A grande maioria dos telhados emprega a telha cerâmica capa-canal ou meia-cana como solução técnica, que era produzida em pequenas olarias nos arredores dos centros urbanos. Em meados do século XIX, com a advento do ecletismo, um outro tipo de telha foi introduzido na cidade: a telha *marseille*, juntamente com calhas coletoras nos beirais internos e externos e as platibandas (SILVA FILHO, 1998, p. 110).

A esquematização e identificação dos planos d'água, a partir dos seus caimentos, permite também identificá-los de acordo com o tipo de lote: isolados, de esquina e de meio de quadra. Pois os planos dos telhados variam de acordo com o partido, onde em hipótese alguma a água cai sobre o lote vizinho, sempre caindo para a rua e para o interior do próprio lote, como pode ser visto no desenho esquemático a seguir (figura 7).

Protegendo o corpo principal do prédio estão as águas-mestras, que possuem a cumeeira mais elevada que as demais águas. Os outros planos do telhado juntam-se através de espigões e rincões convergindo as águas pluviais para o pátio-quintal. As empenas surgem com naturalidade na paisagem da cidade. Muitas vezes estão protegidas por telhas com camadas duplas de emboço do mesmo modo que as cumeeiras e espigões.

Figura 7 - Redesenho do Esquema Geral dos Telhados segundo estudo de Silva Filho (1998)



Fonte: Silva Filho (1998, p. 108)

3.5.2 Mirantes

Os mirantes elevam o conceito de erudição da edificação. Deste modo, os mirantes vinham se somar aos componentes desta arquitetura, sendo grandes “responsáveis pelo aproveitamento do ar e da luz nas cidades – como as vidraças e as rótulas (ou venezianas) das varandas” contribuindo para o conforto e aeração destas construções. Vários autores, inclusive Smith (1969, p. 98) faz referência à similaridade dos mirantes brasileiros com os conventos de Lisboa, Évora e Ponta Delgada e completa:

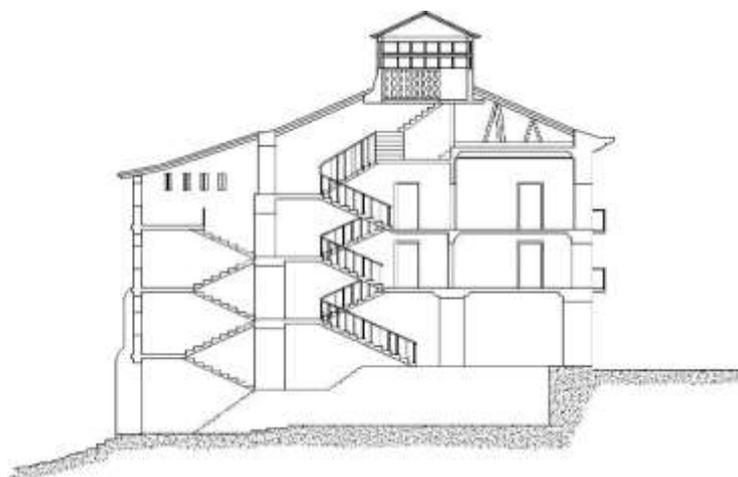
Na reconstrução de Lisboa depois do terremoto de 1755 introduziu-se o telhado de água-furtada para dar maior espaço interno, à moda dos tetos “à la mansarde” de uso em França no século XVII. Com o novo tipo de telhado apareceram em grande número as janelas de trapeira, relativamente pouco empregadas anteriormente em Portugal.

Para alguns estudiosos, o mirante teria sido construído para sinalização, embora todos concordem que este também resolve os problemas de iluminação e ventilação na parte central da morada:

Essas edificações são dotadas, ainda, de elementos construtivos que favorecem sua adequação ao calor equatorial, como os elevados pés-direitos e as varandas posteriores de madeira de lei, guarnecidas por esquadrias do tipo “venezianas”. Com a mesma finalidade, destacam-se ainda os forros vazados em espinha de peixe e os mirantes (pavimento que aproveita o desvão gerado pela inclinação de telhado) que, além de pontos privilegiados de observação da entrada dos navios no porto e sinalização sobre os preços das mercadorias, também funcionavam como chaminés de ventilação por coincidirem com os vãos das escadas (ANDRÈS, 2006, p. 31).

Fato que pode ser observado no sobrado estudado da Praça João Lisboa 37 (Sobrado A). Ao observar o corte do prédio (figura 8) verifica-se que o mirante coincide exatamente com a caixa da escada que está ao centro da planta, auxiliando na iluminação e aeração deste setor, bem como o mirante do sobrado da Rua Afonso Pena, 46 (Sobrado G) que hoje se encontra alterado depois de sua ampliação, tendo sido transformado praticamente em outro pavimento.

Figura 8 - Corte Sobrado A, mostrando o mirante sobre a caixa da escada



Fonte: Arquivo IPHAN-MA, Inventário de Bens Imóveis de Sítios Urbanos (INBI-SU), 2002

No livro *O cativo*, de Abranches, o autor cita o mirante como uma espécie de torre que revela o mar e um imenso horizonte, onde os capitães dos barcos de longe anunciavam as cotações dos produtos, na época áurea do algodão:

[...] mandara ele construir no seu altíssimo imóvel um mirante de onde a vista descortinava mar a fora um imenso horizonte. Era que Mister Lua não amava tanto os astros e os panoramas oceânico quanto as suas especulações na compra e venda de algodão. E, o consignatário dos veleiros, [...], tinha um acordo com os capitães desses barcos; e estes de longe lhe anunciavam por sinais convencionados as cotações que traziam para o cobiçado produto (ABRANCHES, 1992, p. 145).

Concorda-se que o mirante pode ter tido sua concepção arquitetônica nas torres dos castelos, pelo menos no que se refere a sua percepção sócio-espacial, na qual a visão seria o principal elemento de defesa. Verdaderamente, em São Luís, o mirante teve um uso mais diversificado como um elemento que possui uma gama de usos, pois não somente melhorava o sistema de aeração e ventilação central da casa, mas servia como ponto de observação, inclusive passando a ser quarto de guardados, prisão de donzelas caprichosas, espaço de inspiração de grandes poetas e dormitório de empregados das lojas, como se lê em *O Mulato*: “Bento atravessou silencioso a varanda cortejando com afetada humildade o cônego e Ana Rosa, e seguiu logo para o mirante, onde moravam todos os caixeiros da casa” (AZEVEDO, 1881, não paginado).

Por fim, o mirante está integrado à fachada, tornando-se o coroamento da composição arquitetônica (fotos 9 e 10), surgindo como um elemento simbólico. Pode não ser uma cúpula requintada ou uma elegantíssima lanterna; mas o fato é ele compõe e preenche de modo alegórico a paisagem central da cidade, conferindo todo charme e pompa, como um aparato suntuoso às moradas que os detém.

Foto 9 - Mirante dos Sobrado J



Fonte: Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

Foto 10 - Mirante Morada Z

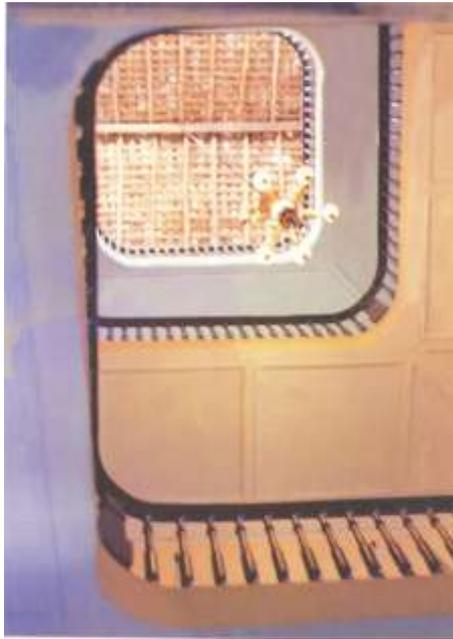


Fonte: Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

3.5.3 Forros

Nos sobrados o uso de forro no pavimento térreo é praticamente nulo, mostrando apenas a robustez dos barrotes que fixam o assoalho do piso superior. Nos pavimentos superiores é comum a utilização de forros nas salas de visitas, possuindo uma variedade significativa: ripados, espinha de peixe, agamelados de venezianas e saia-camisa, todos adequados aos calores do clima equatorial, pois permitem a troca de ar constante; outros de tábua corrida com frisos e sancas de variados perfis mostram já um requinte clássico que tomou conta das construções do século XIX. Nos porões, mirantes, bem como no *correr* e nas varandas posteriores aparece habitualmente a telha vã, tornando os ambientes frescos e arejados, assim como nas caixas de escada, quando não existe o mirante (figura 9).

Figura 9 - Vão da escada do Sobrado G



Fonte: Silva Filho (1998, p. 113)

3.6 Fachadas

As fachadas cumprem geralmente um risco simétrico e planificado, obedecendo ao modo tradicional de implantação do Brasil colonial até o século XIX, mas que não obsta o progresso, pois através dela também se verifica adaptação à sofisticação da vida urbana local. Permitem definir claramente a rua pelo fato de estas serem construídas no limite do espaço público, evidenciando apenas os ressaltos dos beirais, sacadas, cunhais, portadas e suas guarnições de cantaria ou massa.

Às vezes encontram-se planos de telhados intermediários, conformando-se com os mirantes. A correspondência dos vãos é uma constante e sobressaem os cheios sobre os vazios. Enquanto que a utilização do arco abatido mostra por vezes a idade mais antiga da construção, que fora substituído pelos arcos plenos. No andar térreo a presença de portas indica que este é utilizado para comércio.

Nos solares, principalmente, devido aos elevados pés-direitos do andar térreo, a portada apresenta-se mais alta que os demais vãos, mostrando a entrada mais importante da morada. Muitas vezes são ladeadas por duas janelas e, à feição de servir de entrepiso inexistente, surgem pequenas janelas ou óculos superpostos às envasaduras, como se pode verificar na fachada do palacete da Rua Formosa, Sobrado G.

Assim como os óculos, as seteiras cumprem a mesma função, porém jamais são vistas nas fachadas principais, somente nas empenas laterais. De igual modo, os cunhais e barrados são presença constante nas fachadas dos sobrados e nas casas térreas, muitas vezes simulam um capitel nos cantos lembrando ordens clássicas, com pedestais de cantaria.

O emprego do revestimento azulejar no exterior da casa é outra característica das fachadas ludovicenses, “prática que em São Luís atinge uma extensão absolutamente incomum, quando comparada com outras cidades brasileiras” (CASTRO, 1983, p. 523).

3.6.1 Azulejos

Freyre (1943), na introdução às cartas do engenheiro francês Vauthier, sobre a arquitetura doméstica no Brasil, na segunda metade do século XIX, destaca a circunstância do mesmo não informar sobre o uso dos azulejos nas habitações nem sobre as cores dominantes nas fachadas dos sobrados urbanos do Recife, mesmo este tendo chegado ao Brasil em 1840. Talvez seja o caso de se questionar como teria escapado tal detalhe a este observador tão minucioso nas suas descrições.

Os azulejos foram introduzidos pelos árabes nos costumes dos portugueses e por estes foram trazidos para o Brasil, porém seu emprego deste foi mais intenso entre São Luís e Maceió, embora o uso do azulejo luso-árabe fosse conhecido em todo Brasil.

Freyre (1943) ensina também que a sobrevivência deste costume foi ditada pelo asseio, limpeza e pela claridade que o instinto ou senso de limpeza tropical absorveu os mouros e tornou o emprego tão intenso. E não somente os azulejos eram de visível influência árabe, como também os balcões e as varandas.

As moradas da capital como de outras cidades maranhenses revestidas de azulejo são inegavelmente obra dos colonos. Arte esta que também não despertou a atenção de alguns visitantes que por aqui passaram no século XIX como Robert Ave-Lallemant em 1859, que segundo Cruz (1953, p. 83), levou o missionário americano Daniel Kidder afirmar que a cidade possuía “residências de fina construção”:

Tem-se na cidade do Maranhão como sendo a de melhor construção que qualquer outra no Brasil. Apresenta ela ao visitante um aspecto de progresso como raramente se nota em outras cidades do Império. Além disso, são poucas as choupanas e casebres. Nenhuma das suas igrejas é de grande porte ou demais suntuosa; entretanto muitas **residências são de fina construção, estilo elegante e aparência sólida**. As paredes são fortes, construídas de pedra britada e cimento (KIDDER apud CRUZ, 1953, p. 83, grifo da autora).

A forração de azulejos estampilhados, isto é, produzidos semi-industrialmente, se inicia aproximadamente por volta de 1840, indicando um cromatismo nas paredes em substituição do branco mulçumano dos tempos coloniais como o reencontro das relações comerciais e migratórias de Brasil e Portugal, afrouxadas desde a independência. Silva Filho (1998, p. 193), fala sobre o tratado comercial entre o Brasil e a Metrópole que apesar de favorecer as transações comerciais com outros países europeus já enunciava a aquisição preferencial de louça e azulejos da Metrópole, e somente em escala muito menor produtos de outras origens foram enviados ao Maranhão.

Em São Luís os azulejos podem ser encontrados recobrando fachadas inteiras assim como interiores, refletindo o requinte das moradas locais da segunda metade do século XIX como já fora citado por Kidder e por outros estudiosos:

Já em meados do século XIX, intensificou-se a aplicação de azulejos nas fachadas, que passou a ser um dos aspectos mais característicos da arquitetura civil de São Luís. Esse uso tornou-se tão freqüente que valeu à cidade o epíteto de “*La ville aux petits palais de porcelaine*”, inspirado na policromia das faianças que recobriam dezenas de fachadas de sobradões (ANDRÉS, 2006, p. 30).

Nos interiores podiam ser encontrados em forma de barramentos ou painéis policrômicos revestindo vestíbulos, cozinhas, circulações ou ainda compondo espelho das escadas, como relata Aluísio de Azevedo em *O Mulato*: “As paredes, barradas de azulejos portugueses e, para o alto, cobertas de papel pintado, mostravam, nos seus desenhos repetidos de assuntos de caça, alguns lugares sem tinta, cujas manchas brancacentas traziam à ideia joelheiras de calças surrada” (AZEVEDO, 1881, não paginado).

Nos exteriores foram largamente utilizados durante todo século XIX para proteção e embelezamento das fachadas que sofrem com o alto índice pluviométrico e umidade do clima equatorial, chuvas fortes que ocorrem principalmente de dezembro a maio. Segundo alguns estudiosos como Santos Simões em seu artigo *Azulejaria no Brasil* publicado em 1959 na revista do IPHAN, foi do Brasil que a moda de azulejar as fachadas chegou à metrópole como um “curioso fenômeno de inversão de influências” (SIMÕES apud CRUZ, 1953, p. 84.).

Já para Espírito Santo (2006), o uso da azulejaria, assim como de outras características da morada ludovicense (trabalhos de cantaria, pedra lióz, telha capa-canal, composição da fachada simétrica de matriz clássica e predominância de cheios sobre vazios) são características plásticas desenvolvidas em Portugal quando da reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755.

Alcântara (1980) também diz que a maneira de azulejar as fachadas em São Luís e Alcântara corresponde a uma moda que se generaliza tanto no Brasil quanto em Portugal a partir do segundo quartel do século XIX.

No entanto, Alcântara (1980) afirma que o padrão encontrado na cidade é único em cada revestimento, pois é comum deparar-se com as partes inferiores das paredes pintadas em cores mais escuras, como uma forma de proteger a parede dos respingos da chuva, nas ruas sem calçamento, hábito que permaneceu mesmo quando desnecessário (foto 11). Pode-se ainda, verificar, por exemplo, a parte inferior das fachadas revestidas com padrões de azulejos diferentes ou com mesmo padrão, porém com outra disposição.

Foto 11 - Fachada com barramento da Morada P – Rua do Giz, 458



Fonte: Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

Para Vieira Filho (1978), a adoção dos azulejos como revestimento parietais na cidade deu-se pelas condições climáticas característica da linha equatorial que danificavam muito o reboco e a caiação das paredes externas das casas, ocasionando estragos consideráveis. Assim, o azulejo pelas suas qualidades oferece maior resistência às intempéries climáticas da região, por ser uma argamassa nobre com seu esmalte radiante e sua sólida argamassa cozida conserva melhor e empresta seu brilho e beleza duradoura às fachadas.

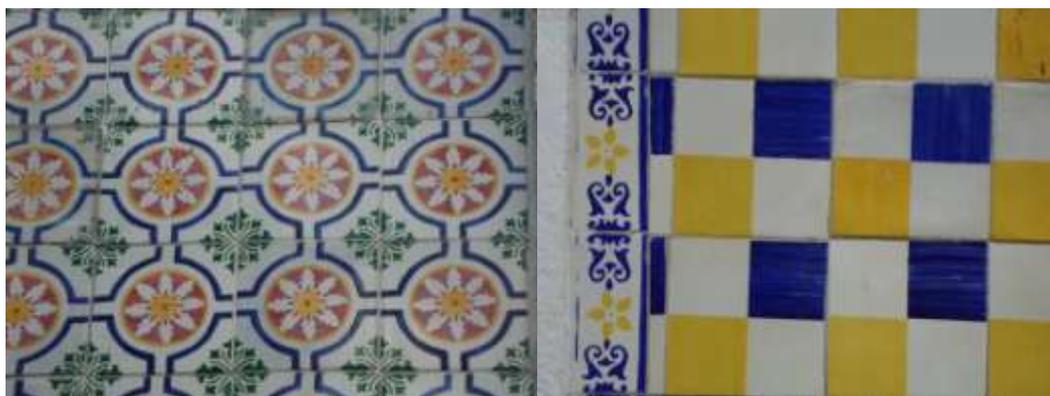
Mesmo com o advento do ecletismo, que privilegiou a ornamentação em relevos e estuques, o uso deste revestimento diminuiu, mas não foi totalmente abandonado. Deste modo, a sugestiva alcunha de “Cidade dos Azulejos” atribuída a São Luís provém desta preferência da cidade pelos azulejos, que em nenhuma outra cidade do Brasil se observa em tamanha quantidade.

A função do azulejo como suporte primordial de imaginário é outra das aplicações largamente exploradas na cidade. Pode-se dizer que o azulejo em São Luís assumiu tanto as

funções de elemento estritamente ligado à arquitetura como também decorativas narrativas, tornando-se um objeto de revestimento eficaz não somente pelas suas propriedades na duração, facilidade de limpeza e conservação como também, numa linguagem mais contemporânea, integra o produto industrial de uso corrente com todas as qualidades expressivas deste suporte cerâmico impregnado de imaginário e tradição.

A grande maioria dos azulejos das fachadas de São Luís é estruturado em figuras isoladas ou agrupadas, como nos sobrados A, E, J e L ou nas moradas P, R e Z (foto 12) através de decomposição de quadros, retângulos, triângulos e círculos e apresentam esquemas ornamentais de origem renascentista e maneirista. Outras se completam em duas peças (fotos 13 e 14), rebatendo o ornamento formando uma composição com quatro elementos. Muitos trazem sem si a composição definida e poucos apresentam ornamentos isolados definidos. Alguns em relevo podem apresentar técnicas mistas como a metade em relevo e outra metade em estampilha mecânica.

Foto 12 - Azulejos estruturados em figuras isoladas do Sobrado J e Morada P



Fonte: Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

Foto 13 - Azulejos com figuras agrupadas da Morada Z e Sobrado A



Fonte: Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

Foto 14 - Azulejos com figuras agrupadas da Morada R



Fonte: Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

A partir da década de 60, o gosto por azulejar as fachadas, que já fazia parte do costume maranhense, ganhou um novo impulso a partir de uma lei municipal que incentivava os moradores a adotarem a prática em troca de descontos sobre o Imposto Predial Urbano, como é o caso do azulejo do sobrado E (foto 15).

Foto 15 - Azulejos industrializados do Sobrado E (Década de 60)



Fonte: Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

3.7 Sistemas Construtivos

Construir este enorme conjunto de prédios não deve ter sido tarefa das mais difíceis quando se tinha material e mão-de-obra abundante, pelo menos até a abolição da escravatura. Nesta região pode-se encontrar, com alguma facilidade, sambaquis para

fabricação de cal e jazidas de arenito, que eram utilizados na construção das paredes de sustentação, sólidas, monolíticas e com espessuras que geralmente variavam de 0,50 a 1,30m. Assim, em São Luís, a cal marinha foi largamente utilizada para construção civil. Por conter um pouco de sal, diferentemente da cal de rocha, este material acaba sendo uma constante no rebotar do reboco das paredes.

No final do século XIX inicia-se a utilização de tijolos de quatro furos, como pode ser observado na ampliação da Farmácia João Victal de Mattos. Alvenarias mistas, de pedra e tijolo, foram empregadas em todo o Brasil, principalmente em situações em que o cuidado estético estava presente. Em São Luís não foi diferente. A pedra era utilizada para a execução de cunhais e molduras, por exemplo, enquanto o tijolo compunha os painéis de enchimento.

Em alguns casos, a pedra lavrada era o resultado de trabalho executado em Portugal. Mas, não foram raras as vezes em que foram utilizados mais de um sistema construtivo em um mesmo edifício; sendo essa situação mais frequente naqueles de mais de um pavimento.

Assim, enquanto o embasamento e o térreo eram executados com alvenaria de pedra, o segundo, ou mesmo um terceiro pavimento, podia ser executado com estrutura em madeira e vedação em pau-a-pique. Da mesma maneira, foram utilizadas, em associação, as alvenarias de tijolo e pau-a-pique. Isto pode ser exemplificado no Sobrado G da Rua Afonso Pena (Rua Formosa). Devido ao seu estado atual pode-se exemplificar esta mistura de técnicas construtivas como mostram as fotos 16 a 18.

Foto 16 - Técnicas Construtivas do Sobrado G



Fonte: Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

Foto 17 - Técnicas Construtivas do Sobrado G



Fonte: Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

Foto 18 - Detalhe - Técnicas Construtivas do Sobrado G



Fonte: Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

Neste sobrado, verifica-se ainda o sistema construtivo aplicado no pós sismo de Lisboa, que surgiria como algo até então totalmente novo, pois, se pretendia que fosse resistente a um novo abalo. Apesar de a utilização de treliças de madeiras na construção de paredes ser muito antiga, a estrutura tridimensional em “gaiola” aplicada nesta técnica é considerada uma inovação do sistema construtivo pombalino (CÒIAS, 2007). No interior do edifício, do primeiro andar para cima, existem as paredes de travamento, em duas direções – o frontal pombalino (fotos 19 e 20). Estas paredes são construídas por prumos, transversais e diagonais de madeira. Além de suportarem as vigas dos pavimentos, estas paredes tinham, em caso de sismo, a função de contraventarem as paredes principais de alvenaria e ajudarem a dissipar a energia.

Foto 19 - Cruz de Santo André do Sobrado G



Fonte: Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

Foto 20 - Detalhe - Cruz de Santo André do Sobrado G



Fonte: Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

A taipa de pilão, bastante utilizada em outras regiões do país, ocorre com raridade em São Luís. Apesar de ser um sistema construtivo de origem temporal remota, proveniente do Oriente, pode ser definido como uma construção de paredes maciças, monolíticas, pelo apiloamento de pequenas camadas sucessivas de terra, contidas em formas de madeira. Esta técnica é bastante inadequada para o clima da região que possui um alto índice pluviométrico; porém ainda assim há relatos históricos que contam alguns prédios principalmente públicos e igrejas que foram construídos neste sistema.

O adobe foi mais utilizado para compor painéis de vedação internos que têm em média 20cm de espessura. Além das paredes internas, a utilização da taipa também é muito comum nos mirantes, uma vez que estes deveriam ser o mais leve possível. As vergas com madeira, pedra e ladrilho de barro cozido também são bastante comuns (foto 21).

Foto 21 - Verga de pedra e ladrilho - Sobrado M



Fonte: Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

4 TRADIÇÃO E ADAPTAÇÃO

A metodologia adotada nesta fase se deu a partir do estudo sobre a morada ludovicense em que a pesquisa de campo e a consolidação de um referencial teórico pela pesquisa bibliográfica permitiu reconhecer famílias tipológicas, que se revelaram primordiais para a construção desta etapa de análises, avaliações e conclusões. Buscou-se aqui as evidências que indicaram o caráter da tradição e da adaptação das moradas analisadas, pois pretende-se responder ao problema proposto de descrever sistematicamente este objeto de forma a dialogar com o referencial teórico que trata genericamente da casa brasileira. Para tanto, foi necessário definir conceitos a respeito da tradição e da adaptação e demonstrá-los no universo amostral definido no corpus deste trabalho.

Na pesquisa pode-se constatar que a diversidade de tipos da morada obedeceu a condicionalismos econômicos e sociais que se refletiram na arquitetura tradicional, influenciando a classificação morfológica e construtiva que este trabalho pretendeu tratar. Deste modo, principia-se por dizer que a habitação pode ser considerada a expressão final da convergência de razões correlacionadas, cuja influência naturalmente se adapta aos recursos geográficos, às imposições climáticas e às necessidades e circunstâncias sociais.

Muitos destes condicionantes, decerto, refletem a tradição construtiva que faz com que a casa ludovicense compartilhe pontos comuns com as congêneres nacionais. Assim como as imposições climáticas, as necessidades e circunstâncias sociais, e também a disponibilidade de recursos naturais e geográficos fez com que a morada adquirisse características adaptativas.

É fato que os recursos imediatamente disponíveis só tem valor absoluto nos primeiros estágios de habitação humana, embora mesmo nestes níveis haja sempre variações arquitetônicas, convenções e ideias locais que encontram sua expressão própria (KESSING, 1961). Mesmo assim, estes recursos acabam por serem matérias-primas essenciais na realização destas construções, dando-lhes aspectos particulares seja na aparência ou no processo construtivo.

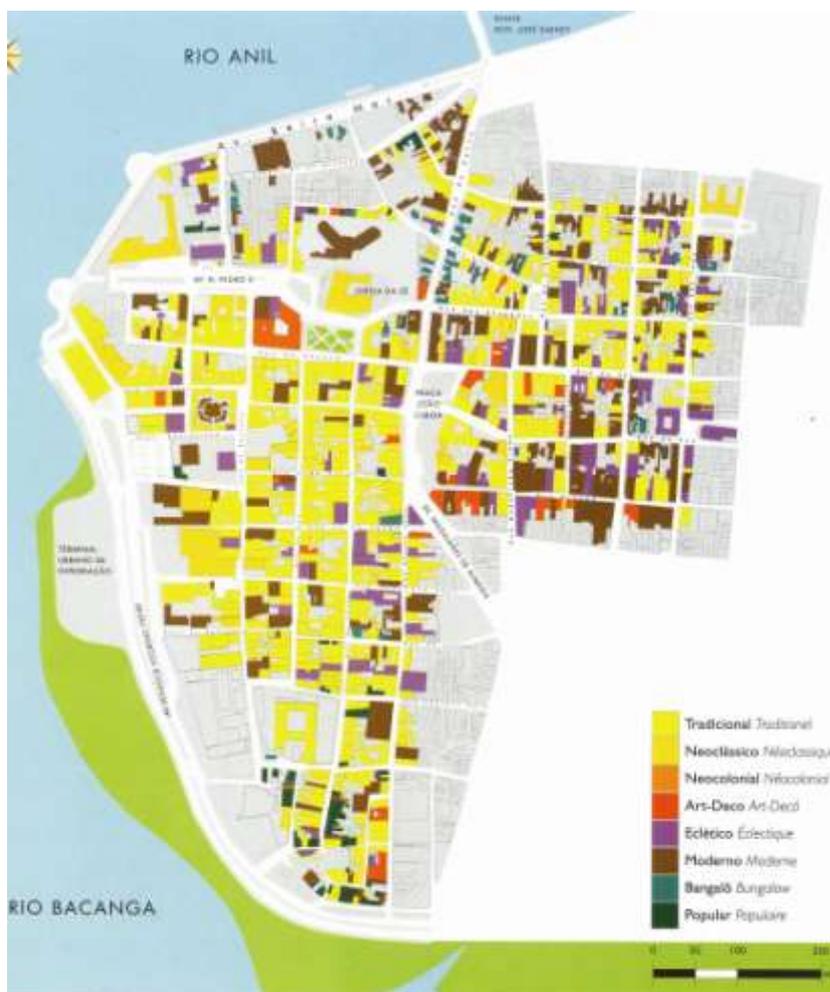
Os casarões ludovicenses, sejam eles construídos pela alta burguesia ou as casas de porta-janela, registram grande parte da memória da cidade que pode ser lida não somente na sua arquitetura como também nas práticas culturais que ao longo do tempo se perpetuaram através da oralidade e dos costumes. Pode ainda ser interpretado na sua estrutura sócio-econômica que produziu padrões dominantes – sobrados, consolidando as diferenças sociais extremadas que se manifestaram durante todas as fases da sua história - Colônia, Império e República.

Assim, se concretizou a importância da residência assobradada como uma espécie de símbolo da cidade, um símbolo que é construído com base em uma motivação cultural,

contribuindo para sua identidade. Neste sentido, enfatizou-se seu valor simbólico como referência na construção de uma imagem cristalizada da cidade. Pois, ao falar de São Luís, automaticamente faz-se referência a seus aspectos históricos que ainda hoje são preponderantes na caracterização da cidade: Cidade dos Azulejos, Casarões coloniais, Atenas Brasileira entre outros.

Estes aspectos históricos a individualiza, caracteriza e se destaca de modo marcante na construção de sua identidade, tanto no cenário nacional como internacional, tornando-a digna de reconhecimento, onde sempre é lembrado o seu rico conjunto de edificações de feição colonial remanescente dos séculos XVIII e XIX, classificado pelo IPHAN na sua maioria como *Tradicional Português*⁴ (mapa 1), que surgiram a partir das transformações sociais ocorridas nestes séculos e que já foram abordadas no primeiro capítulo deste trabalho.

Mapa 1 - Mapa dos Estilos de arquitetura dos imóveis do centro histórico



Fonte: Andrès (1998, p. 48)

⁴ Estilo arquitetônico classificado pela Superintendência do IPHAN no Maranhão relacionado a 56% dos imóveis de tombamento federal da cidade de São Luís.

Os casarões se transformaram em um ícone de todo patrimônio histórico cultural da cidade, com uma força de simbolização e semantização que ratifica ligação da cidade com a história, tendo nesta sua força maior.

Deste modo, as edificações são dotadas de elementos arquitetônicos que a tornaram adaptadas a todos estes aspectos já citados – culturais e físicos, com elementos arquitetônicos que favorecem sua adequação ao clima local, como os elevados pés-direitos e as varandas guarnecidas de esquadrias do tipo veneziana voltadas para os pátios internos, como é observado na fachada posterior do sobrado da Rua Formosa (figura 10). Além dos azulejos das suas fachadas que se tornaram outro grande símbolo cristalizado da cidade, ou mesmo o modo de morar, de habitar estas edificações.

Figura 10 - Fachada posterior do palacete da Rua Formosa (Rua Afonso Pena)



Fonte: Silva Filho (1998, p. 88)

Neste contexto, se fez necessário uma análise mais profunda para que não fossem descortinados somente as características impressas no atarracamento e na quadradez citadas por Costa (2006, p. 19) que são próprias da esteticidade do “estilo tradicional português” e assim observar seu caráter integrador e adaptativo por outro ângulo, pois a fisionomia severa da fachada citada também por Freyre (1971), Reis (2000a) e outros; são igualmente encontrados nos casarões ludovicenses, bem como seus elementos padronizados: pedras do

reino, portadas e ombreiras, a arquitetura de pedra e cal, a simetria das fachadas com seus cheios e vazios, suas paredes caiadas, os densos cunhais, bem como os elementos compositivos que vão da arquitetura pombalina à eclética apresentada nas platibandas do fim do século XIX, embora estes aspectos apresentem uma ordenação e uma proporção que raramente se fazem presente em seus congêneres. Enfim, todos os aspectos que caracterizam a arquitetura luso-brasileira também podem ser observados facilmente nos casarões ludovicenses, mas podem revelar outras conclusões a respeito deste tema.

Nestes termos, não se quer, contudo, mostrar somente os créditos de alguns aspectos que revelam de imediato o caráter de adaptação desta morada. Muitos inclusive já foram demonstrados no capítulo anterior e são de grande valor, como: a importância do mirante na cultura da *Atenas Brasileira* e como elemento importante na aeração da casa implantada na linha equatorial, as esquadrias tipo veneziana, a relação da varanda com os hábitos e costumes no ato de morar ludovicense, a dimensão simbólica da azulejaria de suas fachadas; o tamanho dos lotes que fizeram com que os fluxos e a compartimentação da casa oferecesse para seus moradores novas maneiras de utilizá-la, uma vez que a disposição fundiária da cidade estruturada em quadras dispostas sob uma traça reguladora resultou numa malha urbana articulada que expressou, ao longo do tempo, as relações tipológicas constituídas em torno de pontos vitais para a coletividade, expressa na construção de suas fontes, praças igrejas e conventos.

Como síntese, pode-se citar o sobrado da Pacotilha (Sobrado A) que reúne todas estas características (foto 22). Sobrado do século XVIII que possui uma tipologia única na cidade (morada inteira com três pavimentos, porão e mirante). Além de sua fachada frontal azulejada, sua fachada posterior completamente vedada por esquadrias demonstra o despojamento da morada para seu pátio interno, que juntamente com o mirante, exemplificam os recursos de aeração da edificação. Localizado no Largo do Carmo, ele faz parte da paisagem local se relacionando diretamente com a praça e o convento de mesmo nome, construção mais influente do local.

Foto 22 - Fachada posterior do sobrado A (A Pacotilha)



Fonte: Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

Daí em diante, a morada ocupou ao longo deste processo de construção da cidade a testada principal do lote, sem recuos frontais e laterais, tendo apenas os fundos como uma área livre e descoberta. A partir das necessidades da morada e por causa da largura dos lotes esta ocupação avançou para as laterais, estabelecendo a planta em L ou mesmo em U transformando a área livre em um pátio, o que foi possível principalmente pela largura destes lotes.

Com isto, pode-se afirmar que as plantas e fachadas destas moradas, sejam elas térreas ou assobradadas, possuem variantes distintas que autorizam análises mais profundas para compreensão da estética da cidade ao longo do tempo bem como permitem também caracterizar a tradição e a adaptação destas.

Para tanto, é preciso entender a adaptação não somente como a adequação desta morada aos calores equatoriais, mas como um esforço para integralizar, para acomodar e se igualar ao momento histórico vivido no país, onde os proprietários rurais reforçavam seus símbolos de grandeza na tentativa de justificar a superioridade perdida com a burguesia emergente, colaborando com a sofisticação da arquitetura e incrementando a vida urbana do país. O que se pretende dizer é que além das características adaptativas aos fatores como

clima e às circunstâncias econômicas e sociais, esta morada também se adaptou às questões estéticas vividas no país sem, no entanto ferir seu padrão tipológico.

No quesito tradição, esta deve ser entendida não apenas como a transmissão de doutrinas, mas principalmente como a transmissão de costumes que durante um longo espaço de tempo perpetuou um modo de morar do maranhense. Considerando a tradição como um laço do passado com o presente, que pode ser observado em romances e poemas dos prosadores e poetas que foram citados no primeiro capítulo, e que mostraram um profundo respeito aos costumes em seus relatos sobre a morada ludovicense.

Sem detença, analisando as fachadas dos casarões, percebe-se claramente a passagem do tempo, no que se refere às questões estéticas. Identifica-se a transição de modelos da arquitetura pombalina para a eclética, fato o que permite fazer uma análise diacrônica deste processo (ESPÍRITO SANTO, 2006). Análise esta que vem a partir das mudanças identificadas nos edifícios e reveladas através de elementos compositivos produzidos em períodos distintos, que vão do beiral às platibandas.

Uma análise das plantas permite a identificação de alterações mais sutis, uma vez que estas se apresentam sempre como um desdobramento da planta da *porta-e-janela* que se desenvolveu, conforme referido no capítulo anterior, em meia-morada, morada inteira, morada e meia e mais 13 variações que relacionam o número de pavimentos e uso dos ambientes internos; mantendo as mesmas características das famílias tipológicas de origem.

Foram estes desdobramentos, esta evolução tipológica, se assim se pode chamar, que tornam as moradas ludovicense tão particulares. Esta evolução - ou variação sincrônica como é chamada por Espírito Santo (2006) - está diretamente ligada às dimensões do lote. Isto permite a compreensão a respeito da estreita ligação entre a testada e o tipo. Mesmo os sobrados conservam em seus pavimentos o tipo básico.

Esta identificação a partir da compreensão dos elementos: *planta e fachada* torna a base arquitetônica – *porta-e-janela*, um elemento de caráter tradicional estruturador da morada, imprimindo a autenticidade do acervo da cidade, e contribuindo para elevar o valor do conjunto, não somente no que diz respeito a valores patrimoniais como também do bem arquitetônico em si e corroborando com todos os autores que identificam a arquitetura civil ludovicense como expoente máximo do período histórico aqui abordado, culminando naquilo que maior caracteriza os aspectos tratados neste capítulo no que se refere à sua tradição.

De tal sorte, é preciso então entender como o elemento *traçado urbano* foi o ponto chave para estabelecer este caráter tradicional da arquitetura maranhense, pois foi a

partir dele que se possibilitou a evolução, os desdobramentos e por consequência as adequações que se fizeram sobre esta base sólida e de constantes bem definidas, que teve no sobrado o seu píncaro. Foi a traça regular planejada por Frias de Mesquita que possibilitou a conexão entre evolução tipológica da morada e a tradição.

O engenheiro-militar teve, portanto, um papel importante na construção que possibilitou a multiplicidade tipológica da cidade. Atuou na expulsão dos franceses, assumiu também a função de Provedor-Mor da fazenda e ouvidor geral da província do Maranhão, ficando a seu cargo o planejamento da traça da cidade. Apesar de historicamente caber aos franceses a escolha inicial da localização da cidade, a conformação do núcleo urbano está diretamente atrelada à traça quadriculada elaborada pelo Engenheiro-Mor.

4.1 Sobre a traça da cidade de São Luís

Para um bom entendimento da importância do traçado da cidade de São Luís sobre seu padrão tipológico, convém lembrar que entre os anos de 1580 a 1640, com o declínio do império português, momento no qual a coroa portuguesa e hispânica se une sob o título histórico de “*União Ibérica*”, passou não ser completamente estranha à adoção de traçados regulares nas cidades de fundação portuguesa. A atividade de engenheiros militares simultaneamente ao serviço de Espanha e de Portugal, as influências mútuas que se verificaram no ensino da arquitetura e da engenharia militar, e a atividade legislativa de Filipe II, podem ter constituído importantes fatores para a crescente racionalização dos traçados portugueses a partir do século XVII. A partir da Restauração em 1640, a necessidade de reforçar o sistema defensivo do país fez com que muitas cidades portuguesas sofressem intervenções baseadas nos sistemas defensivos que então vigoravam na Europa, segundo os exemplos das escolas francesa e holandesa.

O Brasil começa a se preocupar, a partir deste momento, com a arrumação espacial, cadastral e funcional dos quarteirões similar às cidades hispânicas, como exemplo cita-se a própria cidade de São Luís, Filipéia (João Pessoa / Paraíba), Belém e Salvador (ROSSA, 2000).

É também no século XVII que o Método Lusitano passa a ser implantando no país para corrigir os sistemas de fortificação implantados no descobrimento. Segundo Santos (1977, p. 11), Luís Serrão Pimentel publica em 1680 as aulas de fortificação e estratégias urbanas da arquitetura militar que vêm sendo ensinadas aos engenheiros-militares, “revelando

um bom nível de cultura técnica.” Estes mesmos engenheiros já estavam sendo enviados ao Brasil devido à cobiça dos franceses e à descoberta do ouro em Minas Gerais. Em outro exemplo de bom empenho técnico, o autor cita a planta de 1713 da cidade do Rio de Janeiro, obra do Brigadeiro João Massé, e pensada para corrigir o sistema de fortificação da cidade (figura 11).

Figura 11 - Imagem sem título [Rio de Janeiro]. Original atribuído a João Massé



Fonte: Reis (2000c, p. 166)

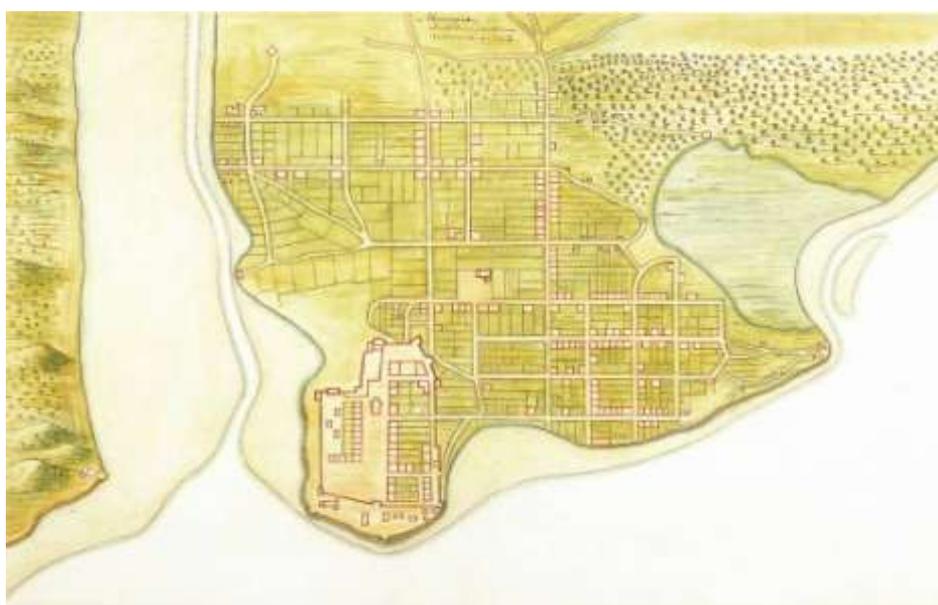
Na cidade de Salvador pode-se encontrar uma expressão bastante nítida da síntese de algumas das características fundamentais das cidades de origem portuguesa. Nomeadamente, a construção do núcleo urbano primitivo no cume de um monte, e a sua organização em dois níveis, a cidade alta e a cidade baixa, com funções e características bem distintas: a cidade alta, sede do poder civil e religioso e a cidade baixa, local onde se desenvolviam as atividades marítimas e comerciais. Por outro lado, nas instruções de 1548 em que D. João III deu a Tomé de Sousa para a fundação de Salvador, encontram-se expressas as preocupações da Coroa com a regularidade do traçado da nova cidade. A cidade alta de Salvador, construída num sítio elevado sobre à Baía de Todos os Santos, foi uma cidade planejada segundo um traçado que, se por um lado, se adaptava às características topográficas do terreno e a um perímetro de fortificações de forma trapezoidal, por outro lado, era constituída no seu interior por quarteirões retangulares, sensivelmente regulares. O que resultava uma malha regular, mas não perfeitamente ortogonal.

Deste modo, apesar de muitas cidades fundadas no Brasil possuírem, efetivamente, um traçado irregular, ao gosto português da época, como Olinda e várias cidades de Minas Gerais, é fato que existiu uma tendência de (re)ordenar os traçados das cidades e que muitas receberam uma política urbanizadora com novas características e maior regularidade, o que acabou deixando as cidades que se originaram a partir de uma traça planejada com uma aparência semelhante às outras que principiaram de uma tendência mais livre:

Um urbanismo regulado, herdeiro dos processos ordenadores com que as Câmaras desde o fim da Idade Média organizaram as cidades européias, e que produzirá uma lógica construtiva nas cidades erguidas por portugueses e brasileiros, resulta em traçados muito semelhantes entre as que tiveram um desenho prévio e aquelas ordenadas a partir de um núcleo espontâneo pré-existente. São Luís e Parati são núcleos urbanos do século XVII que exemplificam as duas situações (PESSÔA, 2000, p. 74).

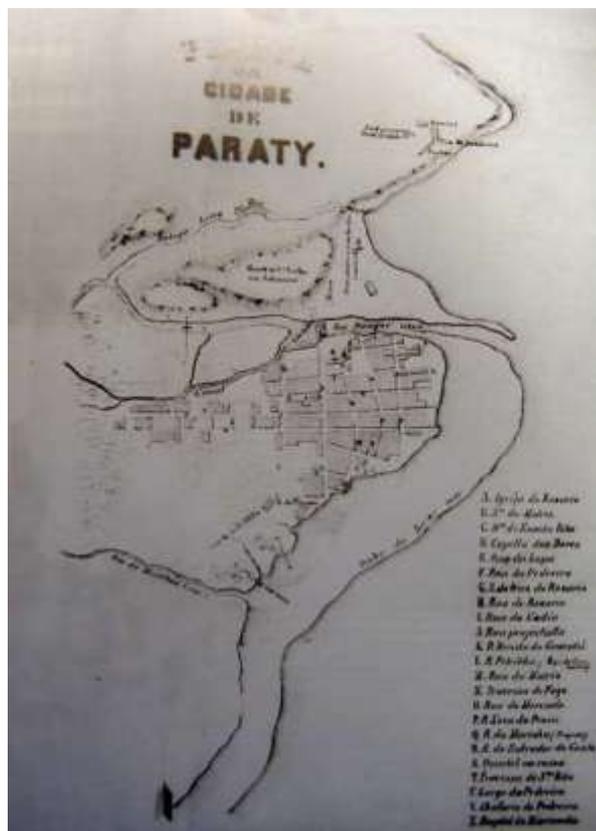
Assim, pode-se explicar a similaridade dos traçados de São Luís e Parati, por exemplo (figuras 12 e 13). Para Pessôa (2000), o sentido de ordenamento do traçado da cidade de Parati é muito similar ao traçado da cidade de São Luís que possuiu um planejamento prévio. A cidade de Parati era o ponto de partida dos caminhos que levavam às Minas Gerais, não havendo no seu traçado nenhuma referência monumental das cidades litorâneas como conventos, o que garantiu a homogeneidade do conjunto e foi a condição principal do fator de ordenação urbana, com quadras internas organizadas em função dos caminhos tendo o porto e estrada como elemento estruturador.

Figura 12 - “*Maragnon...*”. Original que integra o atlas de Vingboons, 1640



Fonte: Reis (2000c, p. 142)

Figura 13 - Planta da Cidade de Paraty



Fonte: Pessoa (2000, p. 77)

O mesmo acontece nas cidades mineradoras, com a diferença que estas possuem uma traça geralmente mais livre, uma vez que seu elemento estruturador se dava pela rua inicial do arraial, onde as igrejas, também sem os conventos do litoral, pois os mesmos eram proibidos naquela localidade, definiam o percurso de ligação determinando a configuração do sítio.

De modo geral, como nas gêneses citadinas de origem lusa, este primeiro momento se dava nos topos das colinas, de maneira a proteger a área agricultável e o arraial ia se conformando de acordo com as barreiras físicas impostas pelo sítio.

Durante o segundo século de colonização observa-se esta tendência de ordenação de formas do traçado buscando uma relativa regularidade nos sítios acidentados conformados pelas características físicas locais. A partir deste momento e durante o século XVIII as fundações das cidades brasileiras começam a se inserir em um arquétipo dentro de um programa funcional e institucional, com o propósito de estabelecer um processo de estandardização dos traçados.

Neste sentido, cabe perguntar qual é então a especificidade do traçado da cidade de São Luís que foi capaz de sugerir uma proporcionalidade, implantação e compartimentação diferenciada às construções locais, permitindo a evolução tipológica de sua morada, uma vez que este se assemelha a outros congêneres.

Para tentar responder a esta pergunta, é conveniente observar Rossa (2000, p. 20): “Interessantes, mas de conhecimento ainda pouco sistematizado, são as relações de directa proporcionalidade entre as dimensões do lote e a volumetria das edificações, para já não falar dos elementos arquitectónico-compositivos dos alçados.” Como se vê, não se possui ainda estudos que abordem directamente o assunto, mas encontram-se pistas importantes dentro da obra de estudiosos sobre a gênese do urbanismo brasileiro para fabular sobre a questão.

Reis (2000a, p. 129 e 132) diz que “os padrões de racionalidade e regularidade aplicados no Brasil implícitos nas medidas para controle de transformação da organização urbana, devem ser referidos ao estado de conhecimento e prática da arquitetura e do urbanismo europeu da mesma época”, referindo-se aqui ao século XVIII, mas considerando que a traça da cidade de São Luís é do século XVII, o próprio autor afirma que até o século XVIII a regularidade de traçado estava pouco presente no Brasil, apesar das tentativas de reordenação espacial das vilas e cidades.

Sendo assim, pode-se trabalhar com algumas hipóteses para entender por que os lotes de São Luís ficaram mais curtos e um pouco mais largos que outras cidades brasileiras que se assemelham ao seu traçado, o que vai influenciar directamente na implantação das suas edificações, possibilitando um número considerável nas variações de plantas e compartimentações.

A primeira delas seria uma hipótese bastante simplista e singela, na qual consegue-se apenas destacar a possibilidade do fato (lotes mais curtos e largos), ter ocorrido devido a esta traça ter sido provavelmente a primeira do Brasil do gênero (SANTOS, 2008).

Projetada por Francisco Frias de Mesquita, quando da expulsão dos franceses, e orientado pelas indicações do Capitão-Mor Alexandre Moura ao Capitão-Mor da Província do Maranhão, Jerônimo de Albuquerque, com um regimento que destacava apenas duas linhas de recomendações. Primeiro que fossem bem arruadas e depois que fossem direitas conforme a traça que ficaria em poder do Engenheiro-Mor, dotando assim, a cidade de um desenho com as qualidades de um plano geométrico onde as quadras inicialmente obedeciam a um padrão

reticulado uniforme de ruas estreitas, de sete a dez metros de largura e às dimensões de quadras, com cerca de 80 X 80 metros (ÂNDRES, 2006). Mas existem também quadras maiores, que foram acrescentadas à medida que o traçado se expandia. Essas quadras maiores estão situadas na área do Largo do Carmo e alteram a perfeita malha em grelha, que mesmo assim ainda permanece ortogonal.

Outra hipótese mais complexa teria como ponto de partida a necessidade de urbanizar para conter as invasões. Anteriormente, por desígnios lusos, as incertezas estratégicas de defesa aconselhavam os povoadores e seus arruadores a ir constituindo a cidade por partes, através de reformas e adições, conforme se viu, a especificidade do sítio se impunha como a mola mestra e os traçados, assim como os lotes, acabavam por se limitar à condição geográfica, adaptando os terrenos com maior ou menor regularidade aos limites pré-estabelecidos. Deste modo, concorda-se com Portas (2000) quando ele relata seu intrigamento ao confrontar o traçado de São Luís com outros, como o do Rio de Janeiro em plena época pombalina, considerando o traçado ludovicense um “*quase damero*” ainda em seiscentos.

No caso de São Luís, o objetivo primeiro da fundação lusa era a defesa, não somente no sentido de sair dotando o lugar de fortificações, mas de ocupar para não ser mais ocupada, e por isto seu traçado pode ter se antecipado à fase de consolidação da estratégia territorial lusitana que só se desenvolveu plenamente entre a fase filipina e pombalina.

Isto se deve primeiramente aos saberes já codificados e operacionalizados dos engenheiros-militares que não se encontravam reunidos no tempo anterior e que agora, a exemplo dos desígnios hispânicos, trazem a maior certeza quanto à necessidade de crescimento e agentes urbanizadores, deixando então um traçado capaz de se expandir segundo um padrão, mantendo uma estrutura e identidade ao longo do tempo, como de fato aconteceu em São Luís na sua expansão até o século XIX.

Assim, a malha da cidade foi projetada, mesmo que ingenuamente, mesclando às intenções de uma cidade aberta – ideia que generalizou na Europa somente no século XVIII – com as fortificações já deixadas pelos invasores. Notam-se preocupações de extensibilidade futura (sentido Caminho Grande), onde a regularidade do traçado do espaço público constitui uma malha formada por ruas e quarteirões, que embora inicialmente não fixassem praças, permitiu que elas fossem acrescentadas posteriormente dentro da mesma malha, como

mostram o confronto entre os mapas de Barleus (1647) e A. Veiga (1838) (figuras 14 e 15); neste último, indicando o aparecimento da praça João Lisboa, inserida segundo a homogeneidade e em conformidade com o sítio, respeitando a regularidade do traçado.

Figura 14 - “*Urbs S Ludovic...*” Do livro de Barleus, 1647



Fonte: Reis (2000b, p. 142)

Figura 15 - Tábua XVIIb – Planta da cidade de São Luís do Maranhão em 1838. Levantada por A. Veiga



Fonte: Santos (2008, p. 168)

Foi somente com a política urbanizadora adotada por Portugal, inserindo novas características e maior regularidade nos traçados que estas ideias já empregadas na cidade de São Luís começam de fato a aparecer na colônia.

A partir do século XVIII este padrão do programa funcional e institucional torna-se generalizado em todo Brasil, agora com objetivos de standardização, como demonstram as cartas régias que fizeram as cidades brasileiras tão parecidas com as portuguesas. Tal fato ainda pode ser percebido no estudo de Santos (1977, p. 14) quando narra a Missão Científica dirigida por Thomas Ender que se refere à cidade do Rio de Janeiro (figura 16) como a *cidade antiga*, cortada por apenas oito ruas direitas e bastante estreitas, paralelas e partidas por muitas travessas particulares e, a *cidade nova*, construída depois da vinda da Corte, quando descreve seus limites e narra suas características de “*feições europeias*”.

Deste modo, foi esta tendência ordenadora de correção dos traçados e de melhorar a aparência das vilas e cidades que faz com que tais reformas introduzam quintais profundos junto às ruas, numa nítida tentativa de regularizá-las:

As casas sendo alinhadas, ofereciam a aparência de uma superfície mais ou menos contínua. Mas fora das áreas centrais e das praças eram comuns quintais chegarem junto às ruas e sobre as cercas ou muros podia se ver a vegetação, interrompendo a massa edificada (REIS, 2000a, p. 142).

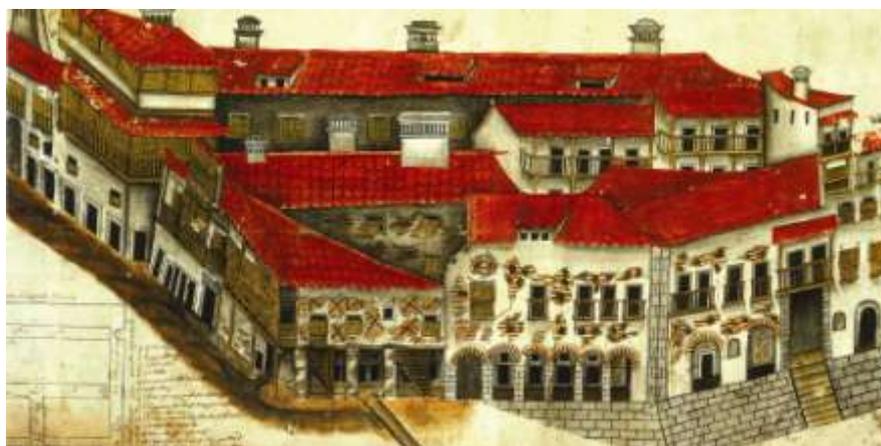
Figura 16 - Carta Topográfica da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Original manuscrito de André Vaz Figueira (1750)



Fonte: Reis (2000c, p. 169)

Com o alinhamento e nivelamento das ruas, as larguras também eram irregulares e às vezes numa só rua esta medida variava de uma quadra para outra (figura 17). É importante também lembrar que, o que naquela época não era considerado a área central da cidade, hoje faz parte do núcleo histórico e porção central dos complexos demográficos citadinos. Como exemplo, pode-se citar Salvador que segundo Reis (2000a), as ruas deveriam ter sessenta e seis palmos de largura (14,5 metros) conforme estabelecido pela Câmara, porém na prática estas medidas variavam, podendo ter larguras diferentes de uma parte para outra na mesma rua.

Figura 17- Imagem sem título [Área do Morgado de Santa Bárbara]. Original manuscrito do Arquivo do Estado da Bahia. 1764-1785



Fonte: Reis (2000c, p. 42)

Esta talvez seja a diferença maior entre os traçados de São Luís e outras cidades do país de fundação colonial. Como esta foi planejada, mesmo sendo num prematuro período para os ideais coloniais, os ajustes para controle, ordenação e melhoria do aspecto da cidade não foram tão necessários, fato que leva a crer que os lotes de maior profundidade bem como as quadras e ruas de larguras irregulares não foram possíveis de sobrevir, num primeiro momento, neste traçado. O que faz com que seus lotes, sejam, em geral, mais curtos e largos, pois não possuíam quintais junto às ruas, e só poderiam ser ampliados através da adição de lotes, fossem estas no sentido longitudinal ou transversal, fato que possibilitou durante toda a expansão deste traçado até o século XIX, um número considerável nas variações de plantas, a partir do modelo de origem (*porta-e-janela*) bem como suas compartimentações ao estabelecer uma relação direta entre as dimensões do lote e o volume das edificações:

Através de doações, compras e testamentos praticados pelas famílias ao longo da história da cidade, as regulares quadras de São Luís passam a apresentar um diversificado e rico padrão de lotes onde, por desmembramento e anexação, variada tipologia arquitetônica abriga nobres solares e simples *porta-e-janela*, onde diferentes segmentos sociais dividem afazeres e consomem o que há de infraestrutura disponível [...] (BURNETT, 2008, p. 118).

Deste modo, existe na malha ortogonal da cidade uma grande variedade de lotes. Desde lotes de procedência da traça original com formatos uniformes no tamanho de cinco braças de frente por quinze de fundo, passando pelos lotes já não tão uniformes, do século XVIII com até cinquenta braças cercado por outros menores. E, lotes um pouco mais irregulares, e com maior variação de tamanho, provenientes do século XIX, estes um pouco mais profundos, pois dependiam sempre dos usos e também por quem iria doá-los ou comprá-los.

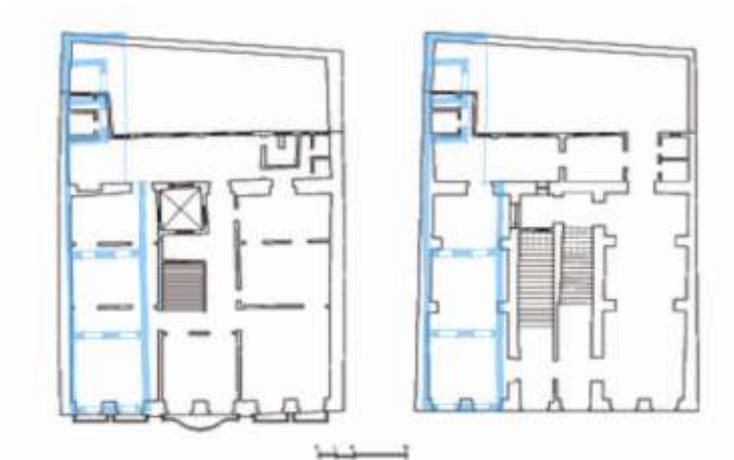
Assim, os quarteirões regulares definidos a partir da traça de Frias de Mesquita consolidaram um variado parcelamento de lotes que acabou por possibilitar a variação tipológica que define a arquitetura maranhense: vizinho ao imponente solar pode ser encontrada a morada inteira, ou a morada e meia, como também a porta-e-janela. Expressões de moradia das várias classes sociais na urbe dos séculos XVIII e XIX. Como exemplo, pode-se citar os sobrados e as moradas da Rua da Palma estudados no corpus deste trabalho, onde os sobrados C, D, L e M, possuem de testada uma variação de 11,50 a 18m, enquanto as moradas N, O (porta-e-janelas) e U (meia morada) variam de 6,60 a 8,60m. Os lotes diminuem à medida que a rua se aproxima do Desterro, bairro de pescadores e operários da época.

4.2 Plantas e fachadas como elementos importantes na caracterização da tradição e adaptação

Para este estudo, se a *porta-e-janela* é a base estruturante da tradição, o sobrado é expressão máxima que consegue reunir toda sua carga de transferência; do poder do alienante para o do adquirente dos costumes como também é a síntese de uma espécie de adaptação somática, que resulta de uma modificação não simplesmente hereditária, mas em resposta aos fatores do meio, tendo na traça da cidade a convergência de motivos interdependentes que faz o elo entre a tradição e a adaptação. É ele que resume todo o conceito de tradição e adaptação da morada ludovicense.

Fato que pode ser bem observado quando se sobrepõe a base estruturante (*porta-e-janela*) sobre os exemplos estudados para identificá-la em todas as variações, como mostram as figuras de 18 a 22:

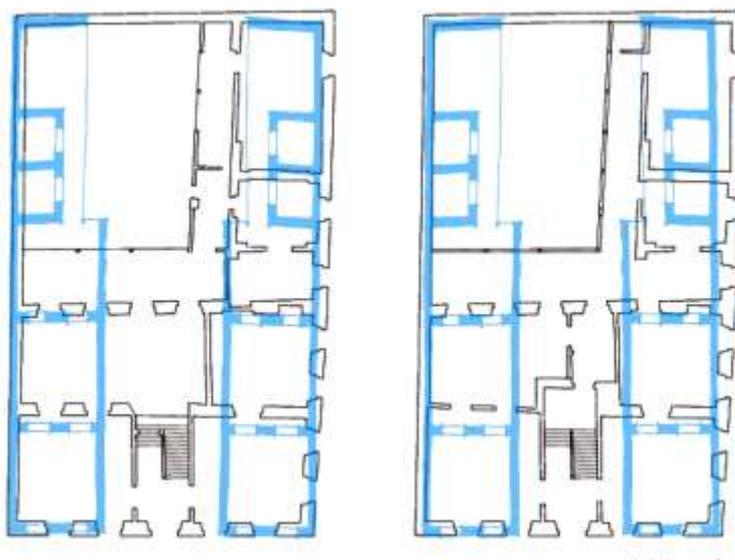
Figura 18 - Sobrado H (Pav. Superior e Térreo) sob planta da tipologia genérica porta-e-janela



Fonte: Desenhos a partir do levantamento do Arquivo IPHAN-MA

Nestas plantas do Sobrado H, percebe-se bem a evolução do tipo *porta-e-janela* (em azul) sobreposta em ambos os pavimentos, bem como no Sobrado F, onde se verificar esta sobreposição de ambos os lados, uma vez que este corresponde a uma *morada-inteira* (figura 19).

Figura 19 - Sobrado F (Pav. Térreo e Superior) sob planta da tipologia genérica porta-e-janela



Fonte: Desenho a partir do levantamento do Arquivo IPHAN-MA

Outros exemplos ainda podem ser citados como os Sobrados G e I. Em todos se observa o tipo nuclear *porta-e-janela* (figuras 20 e 21):

Figura 20 - Sobrado G (1º Pav. e Térreo) sob planta da tipologia genérica porta-e-janela



Fonte: Desenho a partir do levantamento do Arquivo IPHAN-MA

Figura 21 - Sobrado I (Pav. Térreo e Superior) sob planta da tipologia genérica porta-e-janela

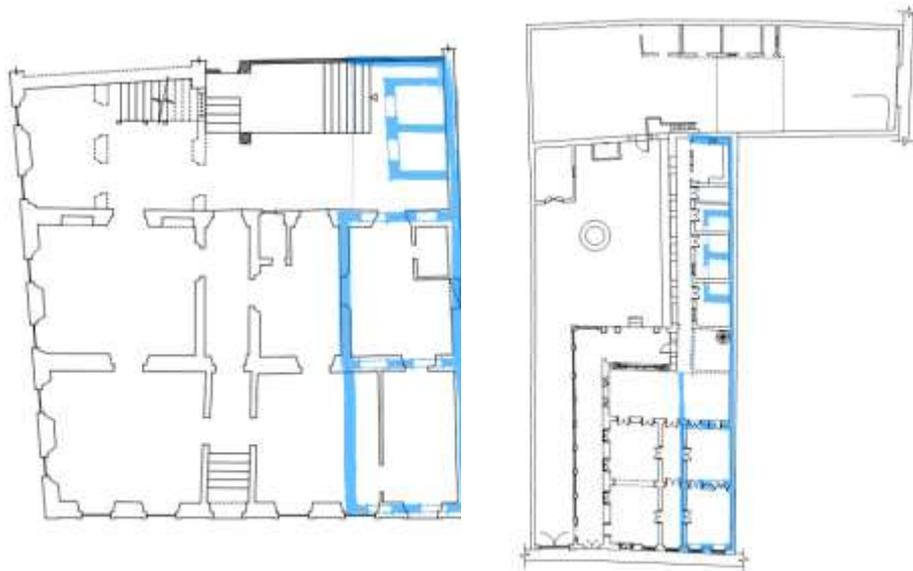


Fonte: Desenho a partir do levantamento do Arquivo IPHAN-MA

Se este estudo é válido para as plantas dos sobrados, nas casas térreas não seria diferente. Nas moradas T e Q (figura 22) pode-se sobrepor a mesma planta fazendo apenas pequenas adaptações no que diz respeito à profundidade e largura desta. Mesmo sendo a Morada Q do século XIX e tendo uma implantação diferenciada devido a um recuo lateral e a

adição de um lote nos fundos, ainda é possível se verificar a base nuclear.

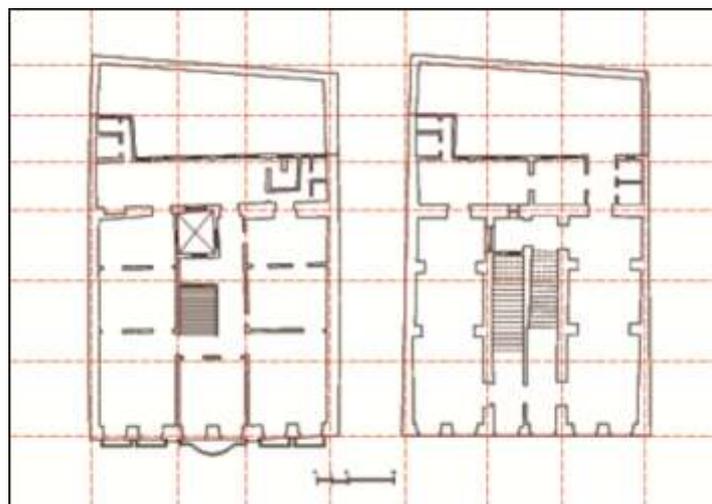
Figura 22 - Moradas T e Q sob planta da tipologia genérica porta-janela



Fonte: Desenho a partir do levantamento do Arquivo IPHAN-MA

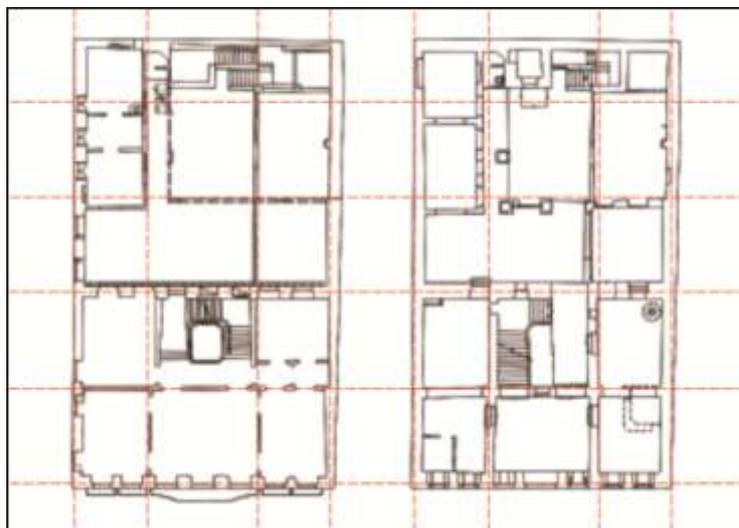
Além da clara evolução tipológica a partir desta base estruturante, é possível observar nas plantas do fim do século XVIII e do século XIX uma lógica compositiva que ordena a sua organização espacial. Esta ordenação lógica parece acontecer sobre uma malha geométrica (figuras 23 e 24) de rara racionalidade se comparada com outras residências de cunho popular do norte-nordeste ou mesmo do centro-sudeste do país.

Figura 23 – Sobrado H sob malha geométrica



Fonte: Desenho a partir do levantamento do Arquivo IPHAN-MA

Figura 24 – Sobrado G sob malha geométrica



Fonte: Desenho a partir do levantamento do Arquivo IPHAN-MA

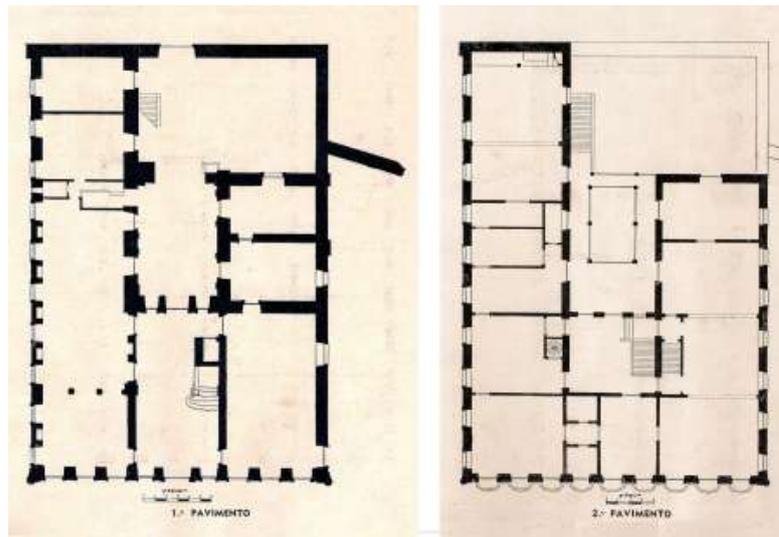
As residências do Vale do Paraíba, por exemplo, como relata Saia (2005, p. 209) são exemplares considerados mais tardios das casas bandeiristas, erguidos a partir da segunda metade do século XVIII, influenciados pela arquitetura mineira e caracterizados por inovações que contrastam com a distribuição interna das casas bandeiristas mais antigas, onde apesar da planta básica ser composta por três fileiras de cômodos perpendiculares ao frontispício da casa, não apresentam esta ordenação sobre uma malha racional; para o autor isto se deve também a aversão da “modenatura greco-romana” à taipa de pilão, que foi “senhora do planalto paulista” juntamente com o pau-a-pique. Lemos (1989a) completa este raciocínio quando diz que um melhor ordenamento espacial e o aparecimento de mais aberturas nas fachadas do Vale do Paraíba foi trazido especialmente pelos engenheiros-militares, que se mesclaram às regras de composição do neoclássico histórico introduzido no Rio de Janeiro pela Missão Artística Francesa, mesmo com muitas limitações.

Fato que pode reflexionar que esta força reguladora existente nas plantas das moradas ludovicenses não se faz presente de modo tão marcante em outras regiões do país, apesar de algumas exceções, pelo menos até a chegada dos engenheiros-militares nestas regiões que passaram a contribuir também com as primeiras iniciativas em regularizar os traçados das ruas e com as normas das edificações (REIS, 1995). Essas tendências foram acentuadas durante no século XVIII a partir deste apoio técnico de melhor nível, e quando existe, merece sempre a menção dos pesquisadores sobre o assunto, como é o caso da Casa

dos Contos em Ouro Preto (figura 25) e a residência com pátios na Praça da Independência em Mariana / MG (figura 26):

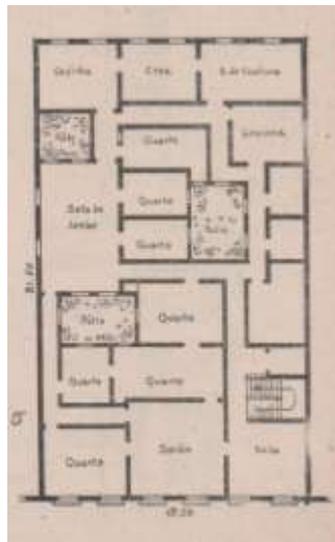
São interessantes, em Minas, a planta simétrica da casa do padre Lucindo Coutinho, em Santa Bárbara, e a do Hotel Quadrado na mesma cidade, pelo seu pátio. Em Mariana, a casa do Barão do Pontal, e a do palácio do Conde Assumar, com um lado de vieis, e com antigas enfermarias. Além destas, vale observar outras grandes residências com pátios na praça da Independência da mesma cidade. E digna de nota também a “Casa dos Contos” em Ouro Preto, pelo tamanho de seus cômodos e pelo pátio com passadiço e escada. [...] (RODRIGUES, 1945, p. 172).

Figura 25 – Plantas baixas (térreo e pav. superior) Casa dos Contos – Ouro Preto / MG



Fonte: Arquivo Público Mineiro, 2011

Figura 26 – Planta baixa da residência com pátios na Pç. da Independência em Mariana / MG



Fonte: Rodrigues (1945)

Para fechar este ato comparativo e rematar estas considerações sobre esta força ordenadora da morada ludovicense, pode-se ainda citar Freyre ao relatar a observação de Vauthier (apud FREYRE, 1971) quando este repara e retrata o conjunto arquitetônico de Recife, ressaltando suas espontaneidades, suas assimetrias e suas irregularidades associando o plano das casas aos hábitos brasileiros de vida patriarcal e escravocrata com toda sua força.

Assim, é possível concluir que em São Luís, embora sejam consideradas as influências externas condicionadas pelo meio em que estão inseridas e sendo estas a resposta para o conjunto de ideias de cunho ideológico e social, as moradas analisadas, além de partirem deste modelo gerador comum, possuem uma força ordenadora e lógica capaz de formar um conjunto de informações físicas, técnicas e projetuais que compõe a leitura tipológica do Centro Histórico da cidade.

Quanto às fachadas, estas passam a possuir caracteres adequados para se acomodar ao momento social. Um conjunto de características plásticas sugeridas a partir de uma adaptação evolutiva, resultante de mutações e recombinações para se acomodar ao meio. Mesmo assim, é possível também estabelecer uma relação de proporcionalidade no arranjo das suas janelas, nos tamanhos de seus cunhais, ombreiras e sacadas.

Os casarões do século XVIII estudados aqui possuem uma uniformidade mais acentuada nos padrões no que diz respeito a gabaritos e modulação dos vãos, bem como uma espécie de padronização dos elementos estruturantes em pedra como as vergas, portais e balcões (figuras 27 a 29).

Figura 27 - Sobrado I



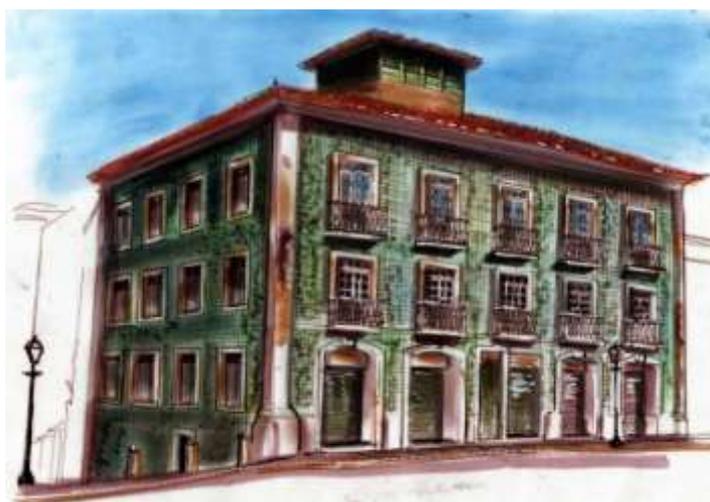
Fonte: Regina Borba

Figura 28 - Sobrado E



Fonte: Regina Borba

Figura 29 - Sobrado A



Fonte: Regina Borba

Já nos casarões do século XIX, é possível notar um número mais significativo de fachadas de inspiração neoclássica, com desenhos e adornos, principalmente no que se refere aos elementos de fachada como platibandas, frontões, colunas e escadarias (figura 30 e 31).

É importante salientar que apesar dos elementos classicizantes, há uma imprecisão nas questões teóricas e cronológicas que envolvem esta caracterização estilística na cidade desde o fim do século XIX até a virada do século XX, pois muitos edifícios foram reformados, adotando elementos compositivos clássicos e ecléticos, talvez por isto esta relação de proporcionalidade se torne bem evidente.

Figura 30 - Sobrado G



Fonte: Regina Borba

Figura 31 - Sobrado H



Fonte: Regina Borba

Mesmo assim se tratam de reformas de fachadas onde normalmente mantiveram intacta sua composição interior e, por conseguinte, suas respectivas tipologias, o que faz aduzir provas que o caráter adaptador pode e tem muitas vezes índole estética e cultural e não somente geofísicas, como é o caso da Morada Q (Rua Afonso Pena, 213) (figura 32).

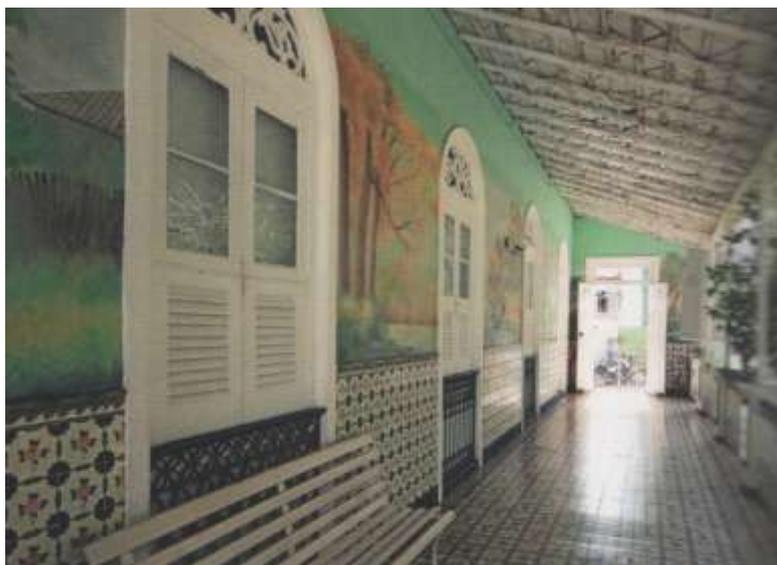
Figura 32 - Morada Q



Fonte: Regina Borba

A entrada, com larga varanda (figura 33), expõe espaços decorados de azulejos franceses, ingleses e painéis bucólicos, que acompanham toda varanda até o desembocar no pátio interno revestido de pedras de cantaria ao fundo da morada.

Figura 33 – Varanda da Morada Q



Fonte: São Luís, 2008

Tanta abundância visual sinaliza o aspecto do “jeito de morar” do fim do séc. XIX e início do séc. XX na cidade, mostrando que mesmo com a tentativa dos moradores mais abastados de se “europeizar”, a tradição se impõe na implantação da morada. A casa, que hoje serve de museu sobre a morada ludovicense, chamada de Morada Histórica de São Luís, traduz a fase resplandecida no ecletismo, com suas paredes interiores ladrilhadas por azulejos trazidos de Portugal, França e Inglaterra e sua fachada com portas e sacadas entaladas de grades de ferro com peitoris estreitos; bandeiras em madeira rendilhada e vidros; e sua platibanda ornamentada.

Em resumo, pode-se considerar como adaptação, não somente as adequações ligadas aos fatores climáticos e geográficos para obtenção de conforto, como também as mudanças reveladas nas moradas através de seus elementos compositivos que foram produzidos em tempos distintos sem, no entanto, alterar sua família tipológica, mostrando um claro interesse de integração a um momento circunstancial vivido, produzido em tempos distintos e implantado em uma determinada ordem cronológica, o que ajuda na compreensão das estruturas estéticas produzidas no acervo da cidade e que se sobrepuseram ao longo do

tempo entre o período Pombalino ao Ecletismo. Mesmo alteradas ao longo do tempo, estas fachadas mantiveram, porém, as mesmas características tipológicas oriundas do tipo-matriz (*porta-e-janela*) e das famílias por ele originadas, demonstrando o seu caráter de tradição, seja pelo conjunto de usos, ideias ou valores que foram transmitidos de geração em geração.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em toda extensão do território brasileiro encontra-se a arquitetura trazida pelos colonizadores. Essa arquitetura alcançou um padrão estético que muitos identificam pelo jargão de *estilo colonial*: plantas regulares, alçados simples, recortes de madeiras, beirais corridos, entre outras características que foram aplicadas em todo território. Porém, também é fato que ao se englobar toda arquitetura produzida neste período dentro deste jargão, se esquece das salvaguardas e peculiaridades locais, que associadas às suas tradições tornam a arquitetura de cada lugar uma arquitetura única, conferem-lhe importância e geram identidade no modo de viver e se relacionar com cada povo e região do país.

A questão da casa brasileira, por consequência deste “*estilo colonial*”, aparentemente, foi sempre colocada de modo a parecer haver um tipo único de casa em toda extensão territorial do país. Em parte isto se deu devido às cartas régias que solicitavam obediência em relação à disposição do edifício no lote de acordo com suas normas, mantendo as fachadas e demais elevações em conformidade com as prescrições que tornaram as cidades brasileiras semelhantes entre si em muitos aspectos.

Nesta condição, entende-se que foi de grande relevância representar através desta pesquisa um relato sobre a morada ludovicense que buscou especificá-la dentro deste jargão, enfatizando não somente suas tradições construtivas como também suas semelhanças e particularidades e ainda sua adaptação a todos os condicionantes que fizeram desta casa, a morada de um lugar. A morada que pode retratar o jeito de ser ludovicense.

Assim, pode-se ver em São Luis que muito foi reinterpretado, sobretudo no que diz respeito a disposição dos espaços internos e suas adequações às diferenças climáticas, fazendo das mesmas uma grande lição de adaptação e de invenção da população local, na criação de condições adequadas à sua própria existência.

A análise sobre a morada de São Luís foi descrita a partir de suas características principais, tentando sempre evidenciar seus aspectos de tradição e de adaptação, uma vez que a casa também se adapta aos costumes de seus habitantes. Assim, num primeiro momento, procurou-se associar à tradição as características construtivas e arquitetônicas que se disseminaram por todo país. Porém, através da análise do corpus deste trabalho, encontrou-se dentro da tradição o fato que também a tornou particular em relação aos seus congêneres, uma vez que a compartimentação de sua planta, derivada da tipologia básica *porta-e-janela*, está estreitamente ligada e condicionada à traça da cidade. Não se pretendeu dizer com isto que

este foi o único elemento gerador desta morada, porém, entende-se que ele é o ponto chave para estabelecer este caráter tradicional da arquitetura ludovicense, a partir dos desdobramentos e combinações possibilitadas pela implantação destas moradas e que expressa seu ápice nos sobrados da cidade.

Concluiu-se que os lotes mais largos e menos profundos, ou mesmo a variação nos tamanhos dos lotes em uma só rua, como nas Ruas da Palma e Afonso Pena que concentram grande parte das moradas analisadas no corpus do trabalho, foi possível devido a traça da cidade elaborada por Frias de Mesquita, uma vez que ela foi capaz de nortear o crescimento da malha ortogonal mesmo que o padrão das quadras, inicialmente de 80X80m, fosse alterado. Traçado que se antecipou à fase de consolidação da estratégia territorial lusitana que só iria se desenvolver plenamente entre a fase filipina e pombalina; mesmo assim os saberes já codificados e operacionalizados do engenheiro-militar trouxe maior certeza quanto à necessidade de crescimento e de seus agentes urbanizadores, deixando então um traçado capaz de se expandir segundo um padrão e que pudesse manter uma estrutura e identidade ao longo do tempo, como de fato aconteceu na cidade durante sua expansão no século XIX.

Com isto, a malha da cidade foi projetada, mesclando às intenções de uma cidade aberta – ideia que foi disseminada na Europa apenas no século XVIII, mas que chegou prematuramente no planejamento da traça da cidade. De modo que se notam as preocupações de expansão futura (sentido Caminho Grande), onde a regularidade do traçado do espaço público constituiu uma malha formada por ruas e quarteirões, que embora inicialmente não fixassem praças, permitiu que elas fossem acrescentadas posteriormente dentro da mesma malha, resultando também na multiplicidade tipológica através do alargamento da fachada, possibilitado pelas plantas em “L” e “U”, com seus pátios internos, que por sua vez, foram protegidos por varandas abertas.

Através da análise do corpus e da pesquisa bibliográfica, inclusive literária, constatou-se a importância da varanda na concepção do jeito de morar ludovicense. As varandas possuem um papel essencial na morada, seja esta morada térrea ou assobradada, não somente por questões de adaptações climáticas, uma vez que elas protegem as fachadas posteriores da incidência direta do sol, solução imprescindível na linha equatorial; mas também por se acreditar que são elas que interligam, unem e dão a ambiência necessária à morada no cerne do desenvolvimento das relações familiares, uma vez que elas se mostram como uma constata nas plantas analisadas, sejam estas de sobrados ou casas térreas.

A varanda tornou-se assim um paradigma, uma espécie de modelo padrão que foi se repetindo em todas as tipologias de moradas ludovicenses. Logo, ao mesmo tempo em que é um elemento de tradição, por estar ligada aos costumes e valores transmitidos de geração em geração, ao modo de usos e fluxos desta morada, ela também confere sua particularidade por sua condição de exclusividade e salvaguarda. Condição circunstancial que se torna ao mesmo tempo um elemento de tradição da morada ludovicense e uma adaptação às questões climáticas, sociais e culturais, se comparada aos seus congêneres.

Do mesmo modo, buscou-se analisar seu pátio interno sob outros aspectos, e foi percebido que o mesmo não deve ser taxado como um simples quintal. Deve-se entrever como ele se relaciona com o espaço livre privado da edificação, com suas fachadas posteriores leves e abertas, onde todos os cômodos se voltam para seu interior. O pátio é abraçado pela casa. Mesmo os cômodos mais íntimos como os quartos voltam-se para ele. Comprovando-se o seu valor de pátio-quintal, pois mesmo não estando envolvido com a entrada principal da edificação, como nas casas hispano-americanas, é nos “fundos” destas construções, através dos seus pátios internos que se pode observar o despojamento da arquitetura luso-maranhense com toda sua riqueza que a difere das suas congêneres.

Com todas estas constatações a respeito da morada ludovicense foi possível estabelecer um caráter de tradição através da análise das implantações e plantas baixas destes edifícios e inferir que a distribuição espacial, além de partir de um modelo gerador comum que é a *porta-e-janela*, é capaz de constituir as informações essenciais para a compreensão da leitura tipológica do Centro Histórico da cidade.

No quesito adaptação, formou-se o pensamento que esta não deve ser entendida somente como o processo pelo qual esta morada atravessou para adquirir os caracteres adequados ao sítio ou clima e sim como as modificações necessárias e resultantes para se acomodar ao momento circunstancial, seja ele, social, econômico ou histórico. Entende-se que a morada varia conforme a evolução social, de acordo com o espírito do tempo, o “*zeitgeist*” da filosofia alemã: uma morada adaptada aos tempos.

Para tanto, se as fachadas posteriores destas moradas, com suas varandas abertas, demonstram toda a flexibilidade em adequar a formalidade do cerimonial lusitano ao despojamento requerido na linha equatorial, as fachadas frontais demonstram exatamente as aspirações e os valores da sociedade ao momento circunstancial sem, contudo, modificar seus fluxos e sua distribuição espacial. É através das fachadas que se consegue notar as variações estilísticas, mesmo quando as plantas confirmam sua derivação tipológica quase que inalterada.

Compreendeu-se ainda, que por ser o trabalho escravo a conexão que possibilitava a comunicação entre os ambientes, a morada se acomodou sobre uma hierarquia na sua distribuição espacial, onde os cômodos principais ficam sempre no frontispício da casa e os secundários ao fundo e em volta do pátio-quintal. O vestíbulo quase sempre frontal e por vezes lateral representa o limite entre o espaço íntimo e o espaço de visitas, uma vez que as moradas não possuem recuos frontais que permitisse a transição entre os espaços públicos e privados. Os cômodos se comunicam entre si, com o vestíbulo e com o corredor e a varanda, que por sua vez circundam o pátio.

Neste sentido, pode-se concluir que como representação espacial, as plantas trazem os elementos que compõem a identidade da morada ludovicense. A distribuição espacial interior é, sem dúvida alguma, a forma encontrada para diferenciar e estabelecer os diversos usos, fluxos e a movimentação dos vários personagens no interior da morada. É o meio mais influente para entender o suporte das relações sociais, políticas e, sobretudo, culturais nas relações familiares ludovicenses, da qual muitos escritores locais lançaram mão para descreverem o cenário de suas histórias.

Deste modo, muitas moradas, sejam elas térreas ou assobradadas, não escondem sua subordinação tipológica, fazendo com que a aparência da cidade até o início do século XX estivesse atrelada ao estilo tradicional português apenas com algumas nuances neoclássicas. Conservando-se até então as implantações, a setorização e compartimentação, os usos, materiais, ordenação dos vãos... Onde as fachadas incorporaram apenas elementos compositivos clássicos, como a introdução de platibanda que deram um novo conceito de beleza assim como os portões altos que elevaram a entrada principal da morada, atribuindo-lhe um maior prestígio. Estas foram mudanças meramente formais, que não alteraram o modo de fazer ou usar a casa.

O azulejo das fachadas, elemento cristalizado que encheu de elegante luminosidade a paisagem da cidade, fosse ele usado como ornamento ou como elemento de proteção, permaneceu como acabamento preferencial dos ludovicenses até a chegada do ecletismo. As alterações mais significativas serão percebidas somente com advento do *Art Nouveau* e *Art Déco*. A morada ludovicense expressou por muito tempo a mistura das suas origens: a beleza das pedras e portadas do reino com a rusticidade da madeira local, das clausuras com os espaços de vãos iluminados pelo céu equatorial, do cerimonial de tons aristocrático e eruditos com a informalidade vernácula de suas construções.

Assim, se acredita que esta morada seja, na sua fisionomia geral, uma criação regional que obedece natural e logicamente as influências do meio. Sendo sua planta, portanto, o elemento da tradição que a decodifica culturalmente, e que possibilita seu entendimento sob múltiplas possibilidades, quer sejam arquitetônicas, sociais ou antropológicas, cabíveis de um maior aprofundamento em outra empreitada.

Tema tão vasto como este não se pode esgotar nesta pesquisa, porém se tencionou contribuir com a melhor compreensão desta morada, restando então, um convite para continuar este estudo a partir de um dos muitos aspectos em que a morada pode ser entendida. Sendo esta dissertação uma iniciativa pioneira na tentativa de descrever os elementos pertinentes à tradição e adaptação da morada ludovicense, pretende ser também uma fonte de pesquisa para outras análises acerca do tema.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Dunnshe de. **O cativoiro**. 2. ed. São Luís: Alumar, 1992.
- ALCÂNTARA, Dora de. **Azulejos na cultura luso-brasileira**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1997.
- ALCÂNTARA, Dora de. **Azulejos portugueses em São Luís do Maranhão**. Rio de Janeiro: Fontana, 1980.
- AMARAL, José Ribeiro do. **O Maranhão histórico: artigos de jornal (1911-1912) reunidos por Luís Melo**. São Luís: GEIA, 2003.
- ANDRÈS, Luíz Phelipe de Carvalho Castro (Org). **Centro histórico de São Luís-Maranhão: patrimônio mundial**. São Paulo: Audichromo, 1998.
- ANDRÈS, Luíz Phelipe de Carvalho Castro. **A arquitetura maranhense e a economia do algodão**. São Luís, 2006. No Prelo. In: BICCA, Paulo; BICCA, Briane. **Arquitetura na Formação do Brasil**. [S.l.]: UNESCO, 2007.
- ARQUIVO Público Mineiro. Disponível em: <www.siaapm.cultura.mg.gov.br>. Acesso em: 7 jun. 2011.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pelo Norte do Brasil no ano de 1859**. 1859. Cópia reproduzida por xerografia.
- AZEVEDO, Aluizio. **O mulato**. São Luís, 1881. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/omulato.html#obra>>. Acesso em: 22 maio 2010.
- BANDEIRA, Manuel (Org.). **Obras poéticas de Gonçalves Dias, I**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.
- BURNETT, Frederico Lago. **Urbanização e Desenvolvimento Sustentável. A sustentabilidade dos tipos de urbanização em São Luís do Maranhão**. São Luís, UEMA, 2008.
- CARVALHO, Gisele Melo de. **Interiores residenciais recifenses: a cultura francesa na casa burguesa do Recife no século XIX**. 2002. Dissertação (Pós-Graduação em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.
- CASTRO, José Liberal de. Apêndice: Aspectos da arquitetura no nordeste do país. In: ZANINI, Walter (Org.). **História geral da arte no Brasil**. São Paulo: Fundação Djalma Guimarães: Instituto Walther Moreira Salles, 1983. 490 p., il. color. v 1.
- CÓIAS, Vítor. **Reabilitação estrutural de edifícios antigos: alvenaria/madeira: técnicas pouco intrusivas**. Lisboa: Argumentum; GECORPA, 2007.
- CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos A. C. **Dicionário da arquitetura brasileira**. São Paulo: Artshow Books, 1989.
- COSTA, Lúcio. **Arquitetura**. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

COSTA, Lúcio. Documentação necessária. In: COSTA, Lúcio. **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das artes, 1994. p. 457-462.

CRUZ, Ernesto. **Igrejas e sobrados do Maranhão (São Luís e Alcântara)**. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1953.

DUARTE, Cristovão Fernandes. São Luís e Belém: marcos inaugurais da conquista da Amazônia no período filipino. **Oceanos: a construção do Brasil urbano**, Lisboa, n. 41, 2000.

DUARTE, Cristovão Fernandes. São Luís-MA. In: PESSÔA, José; PICCINATO, Giorgio (Orgs.). **Altas de centros históricos do Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007. p. 46-53.

ESPÍRITO SANTO, Marcelo. **Tipologia da arquitetura residencial urbana em São Luís do Maranhão: Um Estudo de Caso a Partir da Teoria Muratoriana**. 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

FERNANDES, José Manuel. **Arquitetura portuguesa: uma síntese**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2006. 9 Coleção Arte e Artistas).

FREYRE, Gilberto. **A casa brasileira**. Rio de Janeiro: Grifo, 1971.

FREYRE, Gilberto. **Interpretação do Brasil**. São Paulo: Livraria José Olympio Editora, 1947.

FREYRE, Gilberto. Casas de residência no Brasil – Introdução. In: **Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1943.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano**. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1996.

FREYRE, Gilberto. **Um engenheiro francês no Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1960.

GULLAR, Ferreira. **Poema sujo**. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1976. Disponível em: <<http://ebooksgratis.com.br/livros-ebooks-gratis/literatura-nacional/poesia-poema-sujo-ferreira-gullar/>>. Acesso em: 30 maio 2011.

KESSING, Felix. M. **Antropologia cultural: a ciência dos costumes**. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1961.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A fundação francesa de São Luís e seus Mitos**. São Luís, Lithograf, 2002.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1993.

LEMOS, Carlos A.C. **Alvenaria burguesa**. São Paulo: Nobel, 1989a.

LEMOS, Carlos. **História da casa brasileira**. São Paulo: Editora Contexto, 1989b.

- LIMA, Carlos de. **Caminhos de São Luís**. São Paulo: Siciliano, 2002.
- LOPES, José Antonio Viana. São Luís: história urbana. In: **SÃO LUÍS ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem**. Sevilha: Consejería de Obras Publicas y Transportes, 2008.
- MACEDO, Eurico Teles de. **O Maranhão e suas riquezas**. São Paulo: Siciliano, 2001.
- MARANHÃO. Governo do Estado. **Mapa reproduzido da Secretaria Estadual de Cultura do Maranhão**: planta de São Luís em 1844. São Luís, 1997.
- MARANHÃO. Secretaria da Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico. **Bens tombados no Maranhão**: tombamento estadual. São Luís, 1987.
- MONTELLO, Josué. **Fachada de azulejos**: crônicas literárias. São Luís: AML, 1996.
- MONTELLO, Josué. **Janela de mirante**: impressões, cenas e perfis. São Luís: SIOGE, 1993.
- MONTELLO, Josué. **Labirinto de espelhos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1952.
- MONTELLO, Josué. **Os tambores de São Luís**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.
- MOUTINHO, Mário C. **A arquitetura popular portuguesa**. 3. ed. Lisboa: Estampa, 1995.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando. **Arquitetura tradicional portuguesa**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000.
- OLX. **Villa São Luís Brasil, Rua do Giz 394 Centro Histórico**. Disponível em: <<http://www.olx.com.br/searchpages.php?userSearch=1&allowEntireSiteSearch=0&searchbox=rua+do+giz§ion=16>>. Acesso em: 20 maio 2010.
- PEREIRA, Sonia Gomes. **A historiografia da arquitetura brasileira no século XIX e os conceitos de estilo e tipologia**. 19&20, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, jul. 2007. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/ad_sgp.html>. Acesso em: 15 jun. 2010.
- PESSÔA, José. Em tudo semelhante, em nada parecido: Modelos e modos de Urbanização na América Portuguesa. **Oceanos**: a construção do Brasil urbano, Lisboa, n. 41, 2000.
- PORTAS, Nuno. Os tempos das formações das cidades lusas no Brasil. **Oceanos**: a construção do Brasil urbano, Lisboa, n. 41, 2000.
- REIS, Nestor Goulart. **Evolução urbana do Brasil 1500 / 1720**. São Paulo: Pini, 2000a.
- REIS, Nestor Goulart. **Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial**. São Paulo: Edusp, 2000b.
- REIS, Nestor Goulart. Notas sobre história da arquitetura e aparências das vilas e cidades. **Cadernos de Pesquisa do LAP**, São Paulo, n. 20, 1997.
- REIS, Nestor Goulart. Notas sobre o urbanismo no Brasil: primeira parte: período colonial. **Cadernos de Pesquisa do Lap**, São Paulo, n. 8, 1995.

REIS, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Perspectivas, 2000c.

RIBEIRO JÚNIOR, José Reinaldo Barros. **Formação do espcio urbano de São Luís**. São Luís: FUNC, 2001.

RODRIGUES, José Wash. A casa de moradia no Brasil antigo. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, 1945.

RODRIGUES, José Wash. **Documentário arquitetônico relativo à antiga construção civil no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

ROSSA, Walter. No primeiro dos elementos: dados para uma leitura sintética do urbanismo e da urbanística portuguesa da Idade Moderna. **Oceanos: a construção do Brasil Urbano**, Lisboa, n. 1, 2000.

SAIA, Luís. **Morada Paulista**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

SANTOS, Paulo Ferreira. **Formação de cidades no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

SANTOS, Paulo Ferreira. **Quatro séculos de arquitetura**. Barra do Piraí: Fundação Educacional Rosemar Pimentel, 1977. Cópia reproduzida por xerografia.

SELBACH, Jeferson Francisco. Mobilidade urbana nos códigos de postura de São Luís/MA. In: **Mobilidade Urbana em São Luis**. São Luís, EDUFMA, 2009.

SELBACH, Jeferson Francisco (Org.). Código de Postura de 1842. In: _____. **Códigos de Postura de São Luís/MA**. São Luís: Eufma, 2010. p. 19-44.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. Arquitetura tradicional luso-brasileira em São Luís do Maranhão. In: **SÃO LUÍS ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem**. Sevilha: Consejería de Obras Publicas y Transportes, 2008.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. **Arquitetura luso-brasileira no Maranhão**. 2. ed. Belo Horizonte: Formato, 1998.

SMITH, C. Robert. Arquitetura civil do período colonial. Separata da: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico nacional**, Rio de Janeiro, v. 117, 1969.

SMITH, C. Robert. Documentos baianos. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico nacional**. Rio de Janeiro, 1945.

SMITH, C. Robert. **As artes na Bahia**: I parte: arquitetura colonial. Salvador: Progresso, 1955.

SOUSA, Sanadja de Medeiros. **Rua do Giz**: uma análise das transformações dos edifícios e seus efeitos na conservação urbana. 2002. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

VALTHIER, L. L. Casas de residência no Brasil. In: **Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1943.

VIEIRA FILHO, Domingos. **Breve história das ruas e praças de São Luís**. Rio de Janeiro: Olímpica, 1971.

VIEIRA FILHO, Domingos. Os escravos e o código de posturas de São Luís. **Revista Maranhense de Cultura**, São Luís, n. 2, 1978.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. de. **Formação do Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

WEIMER, Güter. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Brandão, Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro

Morada Ludovicense: Tradição e Adaptação./Brandão, Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2011.

x,119f. il.; 29,7cm

Orientador: Gustavo Rocha-Peixoto

Dissertação (mestrado) – UFRJ/PROARQ/Programa de Pós-graduação em Arquitetura, 2011.

Referências Bibliográficas: f. 115 – 119

1. Morada 2. Tradição 3. Adaptação 4. Arquitetura luso-brasileira 5. Evolução tipológica 6. São Luís. Rocha-Peixoto, Gustavo II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura. III. Título